

Brasil contra a IMPUNIDADE!



**INVESTIGAÇÕES EXITOSAS
REALIZADAS PELO
MINISTÉRIO PÚBLICO
BRASILEIRO**





CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros





CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Ministério Público do Estado da Paraíba
Presidente do CNPJ

Luís Antônio Camargo de Melo
Ministério Público do Trabalho
Vice-presidente do Ministério Público da União

Ivana Lúcia Franco Cei
Ministério Público do Estado do Amapá
Vice-presidente da Região Norte

Zélia Saraiva Lima
Ministério Público do Estado do Piauí
Vice-presidente da Região Nordeste

Lio Marcos Marin
Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Vice-presidente da Região Sul

Márcio Fernando Elias Rosa
Ministério Público do Estado de São Paulo
Vice-presidente da Região Sudeste

Roberto Monteiro Gurgel Santos
Ministério Público Federal

Eunice Pereira Amorim Carvalhido
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Ministério Público Militar

Patrícia de Amorim Rêgo
Ministério Público do Estado do Acre

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Ministério Público do Estado de Alagoas

Francisco das Chagas Santiago Cruz
Ministério Público do Estado do Amazonas

Wellington César Lima e Silva
Ministério Público do Estado da Bahia

Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado
Ministério Público do Estado do Ceará

Eder Pontes da Silva
Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Lauro Machado Nogueira
Ministério Público do Estado de Goiás

Regina Lúcia de Almeida Rocha
Ministério Público do Estado do Maranhão

Paulo Roberto Jorge do Prado
Ministério Público do Estado do Mato Grosso

Humberto de Matos Brittes
Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul

Carlos André Adriani Bittencourt
Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Marcos Antônio Ferreira das Neves
Ministério Público do Estado do Pará

Gilberto Giacoia
Ministério Público do Estado do Paraná

Aguinaldo Fenelon de Barros
Ministério Público do Estado de Pernambuco

Marfan Martins Vieira
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Manoel Onofre de Souza Neto
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Coordenador da comissão PEC da Impunidade

Eduardo de Lima Veiga
Ministério Público do Estado do Rio Grande Do Sul

Héverton Alves de Aguiar
Ministério Público do Estado de Rondônia

Fabio Bastos Stica
Ministério Público do Estado de Roraima

Orlando Rochadel Moreira
Ministério Público do Estado de Sergipe

Vera Nilva Alvares Rocha
Ministério Público do Estado do Tocantins

EDITORAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL (CEAF)

Valdira Torres Pinheiro Costa

Coordenadora – Ceaf

Nouraide Fernandes Rocha de Queiroz

Assessora Técnica de Editoração – Ceaf

EQUIPE TÉCNICA

Compilação, organização, padronização

Nouraide Fernandes Rocha de Queiroz

Assessora Técnica de Editoração

Equipe Ceaf – colaboração: Fátima Vieira; Clarissa Torres; Hémerison Batista; Juliana Duarte; Jaritsa Cavalcante; Rayra Amorim; Wagner Mendes; Areta ; Jailma Fernandes; Lilianny Oliveira

Equipe DCOM – colaboração: Tullio Andrade; Mozart Augusto; Ronaldo Dantas; Jeann Karlo; Megg Thurner; Arthur Rocha

Catálogo na fonte: Biblioteca Delmita Batista Zimmerman/MPRN

B823i Brasil. Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

Investigações exitosas realizadas pelo Ministério Público brasileiro. / organizado por Nouraide Queiroz. – Natal: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, 2013.
240 p. il.

ISBN: 978-85-60809-05-9

1.Ministério Público. 2. Combate à corrupção. 3.Investigação criminal. 4. Impunidade . I.
Título.

CDU:347.921.5:343.1

© Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

PREFÁCIO

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) do Ministério Público dos Estados e da União, associação nacional, sem fins lucrativos, da qual fazem parte os Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, que atua em forma de Colegiado, tem em seu objetivo defender os princípios, as prerrogativas e as funções institucionais do Ministério Público. Nesse sentido, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), propôs a compilação de algumas iniciativas investigatórias, em que o Ministério Público brasileiro atuou em prol da sociedade, tendo o objetivo de otimizar o enfrentamento da PEC 37.

Esta publicação, especificamente, formada por extratos provenientes de fontes diversas, constitui-se coletânea de textos de suma importância, na medida em que compila em documento único operações encampadas pelos MPs em parceria com outros órgãos e instituições. Operações, essas, que atuaram em investigações de casos ocorridos em nosso país, que configuraram afronta, desrespeito e enorme prejuízo à sociedade.

A compilação dos dados aqui exemplificados tem o fito de corroborar o importante papel desempenhado pelos MPs no combate à corrupção, reafirmando o repúdio contra a Emenda Constitucional nº 37, de 2011 (PEC-37). Ementa que se constitui ofensa à sociedade brasileira, apelidada *PEC da Impunidade* – a qual pretende impedir o exercício do poder investigatório do Ministério Público, como também de outras instituições tais que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), o Banco Central (BC), as Agências Reguladoras, os Tribunais de Contas, a Comissão de Valores Imobiliários, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e a Receita Federal do Brasil, com isso quer garantir exclusividade às polícias para proceder com investigações criminais.

De autoria do Deputado Federal e ex-Delegado de polícia Lourival Mendes (PTdoB/MA), a PEC-37 propõe que o poder de investigação criminal seja exclusivamente privativo das polícias Federal e Civil, mediante alteração do art. 144, § 10.

Favorável ao projeto, o relator da proposta, Deputado Federal Fábio Trad (PMDB/MS), apresentou um substitutivo, acrescentando alterações também no art. 129 da Constituição – que disciplina a instituição do Ministério Público.

Necessário se faz salientar que o Ministério Público brasileiro não tem nem nunca teve o objetivo de usurpar funções da polícia. Ocorre exatamente o contrário, pois a grande maioria das investigações é realizada em parceria com as próprias polícias. Com a proposta de mudança apresentada pela PEC 37, operações importantes não existiriam, pois, na base delas, estão investigações realizadas pelo Ministério Público. Os casos ora selecionados obtiveram sucesso e grande repercussão social e econômica, sobretudo, no que se referem a investigações que foram executadas, inclusive, em parcerias com outras instituições.

Vale salientar que as atuações do Ministério Público brasileiro denotam os relevantes valores positivos – com destaque à contribuição no combate à criminalidade organizada e à corrupção em nosso país. Ações que resultaram em denúncias e condenações, dentre outros aspectos punitivos cujas consequências corroboram os efeitos positivos que se coadunam com a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz na promoção da justiça, servindo à sociedade na defesa dos seus direitos fundamentais, contribuindo para a justiça social e para a cidadania na busca do bem coletivo.

Dessarte, incluem-se, neste demonstrativo, operações que, por exemplo, desarticularam ações abomináveis de violação dos direitos humanos dentro do sistema prisional; redes de pedofilia; organizações criminosas envolvidas com tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, falsificação de documentos e conseqüente golpes no mercado; bingos clandestinos; apreensão de armas, munições e drogas; desvios de recursos públicos; dentre muitas outras. Vale salientar que determinadas ações tiveram caráter preventivo quanto a possíveis malefícios decorrentes de articulações criminosas. Nessa perspectiva, sobre as operações ora exemplificadas destacam-se alguns dos seus dados mais relevantes, tais que o objeto, as apreensões, os resultados obtidos e as parcerias com outros órgãos

ou instituições. A fim de propiciar melhor esclarecimento, na sequência de cada operação, respectivamente, estão alguns trechos de divulgação na mídia.

Outrossim, nesta compilação contém anexos que trazem divulgação na imprensa de diversas investigações com a participação dos MPs; reportagens que vêm ao encontro de posicionamentos em comum contra a aprovação da PEC-37, inclusive, opiniões emitidas na imprensa internacional, a exemplo do que foi publicado no *Financial Time*; e ainda opiniões de alguns Promotores de Justiça. Temos, então, um pequeno acervo demonstrativo do muito que a Instituição Ministério público tem feito e vem fazendo pela sociedade.

A recusa absoluta à aprovação da *PEC 37* é um importante passo que conduz ao avanço da consolidação de um país mais justo e igualitário respeitando a dignidade do ser cidadão bem como a credibilidade dos que ocupam lugar de destaque para o qual foram conduzidos pela população, na qualidade de representantes e agentes da defesa dos direitos e interesses da sociedade em geral.

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Procurador-Geral de Justiça do MPPB
Presidente do CNPG

Manoel Onofre de Souza Neto
Procurador-Geral de Justiça do MPRN
Coordenador da Comissão
PEC da Impunidade

SUMÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE | 15

OPERAÇÃO ZAQUEU | 15

OPERAÇÃO TENTÁCULOS | 18

OPERAÇÃO CAÇA FANTASMAS | 22

OPERAÇÃO ANJO DA GUARDA | 24

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS | 27

OPERAÇÃO PESCA BAGRE | 27

OPERAÇÃO CLONE | 30

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ | 37

OPERAÇÃO FUMUS | 37

OPERAÇÃO PEDRA DO VALE | 39

OPERAÇÃO RETROSPECTIVA | 44

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS | 46

OPERAÇÃO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS | 46

OPERAÇÃO BOA VISTA DOS RAMOS | 46

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA | 48

OPERAÇÃO BIG BANG | 48

OPERAÇÃO CORCEL NEGRO | 49

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ | 53

OPERAÇÃO PEDRA LASCADA | 53

OPERAÇÃO BEIRA MAR | 54

OPERAÇÃO EXTERMINADOR DO FUTURO | 56

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS | 59

OPERAÇÃO CANDANGO | 59

OPERAÇÃO AQUARELA | 61

OPERAÇÃO SAINT MICHEL | 68

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | 69

OPERAÇÃO CAMARO | 69

OPERAÇÃO FANTOCHE | 72

OPERAÇÃO GÊNOVA | 75

OPERAÇÃO TONEL | 80

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS | 84

OPERAÇÃO BIÓPSIA | 84

OPERAÇÃO CARTA MARCADA | 87

OPERAÇÃO PROPINA VERDE | 90

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 93

OPERAÇÃO EMASCULADOS | 93

OPERAÇÃO FONTE SECA E FONTE SECA II | 97

OPERAÇÃO GATUNOS | 100

OPERAÇÃO FUMAÇA CLANDESTINA | 102

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO | 105

OPERAÇÃO ARCA DE NOÉ | 105

OPERAÇÃO MARANELO | 109

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL | 111

OPERAÇÃO ALVORADA VORAZ | 111

OPERAÇÃO ORFEU | 112

OPERAÇÃO LAVANDERIA | 115

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS | 118

I – ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA | 118

II – ATUAÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTICA DE ITAÚNA-MG | 119

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA | 122

OPERAÇÃO PÃO E CIRCO | 122

OPERAÇÃO SQUADRE | 124

OPERAÇÃO GABARITO | 129

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO | 140

OPERAÇÃO ALCAIDE | 140

OPERAÇÃO LARANJA PODRE | 143

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ | 147

OPERAÇÃO JOGO SUJO I E JOGO SUJO II | 147

OPERAÇÃO WATERFRONT | 150

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ | 154

OPERAÇÃO MERCADORES | 154

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 155

CASO PATRÍCIA ACIOLI | 155

OPERAÇÃO INTOCÁVEIS | 159

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | 161

OPERAÇÃO BATALHÃO MALL | 161

OPERAÇÃO PECADO CAPITAL | 162

OPERAÇÃO SINAL FECHADO | 164

OPERAÇÃO QI | 167

OPERAÇÃO MENSALÃO DA VILA | 170

OPERAÇÃO JUDAS | 176

OPERAÇÃO ASSEPSIA | 181

OPERAÇÃO CANGUEIROS | 187

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | 191

OPERAÇÃO TUCA | 191

OPERAÇÃO ROUSSEAU II | 193

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA | 197

OPERAÇÃO MAGNÍFICO | 197

OPERAÇÃO TERMÓPILAS | 199

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA | 204

OPERAÇÃO BASTILHA | 204

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 208

OPERAÇÃO BOLA DE NEVE | 208

OPERAÇÃO CAMBIRELLA | 211

OPERAÇÃO MEDUSA | 215

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO | 218

OPERAÇÃO PORTO SEGURO | 218

OPERAÇÃO PEDOFILIA | 223

OPERAÇÃO POEIRA | 225

OPERAÇÃO ÁGUAS CLARAS | 228

ROGER ABDELMASSIH | 229

BAR BODEGA | 230

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE | 231

OPERAÇÃO DE COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL | 231

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS | 234

CASO BANCO MATONE S/A | 234

GRUPO DE EXTERMÍNIO | 235

OPERAÇÃO UNIRG | 237



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

OPERAÇÃO ZAQUEU

Fiscais da Receita Estadual exigiram de empresários de posto de gasolina dinheiro para lavrar auto de infração tributário em valores inferiores ao devido. Foi imputado crime de concussão, havendo 3 prisões preventivas e 5 buscas realizadas, inclusive, na Secretaria de de Estado da Fazenda (SEFAZ.) Houve parceria do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) com a Delegacia de Combate ao Crime Organizado.

Divulgação na mídia

Operação Zaqueu prende 2 fiscais da Secretaria Fazenda

Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=93422>>.

O Ministério Público Estadual (MPE) e a Polícia Civil deflagraram em Rio Branco, a Operação Zaqueu, que resultou na prisão dos fiscais da Receita Estadual Darlan Cunha Brigido e Welligton Wanderley Nobre, suspeitos de praticarem crime de concussão fiscal, conjuntamente com Sérgio David de Souza, o qual também foi preso.

A operação da Delegacia de Combate ao Crime Organizado (DECCO) e da Promotoria de Evasão Fiscal do Ministério Público Estadual (MPE), impediu que o bando, supostamente liderado pelos fiscais, levasse do dono de um posto de combustíveis R\$ 26 milhões. Segundo a investigação, Darlan Cunha e Welligton Wanderley, que trabalhavam na Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) há 7 anos, ameaçavam aplicar multas de valor astronômico ao estabelecimento. Nessa hora, Sérgio David exercia o papel de intermediário, alegando ser amigo dos fiscais e fazia uma proposta ao empresário num valor menor, como também a garantia de que se a vítima pagasse receberia uma pequena advertência ou até a isenção da suposta irregularidade.

Nota oficial do Governo do Acre: Operação Zaqueu

Disponível em: <<http://www.oestadoacre.com/component/content/article/48-artigos/770-nota-oficial-do-governo-do-acre-operacao-zaqueu>>.

O Governo do Estado do Acre vem a público manifestar total apoio ao trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Estadual na Operação Zaqueu, que culminou na prisão de dois fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda. O compromisso do Governo é de tolerância zero com a corrupção, por isso atua pelo fortalecimento das instituições públicas e tem investido sistematicamente no trabalho integrado dos órgãos de segurança do Estado.

Tião Viana
Governador do Estado do Acre

O Ministério Público Estadual (MPE) e a Polícia Civil deflagraram nesta sexta-feira, 23, em Rio Branco, a Operação Zaqueu (nome do chefe dos coletores de impostos, que comandava a extorsão, a exploração popular, na era medieval, em Jerusalém).

Dois fiscais da Fazenda Estadual, identificados pelos nomes de: Darlan Cunha e Welligton Wanderley estariam ameaçando um empresário do ramo de combustível a aplicar multa no valor de R\$ 26 milhões.

Fiscais da Sefaz: Darlan Cunha e Welligton Wanderley



Fonte: MP Acre.

No dia 2 de fevereiro, o empresário procurou o Ministério Público Estadual onde formalizou a denúncia contra os fiscais. A partir daí, uma força tarefa envolvendo



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Ministério Público Estadual, Delegacia de Combate ao Crime Organizado passaram a monitorar as ações dos fiscais denunciados.

Através de escutas autorizadas pela Justiça e de acompanhamento em vídeo todos os movimentos e as *visitas* que os fiscais realizavam no estabelecimento do empresário foram registradas.

A ação resultou na prisão dos fiscais da Receita Estadual Darlan Cunha Brigido e Welligton Wanderley Nobre suspeitos de praticarem crime de concussão fiscal, em conjunto com Sérgio David de Souza, que também foi preso.

A operação da Delegacia de Combate ao Crime Organizado (DECCO) e da Promotoria de Evasão Fiscal do MPE, impediu que o bando, supostamente liderado pelos fiscais, levasse do dono de um posto de combustíveis R\$ 26 milhões.

Segundo a investigação, Darlan Cunha e Welligton Wanderley, que trabalhavam na Secretaria de Estado da Fazenda há sete anos, ameaçavam aplicar multas de valor astronômico ao estabelecimento.

[...]

Sérgio David foi preso em uma agência bancária no ato em que tentava descontar um cheque da vítima no valor de R\$ 150 mil e com a posse de outros 5 cheques no valor de R\$ 50 mil, cada, totalizando R\$ 400 mil.

Darlan Cunha e Welligton Wanderley foram presos simultaneamente, na sede da Sefaz, no centro da capital.

Os policiais e os agentes do Ministério Público, além das ordens de prisão deram cumprimento a 5 mandados de busca e apreensão. Foram apreendidos documentos diversos, cheques, computadores pessoais e da instituição.

Ao tomar conhecimento do fato, o governador Tião Viana, reafirmou que seu governo é intolerante com a corrupção, em qualquer esfera, e ressaltou total apoio à Polícia Civil e ao Ministério Público durante as investigações.

Já o secretário de Estado de Fazenda, Mâncio Cordeiro, em conversa com os promotores, procurador e delegado, responsáveis pela operação policial, colocou toda a estrutura da Sefaz à disposição da investigação.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

O promotor Danilo Lovisaro observou a colaboração da secretaria em todos os aspectos.

O delegado Karlesso Nespoli, destacou que a investigação vai continuar, por haver indícios da participação de outras pessoas no evento criminoso. “Nós queremos apurar se esse fato é isolado ou se é prática recorrente”, frisou.

[...]

O compromisso do Governo é de tolerância zero com a corrupção, por isso atua pelo fortalecimento das instituições públicas e tem investido sistematicamente no trabalho integrado dos órgãos de segurança do Estado, conforme assevera o Governador Tião Viana.

OPERAÇÃO TENTÁCULOS

O Ministério Público do Estado do Acre em parceria com a Delegacia de Combate ao Crime Organizado constatou o envolvimento de prestadores de serviço de autoescolas e funcionários públicos integrantes de uma quadrilha que agia dentro do Departamento Estadual de Trânsito do Acre (DETRAN/AC) com o objetivo de fraudar exames para facilitar a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), além de outros delitos como retirada de multas, transferência de pontuação na carteira e falsificação de documentos para carros roubados. Houve 27 prisões temporárias e 33 buscas realizadas, sendo que foram envolvidas na operação 130 pessoas.

Divulgação na mídia

Operação Tentáculos prende falsificadores de CNH no Acre

Disponível em: <<http://www.mp.ac.gov.br>>.

O Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público do Acre (MP/AC), a Polícia Civil do Estado e o Departamento



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Estadual de Trânsito (DETRAN) prenderam, [...], 27 pessoas por fraude em Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH). A operação Tentáculos, que envolveu 130 policiais, tem como finalidade coibir e reprimir a atuação de organização criminosa especializada na emissão fraudulenta de CNH. A quadrilha tem atuação interestadual.

Estima-se que pelo menos 500 carteiras de habilitação tenham sido emitidas irregularmente. Os envolvidos nos crimes são servidores públicos, proprietários de autoescolas, despachantes, policiais civis e militares e uma psicóloga.

A máfia das carteiras de habilitação começou a ser descoberta por iniciativa da Diretora-Geral do Detran Sawana Carvalho, que há dez meses procurou o Ministério Público e a Polícia Civil para pedir uma investigação. Interceptações telefônicas e uma investigação minuciosa feitas pelos promotores do Gaeco do Ministério Público Estadual e pela Polícia Civil, com a colaboração do Detran, permitiram que a Operação Tentáculos chegasse até os envolvidos na fraude. O inquérito policial foi conduzido pelos delegados Rodrigo Noll e Alcino Ferreira Júnior.

A Operação Tentáculos agiu de forma conjunta e unida, o que garantiu o sucesso da atuação. “O trabalho de parceria garante o sucesso da operação. Agimos unidos e irmanados em um só foco: o combate à corrupção. O MP vai oferecer a denúncia contra todos. As pessoas serão responsabilizadas e a pena não será pequena”, enfatizou o promotor de Justiça Leandro Portela, do Gaeco.

Os envolvidos responderão por crime de corrupção ativa, formação de quadrilha, corrupção, falsidade ideológica e tráfico de influência. Os servidores vão responder criminalmente por falsidade ideológica, inserção de dados falsos em banco de dados da administração pública e corrupção passiva. Os 27 envolvidos estão em prisão temporária e serão encaminhados ao presídio de Rio Branco. Participaram ainda da Operação Tentáculos, o Secretário da Polícia Civil, Emylson Farias, e o Promotor de Justiça Rodrigo Curti, do Gaeco.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Cerca de 27 pessoas, entre funcionários do Detran Acre e de autoescolas foram presas

Disponível em: <<http://www.oriobranco.net/policial/25877-operacao-tentaculos-desarticula-quadrilha-que-fraudava-cnhs-em-cidades-do-acre.html>>.

Uma quadrilha de ao menos 27 pessoas que atuava em Rio Branco e outros três municípios do Estado foi desarticulada, [...], em operação conjunta entre a Polícia Civil, Ministério Público Estadual e Departamento de Trânsito do Acre.

Foram cumpridos 36 mandados de busca e apreensão e outros 27 mandados de prisão. Além disso, a polícia apreendeu a quantia de R\$ 7.500, 13 computadores, provas teóricas, testes psicotécnicos, entre outros. Mais de nove autoescolas são alvo de investigações.

Conforme as autoridades, a quadrilha já era investigada há cerca de 10 meses, época em que o Detran Acre observou irregularidades em Carteiras de habilitação, entre outros documentos.

De acordo com a Diretora-Geral do Detran Sawana Carvalho, o Departamento estima que aproximadamente 500 habilitações tenham sido forjadas, causando um prejuízo de cerca de 50 mil reais.

A diretora explica que alguns acidentes não têm justificativa senão a má formação dos condutores, um dos pontos observados pelo departamento durante as fiscalizações.

“O Detran se preocupa não só com as fiscalizações, mas também com a formação do condutor. Alguns acidentes não têm explicação a não ser a má formação do condutor.” Reforça. “Pessoas que nem existem tiravam CNH”

Para Alcino Ferreira Júnior, um dos delegados que presidem as investigações, essa organização criminosa atuava desde o momento do teste, fraudava processos teóricos, entre outros.

Um dos destaques da organização criminosa é que ao menos três pessoas foram presas acusadas de realizar testes se passando por outras pessoas.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

“Constatamos que pessoas que não poderiam dirigir, até por problemas de saúde, conseguiam retirar a CNH. Se você não soubesse ler, não enxergasse, e mesmo que você não existisse, conseguia tirar sua habilitação.” Relata o Delegado.

“Todos os documentos apreendidos serão alvo de perícia. Se comprovada a fraude, a CNH dessas pessoas será cancelada e eles poderão responder criminalmente”, relata Alcino.

O Secretário de Polícia Civil Emylson Farias destacou o profissionalismo dos cerca de 130 policiais que atuaram nesta operação. E ressaltou ainda a agilidade do poder judiciário que forneceu com rapidez os mandados de prisão necessários. “Isso nos mostra a ânsia, a vontade de todas as instituições em prol de um só objetivo”, relatou. Autoescolas podem perder concessão

Segundo a Diretora-Geral do Detran Sawana Carvalho, as autoescolas Christus, Vitória, Adrian, Radar, Águia, Aquiri, Primavera, Habilitar e Farol II, envolvidas no esquema serão submetidas a processos administrativos e poderão perder a concessão para atuarem. Além disso, os seus instrutores também poderão sofrer punições.

Sawana Carvalho reitera que, “no sistema do Detran, constavam todos os passos necessários para a aquisição da CNH. Tanto no prontuário físico, quanto no eletrônico, as fraudes se davam nos testes.” Explica.

Uma luta incessante no combate à corrupção

O Promotor de Justiça Leandro Portella ressaltou que o Ministério Público busca incessantemente o combate à corrupção: “O Ministério Público através de seus agentes, que são um grupo de promotores os quais eu apenas represento, está focado no combate à corrupção. O Acre tem ganhado muito com a integração do MP e das polícias. Todos estão focados em um único propósito que é tornar o Acre um Estado melhor”. O promotor destacou, ainda, que se deve entender que a quadrilha conta também com [...] outros quinhentos corruptores, cidadãos que alimentam a rede de corrupção.

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Sobre as punições, ele afirma: “São vários crimes cometidos por essa quadrilha. As pessoas vão ser responsabilizadas e as penas não vão ser baixas”. Portella ainda reitera que se o cidadão souber de qualquer ato ilícito cometido por um servidor público procure as autoridades competentes. “Estamos aqui para fazer valer o valor pago pelos impostos dos cidadãos” finalizou ele.

Operação Tentáculos desarticula quadrilha que fraldava CNHs, no Acre



Fonte: Agnes Cavalcante. Fotos: Francisco Chagas

OPERAÇÃO CAÇA FANTASMAS

Trata-se da sublocação de contrato de trabalho público. Com o apoio da Polícia Civil, investigadores cumpriram mandados de busca e apreensão na sede da prefeitura em busca de provas que comprovassem a suposta inclusão de pessoas na folha de pagamento do município, mas que jamais bateram o ponto nos órgãos. Até o momento, nenhuma prisão foi efetuada. Em decorrência das buscas realizadas com autorização da justiça, foram apreendidos documentos, discos rígidos e computadores.

Divulgação na mídia

Ministério Público faz devassa na Prefeitura de Sena em busca de *Fantasmas*

Disponível em: <<http://www.acrealerta.com/>>.

Uma operação *caça fantasmas*. Assim pode ser definida a ação realizada pelo Ministério Público do Acre (MPAC) na prefeitura de Sena Madureira. [...] Com o apoio da Polícia Civil, investigadores cumpriram mandados de busca e apreensão na sede da prefeitura em busca de provas que comprovassem a suposta inclusão de pessoas na folha de pagamento do município, mas que jamais bateram o ponto nos órgãos.

Prefeito Nilson Areal



Fonte: Acrealerta.com

A investigação é conduzida pela promotora da cidade Vanessa de Macedo Muniz. Segundo ela, as investigações foram iniciadas em abril, após relatos, na imprensa local, de fantasmas na prefeitura. Desde então, o MP tem solicitado o envio de documentos com a relação de servidores. A maioria das solicitações não foi atendida.

Quando havia resposta, ocorriam de forma insatisfatória. Com o mandado expedido pela comarca de Sena, o MP fechou o cerco [...] e foram apreendidos documentos, discos rígidos e computadores. Toda a papelada e os



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

equipamentos serão periciados pelo NAT, do MPAC. Em entrevista a um *site* de Rio Branco, o advogado da prefeitura Roberto Duarte Júnior informou que o município não tem nada a temer.

OPERAÇÃO ANJO DA GUARDA

Ministério Público do Estado do Acre, atuando na proteção a crianças e adolescentes em situação de risco. Parceria com a Polícia Militar, Polícia Civil, Juizado da Infância e Juventude Combate à rede de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Divulgação na mídia

Operação Anjo da Guarda é deflagrada e detecta adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade

Disponível em: <<http://webserver.mp.ac.gov.br/operacao-%E2%80%99Canjo-da-guarda%E2%80%9D-e-deflagrada-e-detecta-adolescentes-em-situacao-de-risco-e-vulnerabilidade/>>.

Foi deflagrada na madrugada do último dia 4 de março a “Operação Anjo da Guarda”, que se consistiu numa ação de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco, encontrados nos pontos vulneráveis à exploração sexual nas rodovias federais, desencadeada pela Polícia Rodoviária Federal.

A operação foi realizada no município de Capixaba e contou com a participação efetiva do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio da Coordenadoria da Defesa da Infância e da Juventude, 2ª e 3ª Promotorias Especializadas da Infância e da Juventude de Rio Branco, Promotoria da Comarca de Capixaba, Poder Judiciário, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) e Instituto Socioeducativo do Acre (ISE).

O Procurador de Justiça Carlos Maia, os Promotores de Justiça da Infância e Juventude, Almir Branco, Francisco José Maia Guedes e Wendy Takao Hamano, o Juiz da Comarca de Capixaba, Gustavo Luiz Gustavo Alcade Pinto, acompanharam de perto

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

a Operação deflagrada na madrugada do dia 4 de março no horário da 1h às 8h da manhã. Na ocasião, foram realizadas as identificações dos adolescentes, notadamente, quanto à situação de risco ou conflito com a lei, e de seus familiares, com realização de audiências no local e determinação de agendamento posterior para outras. De acordo com o promotor Almir Branco, “as audiências realizadas simultaneamente durante a madrugada se constituíram num marco histórico, que deverão ficar nos anais da instituição”.

O Procurador de Justiça Carlos Maia, Coordenador da Coordenadoria de Defesa Infância e da Juventude explicou que “esta operação é uma estratégia importantíssima na construção de uma cultura de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, considerando o alto grau de vulnerabilidades a que estes estão expostos quando da permanência nesses ambientes”.

Para o Promotor de Justiça Francisco Maia, “esta operação está em consonância com o que foi estabelecido pelo PAIR ainda em 2003, uma vez que é realizada com as diversas instituições que compõem o eixo de Defesa e Responsabilização e o eixo de atendimento, devendo estabelecer uma continuidade”. Ao final da operação, 63 [...] adolescentes foram encontrados em situação de risco e vulnerabilidade, tendo sido encaminhados ao Fórum para serem entregues aos responsáveis legais, sendo que, em momento oportuno, todos se apresentarão ao Juízo de Capixaba, para serem admoestados, responsabilizados e/ou encaminhados para a Rede de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do referido município.

Foto divulgação da Operação Anjo da Guarda



Fonte: MP do Estado do Acre.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Divulgação na mídia

Jornal do Acre

Menores são apreendidos sob risco de exploração sexual em Capixaba

Os 63 adolescentes foram encontrados em um bar através da operação "Anjo da Guarda" realizada pelo MPE. Alguns consumiam bebida alcoólica.

Disponível em: <<http://www.portalamazonia.com.br/jornais/menores-sao-apreendidos-sob-risco-de-exploracao-sexual-em-capixaba/>>.

RIO BRANCO – O Ministério Público Estadual (MPE) investiga a prática de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Capixaba. [...] a “Operação Anjo da Guarda” [...] culminou na apreensão de 63 adolescentes em situação de risco social e vulnerabilidade.

A operação aconteceu de 1h às 8h da manhã em um bar situado à margem direita da BR-317, que dá acesso à Capixaba. O ambiente foi considerado propício à exploração sexual, uma vez que a maioria dos jovens encontrados no local ingeria bebida alcoólica.

[...]

Foram detidos seis suspeitos de exploração sexual de menores. O dono do bar irá responder criminalmente pela venda de bebidas alcoólicas aos adolescentes, além de ser responsabilizado por permitir que sua filha, de 10 anos de idade, trabalhasse servindo bebida no local.

Atuaram na ação aproximadamente 27 agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), 25 homens da Polícia Civil, incluindo dois delegados e outros 27 servidores do MPE, da SEDS e ISE, que desenvolveram ações de abordagens simultaneamente no local.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

OPERAÇÃO PESCA BAGRE

Formalizou denúncia e solicitou a prisão de 10 vereadores ex-vereadores e diretores financeiros do município do Pilar. Atuação conjunta do Ministério Público Estadual com a Polícia Civil alagoana. Foram constatados crime de peculato, dispensa de licitação, ordenação de despesa não autorizada e formação de quadrilha. Em um levantamento inicial comprovou-se que o esquema desviou mais de R\$ 2,6 milhões do duodécimo da Câmara Municipal em quatro anos.

Divulgação na mídia

Operação Pesca Bagre desmonta esquema criminoso no Pilar

Informações disponíveis em: <<http://mp-al.jusbrasil.com.br/noticias/1495226/operacao-pesca-bagre-desmonta-esquema-criminoso-no-pilar>>.

Assessoria de Comunicação do Ministério Público de Alagoas.

O Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC) e a Promotoria de Justiça do Pilar, atendendo a recomendação de austeridade no combate aos desvios de recursos públicos feita pela Procuradoria-Geral de Justiça formalizaram denúncia e solicitaram a prisão de dez vereadores, ex-vereadores e diretores financeiros do município do Pilar.

Os mandados foram autorizados pelos juízes da 17ª Vara Criminal, especializada no combate ao crime organizado, a partir da denúncia dos crimes de peculato, dispensa de licitação, ordenação de despesa não autorizada e formação de quadrilha. Em um levantamento inicial foi constatado que o esquema desviou mais de R\$ 2,6 milhões do duodécimo da Câmara Municipal em quatro anos.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

O Gecoc também vai encaminhar documentos ao procurador-geral de Justiça, Eduardo Tavares, sobre a participação do prefeito Oziel Barros no período em que era presidente da Mesa Diretora. Ele aparece na denúncia e só não foi alvo de um pedido de prisão devido ao seu atual foro privilegiado.

A operação "Pesca Bagre" foi comandada pelo delegado Paulo Cerqueira, coordenador da Divisão Especial de Investigações e Capturas (Deic). A ação policial contou com a participação de homens do Grupo Tático Integrado de Grupamentos de Resgates Especiais (TIGRE) e do Serviço de Inteligência da Polícia Civil, além do apoio da Delegacia-Geral de Polícia, sob o comando do delegado José Edson Freitas. Os trabalhos começaram por volta das 6h e terminaram aproximadamente 11h. Os mandados foram cumpridos nos municípios de Maceió, Pilar e Boca da Mata.

[...]

Para se ter uma ideia, foram gastos com repasses fraudulentos cerca de R\$ 1,5 milhão em apenas dois anos. Só em diárias eles totalizaram gastos de R\$ 184 mil. Outro exemplo da fraude está nas dispensas de licitações de materiais desnecessários ao Legislativo. No exercício de 2005, com a Mesa Diretora sob a presidência do ex-vereador José Hosano a Câmara do Pilar adquiriu R\$ 12,1 mil em material de construção sem nenhuma licitação. Ou em 2007, quando o então vereador Oziel Barros adquiriu R\$ 63,8 mil em combustível sem licitação. Bem como a vereadora Patrícia Rocha que locou veículos por R\$ 95,8 mil pagos com verba de custeio.

Ainda de acordo com os promotores de Justiça do Gecoc, este esquema é uma realidade encontrada em muitas câmaras municipais de Alagoas, que "necessitam de fiscalização e controle dos gastos para que sejam evitados desvios e abusos com recursos públicos". "Os juízes da 17ª Vara foram sensíveis ao perceberem rapidamente que eram necessários os mandados de prisão, afinal o esquema estava sendo perpetuado dentro do município do Pilar", disse um integrante do Gecoc.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Prefeito vai a julgamento por Operação Pesca Bagre

Disponível em: <<http://www.tribunahoje.com/noticia/15676/politica/2012/01/25/prefeito-vai-a-julgamento-por-operacao-pesca-bagre.html>>.

Escrito por Victor Avner.

O prefeito de Pilar, Oziel Barros (PSD), finalmente começa a ser julgado pelo desvio de R\$ 4,7 milhões da Câmara de Vereadores do município. O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ/AL) decretou que o gestor seja interrogado pelos crimes apurados durante a Operação Pesca Bagre.

A ação contra Barros está em tramitação desde novembro de 2009. Em decisão na segunda-feira (23), o desembargador Edivaldo Bandeira Rios determinou que a 2ª Vara Criminal da Capital convoque o prefeito e demais testemunhas para se pronunciar sobre o caso. Depois desta etapa, o prefeito estará apto para ir a julgamento.

Barros era presidente do Legislativo municipal quando participou de um esquema de desvio de recursos públicos com outros vereadores. Ao lado de outros sete vereadores — três já sem mandato —, o atual prefeito de Pilar foi denunciado pelo Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL) pelos crimes de peculato, formação de quadrilha, ordenação de despesa não autorizada e dispensa ilegal de licitação.

As irregularidades foram cometidas entre 2005 e 2007. De acordo com a investigação do Gecoc, hoje Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), os vereadores usavam os recursos públicos da Câmara para pagar despesas pessoais como contas de telefone e aluguel de veículos. Além disso, serviços de alto custo eram parcelados para ficar dentro do limite legal para ausência de licitação.

Oziel Barros havia sido denunciado pelo MP/AL junto com os demais vereadores de Pilar, no entanto, por ter sido eleito prefeito, o ex-presidente da Câmara ganhou foro privilegiado e seu processo teve que ser julgado no Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ/AL).



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

OPERAÇÃO CLONE

Desencadeada após investigação do GECOC – visou ao combate da *clonagem* de cartões de crédito. Foram cumpridos cerca de 30 mandados de busca e apreensão, além de 25 de prisão, em Maceió, Barra de São Miguel, São Miguel dos Campos e Messias, todos municípios alagoanos. O esquema de clonagem movimentava mais de R\$ 4 milhões mensais.

Divulgação na mídia

Informações disponíveis em: <<http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=318732>>.

Escrita por Janaina Ribeiro

O "Clone" agora não está mais em uma remota novela da Rede Globo. A operação que fez "plágio" do sucesso global [...] Os participantes da trama, com versão alagoana, são a Polícia Civil e Militar, além da Força Nacional e o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC). Os mandatos de prisão foram expedidos pela 17ª Vara Criminal e desmanchou um esquema de clonagem de cartões. Dois policiais civis, [...]

Operação Clone: mais dois são presos e contam como funcionava o esquema. Rodrigo Mendes e Rosivan Filho se entregaram à polícia [...] e [...] foram ouvidos pelo Gecoc e pela Polícia Civil.

[...]

Rodrigo Mendes, que seria proprietário de uma loja de informática e suspeito de usar um vírus nas máquinas do seu estabelecimento para captar os dados de clientes, entregou-se ao delegado Carlos Alberto Reis, diretor do Departamento de Polícia Judiciária Metropolitana (DJPM), [...]. A entrega dele foi intermediada pelo advogado do acusado na noite dessa terça-feira.

Em paralelo, Rosivan Filho, apontado como membro da organização criminosa que fazia compras nos cartões clonados, também se apresentou, durante a manhã. Ele foi diretamente ao Gecoc e, em seguida, prestou depoimento aos promotores Antônio Luiz dos Santos Filho e Alfredo Gaspar de Mendonça.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Rodrigo e Rosivan colaboraram com as investigações e admitiram integrar a quadrilha. “A dupla sabia que já havia provas contra ela e resolveu ajudar. Os dois confirmaram fazer parte da organização criminosa, contaram como era o modo de autação do bando, quem comprava os produtos adquiridos, através das compras com os cartões clonados, e no que já gastaram o dinheiro obtido através das fraudes”, explicou o diretor do Departamento de Polícia Judiciária Metropolitana.

As investigações apontam que Rodrigo Mendes seria dono de uma loja de material de informática e autoriza o uso de cartões clonados em seu estabelecimento comercial. Ele também é suspeito de usar um vírus que, quando inserido através de pen drive no computador, tem a capacidade de furto os dados pessoais de um cartão de crédito. Esse vírus, quando depositado no computador, armazenava todas as informações do cartão, inclusive, conseguia copiar a senha do titular. Depois, o criminoso recolhia os dados que ficavam armazenados para poder imprimir-los num cartão virgem e fazer a clonagem”, detalhou o coordenador do Gecoc, Alfredo Gaspar de Mendonça.

Já a participação de Rosivan Filho, na quadrilha, era na compra dos produtos com os cartões já clonados.

A Operação Clone

Desencadeada no último dia 23 pelo Gecoc, em parceria com as Polícias Civil e Militar, Força Nacional e 17ª Vara Criminal da Capital, a operação ‘Clone’ cumpriu 26 mandados de busca e apreensão e 25 de prisão em Maceió, Barra de São Miguel, São Miguel dos Campos e Messias. Foram apreendidos 12 carros, dois jets skis, dezenas de computadores e maquinas de cartões de crédito, uma arma, além de documentos.

Apenas duas pessoas continuam foragidas. Rodrigo Andrade e Francisco de Azevedo. “O Francisco era um dos envolvidos que mais ostentava o lucro obtido com o crime. O veículo Jeta, cor cinza, apreendido por nós no dia de ontem, por exemplo, é ano e modelo 2012”, contou o delegado Carlos Alberto Reis. Também é de Francisco um dos jet skis recolhidos durante a operação.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Segundo o promotor Alfredo Gaspar de Mendonça, Francisco está negociando a sua apresentação à polícia. "Ele poderá se apresentar a qualquer momento. Já está avançada a negociação para que isso aconteça", assegurou.

"Já a prisão do Rodrigo Andrade, que fugiu por uma janela, enquanto aguardava ser chamado para a realização do exame de corpo delito, após ser preso durante a operação, é apenas uma questão de tempo. Já estamos no encalço dele", garantiu o delegado do DPJM.

Operação Clone: dois policiais são presos por clonagem de cartões

Informações disponíveis em:

<<http://www.extralagoas.com.br/noticia/3813/geral/2012/07/23/operacao-clone-dois-policiais-sao-presos-por-clonagem-de-cartoes.html>>.

Segundo Alfredo Gaspar de Mendonça, coordenador do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc) do Ministério Público, se cumprem 24 mandados de prisão e 25 de busca e apreensão. "Não podemos revelar maiores detalhes porque a operação ainda está em andamento, mas posso garantir que mais de 15 pessoas já estão presas e muito material foi apreendido", afirma ele.

A sede do Ministério Público, no bairro do Poço, será o "abrigo" de todos os presos e de todo material apreendido.

Há uma grande movimentação de policiais civis, militares e da Força Nacional, que deram cumprimentos aos mandados expedidos pelos juízes da 17ª Vara Criminal. Maurício Brêda, juiz da 17ª Vara Criminal, foi quem assinou os mandados de prisão, busca e apreensão. Para inspecionar o material apreendido e conversar com o promotor Alfredo Gaspar de Mendonça, Brêda esteve na sede do Ministério Público.

Foi no bairro do Trapiche, numa residência que era apontada como local da clonagem dos cartões, o palco para a primeira "blitz" da polícia. Carlos Eduardo Vieira de Almeida - o "Dudu" - possível dono da residência, era um dos cabeças do grupo. A polícia recolheu 4 computadores no local.

No conjunto Rui Palmeira, no bairro da Serraria, a polícia realizou mais um mandado. Novos membros do grupo criminoso foram presos e uma nova residência foi invadida. Entre os presos se destaca o João Rezende. No local, a apreensão foi ainda



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

maior. Vários computadores e oito automóveis, sendo dois Uno Mille, placas NMH 6507 e o outro MMH 9003, três Volkswagen Gol placas OLO 6642, MLX 3333 e KIG 2209, um Chevrolet Ágile placa OHB 7619 e um Cobalt NMN 6642, um Mitsubishi Corola, placa MUY 5859 entre eles táxis com placas de outros Estados, como Minas Gerais e Pernambuco foram recolhidos. Com pedido de sigilo, policiais que participaram das investigações informaram que a quadrilha movimentava cerca de R\$ 500 mil por semana em golpes contra operadoras de cartões de crédito. Em um apartamento no bairro da Serraria, os policiais apreenderam cerca de R\$ 20 mil.

O que chama a atenção da polícia é que a maioria dos presos é formada por jovens de classe média, que usava o dinheiro dos golpes para comprar roupas de marca, carros e até jet sky. Alfredo Gaspar, questionado se a operação estava próxima de ter um fim afirmou que estava apenas no começo. "Estas prisões e apreensões são apenas o início do desmanche desse esquema. Muita gente ainda será presa assim como novos equipamentos serão recolhidos e pistas encontradas", disse ele.

A assessoria do Ministério Público informou que, como a operação ainda está em andamento, não pode ser passado maiores detalhes.

Operação Clone: 20 acusados vão receber tornozeleira eletrônica e serão liberados

Cooperação com informações permitiu soltura dos envolvidos. Dois policiais civis e dois líderes devem permanecer presos

Informações disponíveis em:

<<http://www.tribunahoje.com/noticia/34786/policia/2012/07/27/operacao-clone-20-acusados-va-receber-tornozeleira-eletronica-e-serao-liberados.html>>.

Milton Rodrigues 27 Jul de 2012 - 17:36

Os 20 acusados na Operação Clone, deflagrada no início da semana, vão ser liberados a partir da meia-noite desta deste sábado (28). A decisão da Justiça se baseia na cooperação dos envolvidos durante as investigações do esquema de clonagem de cartões de créditos em Maceió.

De acordo com o promotor Alfredo Gaspar de Mendonça, os membros da quadrilha foram beneficiados com a prerrogativa da delação premiada e devem deixar a



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Casa de Custódia. Eles vão ser monitorados pela polícia por meio de tornozeleiras eletrônicas e devem estar à disposição do Ministério Público Estadual (MPE) para novos depoimentos. “Eles ajudaram bastante na investigação e vão ser beneficiados, mas não podem frequentar bares e casas de prostituição e não possuem autorização para efetuar viagens”, afirma o promotor. Com a decisão de soltura, permanecem presos quatro integrantes da quadrilha, sendo dois policiais civis e dois líderes da organização.

Os policiais, Alexandre César Santana e Gleydisson Borges Dias, teriam cobrado propina para não delatar a quadrilha, segundo denúncia do MPE.

Os outros dois denunciados, Edson dos Santos e Edson Ricardo, seriam os 'cabeças' que agenciavam os novos membros. A quadrilha vinha sendo investigada por cerca de três meses. O grupo chegou a desviar aproximadamente R\$ 4 milhões que foram gastos com farras, carros de luxo e *jet skis*.

Operação Clone: MP e PC deflagram mais uma operação

Ação conjunta cumpriu mandados de busca e apreensão em estabelecimentos comerciais na capital

Disponível em: <<http://www.conceicaopbonline.com/2012/12/pc-deflagra-operacao-para-prender.html>>.
Postado por Ricardo Dantas, Radialista Publicitário DRT-PB N°3.645

Mais uma operação conjunta deflagrada pelo Ministério Público Estadual (MPE) por meio do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc) e a Polícia Civil de Alagoas(PC), através da Diretoria de Polícia Judiciária Metropolitana (DPJM), foi desencadeada nesta sexta-feira (3) em estabelecimentos comerciais de Maceió. O trabalho, que é uma sequência das investigações da operação “Clone”, teve a coordenação do promotor Luiz Tenório e do delegado Carlos Reis.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão na capital alagoana. Na ação, que durou todo o dia, foram apreendidas seis motos; computadores e maquinas de cartão de crédito (infectadas com um vírus para copiar dados dos clientes) além de vários produtos e equipamentos eletrônicos.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Os mandados foram expedidos pela 17ª Vara Criminal da Capital. De acordo com o delegado Carlos Reis, a ação de hoje tem a finalidade de apreender produtos com suspeitas de terem sido adquiridos com dinheiro proveniente da atuação dos golpes aplicados, além de equipamentos eletrônicos utilizados para copiar e armazenar dados de clientes, os quais seriam utilizados pelo grupo criminoso.

Operação Clone: 15 pessoas são denunciadas

Entre os denunciados estão relacionados “clonadores”, comerciantes e agentes públicos

Disponível em: <http://web.mp.al.gov.br/v2/index.php?option=com_content&view=article&id=948:operacao-clone-15-pessoas-sao-denunciadas&catid=27:noticias>.

Fonte: MPAL.

Em continuação à operação clone, o GECOC do MPE ofertou hoje (17) denúncia contra 15 investigados (entre eles dois policiais civis), tendo sido os denunciados Edson Ricardo da Rocha, Edson Ferreira Teixeira, Edson Vieira dos Santos Rodrigo, José Moreira Lima Siqueira, Renatho Erik De Medeiros Rocha, Mauro César Costa Oliveira, Jose Claudio Silva dos Santos, Rodrigo Andrade dos Santos, Allysson Monteiro de Carvalho, Amaro Jorge Correia dos Santos, Danylo César Almeida dos Santos, Eduardo Ernesto Perciano Costa e Thiago Vasconcelos Pereira Viana incurso nas sanções penais dos artigos 171 e 288, do Código Penal brasileiro que tratam sobre estelionato e formação de quadrilha.

Em relação ao denunciado Gleidson Borgesdias da Silva, policial civil, como incurso nas sanções penais dos artigos 319 e 325 da Legislação Penal pátria que trata de quebra de sigilo funcional. Já no tocante ao denunciado Edilson (ainda não se sabe o nome completo) policial civil, lotado na Delegacia de São Miguel dos Campos, como incurso nas penas do art. 316 do Código Penal brasileiro que trata de extorsão.

Acusado na Operação Clone que fugiu se entrega ao MPE

Disponível em: <<http://www.alagoastempo.com.br/noticia/23790/alagoas/2012/07/26/acusado-na-operacao-clone-que-fugiu-se-entrega-ao-mpe.html>>.



Fonte <http://www.alagoastempo.com.br/noticia>

Dois dias após fugir, enquanto fazia exame de corpo e delito no Hospital Sanatório, no bairro do Farol, Rodrigo Andrade Santos, de 27 anos, se entregou hoje, 26, ao Grupo de Combate as Organizações Criminosas (Gecoc) do Ministério Público de Alagoas.

No momento, Rodrigo se encontra na sede do Ministério Público Estadual (MPE) e aguarda ser interrogado pelos delegados.

Segundo o comandante Gilmar Batinga, um procedimento administrativo disciplinar será instaurado para averiguar se houve negligência por parte dos militares que faziam a segurança do preso.

O MPE está negociando a apresentação de mais um integrante da quadrilha de clonagem de cartões de crédito, o "Chico Magro", como foi identificado o acusado. A expectativa dos promotores, com essa apresentação, é de que Chico Magro também ajude as investigações e ganhe direito aos benefícios da delação premiada, que prevê redução na quantidade da pena ao final do processo.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

OPERAÇÃO FUMUS¹

Atuação do Ministério Público Estadual, Polícia Militar Estadual, Polícia Civil, Associação Brasileira de Combate à Falsificação. Deflagrada no dia 26 de outubro de 2011 cumpriu 21 mandados de busca e apreensão nas cidades de Macapá e Santana com o envolvimento 160 pessoas dentre policiais civis e militares e servidores o MP que cumpriram os respectivos mandados judiciais. A operação tinha o objetivo de combater a corrupção policial e outros crimes correlacionados, ligados à falsificação e ao contrabando de cigarro.

Divulgação na mídia

Resultado da Operação 'Fumus Malus': apreendidos 900 mil maços proibidos

Texto: Marília Assunção com informações do GNCOC e fotos do GRC e de João Sérgio

Assessoria de Comunicação Social do MP

Disponível

em: <<http://www.mp.go.gov.br/porta1web/1/noticia/ad9e58ed8e6a74c5a068cb8b23d8fbaa.html?titulo=Resultado%20da%20Opera%E7%E3o%20'Fumus%20Malus':%20apreendidos%20900%20mil%20ma%E7os%20proibidos>>.



Fonte: MPMGO

¹Ver também matérias disponíveis em: <<http://www.youtube.com/watch?v=6L-58wGjthQ>>; <<http://www.youtube.com/watch?v=f9YLup-BXpU>>.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Cigarros proibidos foram encontrados em Goiânia e Aparecida de Goiânia

Na operação deflagrada hoje (26/10), denominada *Operação Fumus Malus*, foram apreendidos mais de 900 mil maços de cigarros que estavam acondicionados em 90 mil pacotes das três marcas proibidas, e alvos da operação: Rei, Itaba e Ficet. Coordenada pelo GNCOC – chamado Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rêgo Santos, nome que homenageia o promotor mineiro assassinado por organizações criminosas que adulteravam combustíveis, a operação ocorreu nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Amapá, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia e Alagoas.

Em todos eles o objetivo foi combater a corrupção e outras infrações correlatas à falsificação e ao contrabando de cigarros, com a participação de vários órgãos parceiros. No caso de Goiás, explicam os promotores de Justiça Dênis Bimbatí, Luís Guilherme Gimenes e Vinícius Marçal, respectivamente coordenador e membros do Grupo de Repressão ao Crime (GRC) do MP, o foco foi a busca e a apreensão dos produtos proibidos por portarias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Receita Federal - em outros estados a ação atingiu envolvidos em crimes onde cabia prisão.

A operação em Goiás ocorreu em 4 estabelecimentos de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Parte dos cigarros apreendidos foi levada pela Receita Estadual e parte permaneceu nos depósitos onde foi designado um fiel depositário. Nacionalmente, o balanço seria divulgado pela presidência do GNCOC na sede do Ministério Público da Paraíba [...].

Esta é a primeira vez que uma operação com tal enfoque é deflagrada pelo Grupo Nacional. Segundo divulgado em nota nacional do GNCOC, a escolha demonstra a importância atual do tema, “especialmente em virtude de que mercadorias ilícitas, mormente o cigarro falsificado, ingressam no Brasil e são disseminadas em todo o seu território, comprometendo cerca de 60% do mercado nacional e impedindo que o fisco arrecade o ICMS devido relativo ao produto legalizado”.

[...]



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

O GNCOC, atualmente presidido pelo Procurador-Geral de Justiça da Paraíba, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, é um Grupo formado por Membros dos Ministérios Públicos Estaduais e da União, tendo sido criado em 2002 pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG), após a morte do promotor Francisco José. Dentre os principais objetivos do GNCOC se encontram o combate às organizações criminosas e a interação dos membros entre si e com diversas instituições parceiras, dentre elas a Inteligência da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, dentre outras.

Em Goiás

No Estado de Goiás, houve interação e parceria entre Ministério Público Estadual, através do Grupo de Repressão ao Crime Organizado – GRC e do Centro de Segurança Institucional e Inteligência (CSI), formado por Promotores de Justiça, com a Polícias Militar e Civil (Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária - DOT) e a Sefaz. Cerca de 40 pessoas, dentre policiais civis e militares, auditores fiscais estaduais e Promotores de Justiça participam da operação, cumprindo diligências de buscas e desenvolvendo os procedimentos aptos a reprimir as condutas delituosas praticadas.

OPERAÇÃO PEDRA DO VALE

As investigações da operação em tela começaram em julho de 2011, tiveram a duração de três meses e teve como objetivos o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas na região do vale do rio Jari no sul do Estado do Amapá, A Organização Criminosa atuava além do Amapá em mais dois estados da federação – Pará e Rondônia e era chefiada por Edivaldo Pereira da Silva, que comandava o tráfico de Boa



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Vista/RO. Do início das investigações até o fechamento com a operação foram apreendidos cinco quilos de maconha, meio quilo de pasta base de cocaína e 200 gramas de crack. “Além de um revólver calibre 38 com cinco munições intactas, um carro, três motos, três TVs LCD, três balanças de precisão, um gerador de energia e quase R\$ 12.000,00 (dose mil reais) em dinheiro”. A quadrilha descoberta movimentava por mês algo em torno 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) o que gera um montante anual de 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil). A operação culminou com a prisão de 17 pessoas e o cumprimento de 18 mandados de prisão, além da instrução do inquérito 66/2011 – DPVJ e a denuncia de todos os envolvidos pelo crime de: Porte ilegal de armas de uso permitido, Concurso Material, Formação de quadrilha, Roubo, Corrupção passiva e ativa, receptação, Associação para o tráfico e Tráfico de entorpecente.

Divulgação na mídia

Ministério Público do Estado e Polícia Civil mostram resultados da Operação Pedra do Vale

da Redação. Agência Amapá

José Maria Silva / DGPC

Disponível em: <<http://www.agenciaamapa.com.br/noticia/26707/>>.

A Polícia Civil trabalhou em conjunto com promotores do Ministério Público do Estado (MPE) e Polícia Militar (PM/AP) no cumprimento de 18 mandados de prisão, que envolvia inclusive policiais militares e funcionários da Prefeitura de Vitória do Jari.



Fonte: <http://www.agenciaamapa.com.br/noticia>

Foram dois dias de ação policial nos municípios de Laranjal e Vitória do Jari, além de Almerim, no Pará, onde a investigação descobriu pessoas responsáveis pela prática de delitos que transportavam o produto.

Na manhã desta sexta-feira, 28, membros da Promotoria de Investigação Cível e Criminal (PICC), o delegado Leandro Moisés e a procuradora-geral de Justiça do MPE, Ivana Cei concederam entrevista sobre a operação denominada "Pedra do Vale", no auditório da PICC.

Na ocasião, foi mostrado um gráfico sobre como a quadrilha estava organizada em solo brasileiro para administrar o comércio de drogas, oriunda de países como a Colômbia.

O promotor Weber Penafort fez uma declaração alarmante aos jornalistas sobre algumas pessoas no município, com pretensão a concorrer cargos políticos nas próximas eleições, e que seriam financiadas com verba do crime organizado no Amapá.

Leandro Moisés disse que observou conduta estranha de alguns policiais quando as ações eram feitas, ou seja, a polícia não tinha êxito na prisão de suspeitas, foi quando decidiu levar o caso à Promotoria para investigar servidores.

Segundo o promotor Eder Abreu, a investigação ocorreu durante doze meses nos estados do Amapá, Pará e Rondônia, com intuito de combater o tráfico de entorpecentes e armas com envolvimento direto de agentes de segurança pública.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Os policiais apreenderam vários veículos adquiridos com dinheiro do tráfico, além de aparelhos eletrônicos, 500 gramas de cocaína, balanças de precisão e R\$ 8 mil em espécie.

Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público do Estado do Amapá

A operação contou com a parceria da Delegacia de Polícia Civil de Vitória do Jari. Após denúncia anônima sobre venda de droga no município de Vitória do Jari, o Ministério Público do Estado do Amapá, por meio das Promotorias de Justiça de Vitória do Jari e Investigações Cíveis e Criminais da Comarca de Macapá, em parceria com a Delegacia de Polícia Civil daquele município, deflagrou [...] a operação Pedra do Vale do Jari.

A operação conjunta objetivou tirar de rota os traficantes do município de Vitória do Jari, assim como, dar uma resposta à sociedade sobre o combate à criminalidade na região. As investigações duraram três meses, dentro dos quais foi descoberta uma organização criminosa com atuação no tráfico de drogas, que agia nos Estados do Amapá, Pará e Rondônia.

Segundo o promotor de Justiça Eder Abreu, coordenador da PICC, durante o andamento das investigações até o fechamento da operação, foram apreendidos cinco quilos de maconha, meio quilo de pasta base de cocaína e 200 gramas de crack. “Além de uma arma, um carro, três motos, três TVs LCD, três balanças de precisão, um gerador de energia e quase R\$ 12.000,00 em dinheiro”, informou o promotor.

Estima-se que a organização movimentava por mês algo em torno de R\$ 150.000,00, o que gera um montante de R\$ 1.800.000,00 por ano. “O resultado foi o esperado. O número de pessoas presas e o material apreendido mostram o êxito da operação”, ressaltou o promotor Wueber Penafort, titular da Promotoria de Justiça de Vitória do Jari.

Para o delegado de Vitória do Jari, Leandro Moisés, a parceria entre o Ministério Público e Polícia Civil é benéfica para todos. “É fundamental a união das



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

instituições para combater este tipo de organização criminosa. Juntamos forças para defender e proteger a sociedade”, disse o delegado Leandro.

Ministério Público do Estado e Polícia Civil mostram resultados da Operação Pedra do Vale

Disponível em: <<http://agenciaamapa.com.br/noticia/26707/>>

[...]

A Polícia Civil trabalhou em conjunto com promotores do Ministério Público do Estado (MPE) e Polícia Militar (PM/AP) no cumprimento de 18 mandados de prisão, que envolvia inclusive policiais militares e funcionários da Prefeitura de Vitória do Jari.

Foram dois dias de ação policial nos municípios de Laranjal e Vitória do Jari, além de Almerim, no Pará, onde a investigação descobriu pessoas responsáveis pela prática de delitos que transportavam o produto.

Na manhã desta sexta-feira, 28, membros da Promotoria de Investigação Cível e Criminal (PICC), o delegado Leandro Moisés e a procuradora geral de Justiça do MPE, Ivana Cei, concederam entrevista sobre a operação denominada "Pedra do Vale", no auditório da PICC.

Na ocasião, foi mostrado um gráfico sobre como a quadrilha estava organizada em solo brasileiro para administrar o comércio de drogas, oriunda de países como a Colômbia.

O promotor Weber Penafort fez uma declaração alarmante aos jornalistas sobre algumas pessoas no município, com pretensão de concorrer a cargos políticos nas próximas eleições, e que seriam financiadas com verba do crime organizado no Amapá.

Leandro Moisés disse que observou conduta estranha de alguns policiais quando as ações eram feitas, ou seja, a polícia não tinha êxito na prisão de suspeitas, foi quando decidiu levar o caso à Promotoria para investigar servidores.

Segundo o promotor Eder Abreu, a investigação ocorreu durante doze meses nos estados do Amapá, Pará e Rondônia, com intuito de combater o tráfico de entorpecentes e armas com envolvimento direto de agentes de segurança pública.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Os policiais apreenderam vários veículos adquiridos com dinheiro do tráfico, além de aparelhos eletrônicos, 500 gramas de cocaína, balanças de precisão e R\$ 8 mil em espécie.

OPERAÇÃO RETROSPECTIVA

Ministério Público do Estado do Amapá, em parceria com a Polícia Militar e Polícia Civil deflagrou a operação denominada Retrospectiva. As investigações da operação em tela começaram em abril, tiveram a duração de oito meses e teve como objetivos o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas e armas, onde foram cumpridos 18 dezoito mandados de prisão Preventiva e de busca e apreensão. A Organização Criminosa atuava na capital do estado Amapá e se especializou em fazer roubos à residência, e no tráfico nacional e internacional de drogas e armas, trazendo drogas, armas e munições da Guiana holandesa – Suriname. A quadrilha era muito bem organizada. Na operação foram apreendidas várias armas como: pistolas, espingarda e revólveres, além de colete à prova de bala, algemas munição e computadores. A operação resultou na instrução do inquérito 193/2011 – DCCP, e na denúncia feita pelo MP de todos os envolvidos pelos crimes de: Porte ilegal de armas de uso permitido, Concurso Material, Formação de quadrilha, Roubo, Corrupção passiva e ativa, estelionato, receptação, Associação para o tráfico e Tráfico de entorpecente.

Divulgação na mídia

Operação prende acusados de tráfico de drogas e assaltos

Jornal do Amapá

Disponível em: <<http://www.portalamazonia.com.br/jornais/operacao-retrospectiva-prende-acusados-de-trafico-de-drogas-e-assaltos/>>.

Durante a operação foram cumpridos 18 mandados de prisão e de busca e apreensão.

Eletrônicos apreendidos durante a operação.



Fonte: foto/divulgação: Polícia Civil do Amapá

[...]

Armas de fogo, drogas e celulares foram apreendidos. A operação desencadeada pelo Ministério Público Estadual, Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP) e Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) contou com o apoio do Grupo Tático Aerotransportado (GTA) para desarticular a quadrilha que praticava assaltos a residências em Macapá. Um dos crimes mais recentes do bando teria sido a casa de um promotor de Justiça há dois meses. Os bandidos teriam agredido as vítimas e levado vários objetos de valor.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

OPERAÇÃO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS²

Atuação do Ministério Público do Estado do Amazonas em parceria com a Polícia Federal por meio de seu corpo de peritos. Apurou a existência de fraude no Concurso Público da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, realizado no dia 26 de junho de 2011, na cidade de Manaus/AM. O Defensor Público Geral do Estado do Amazonas utilizou-se do cargo para obter, mediante fraude, a aprovação no concurso público de seu filho, bem como de outros candidatos. Foram apreendidos computadores e outros objetos, malotes contendo invólucros com mais de 5700 cadernos de provas de todos os candidatos, havendo a denúncia de 06 denunciados e a prisão temporária de Leonardo Carlos Chaves, dono do Instituto Cidades.

OPERAÇÃO BOA VISTA DOS RAMOS

Operação que constatou irregularidades em diversas áreas da Administração Pública Municipal de Boa Vista dos Ramos, notadamente no Sistema de Saúde Pública, no pagamento de Transportes Escolares e da Guarda Municipal, nos programas Federais do Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e na gestão do Patrimônio Público Municipal do Município em questão. Houve oferecimento de duas denúncias, com 03 denunciados, além de ação civil

² Ver matérias disponíveis em: <<http://www.youtube.com/watch?v=6L-58wGjthQ>>. <<http://www.youtube.com/watch?v=f9YLup-BXpU>>.

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros por improbabilidade administrativa, sendo que um dos denunciados era Prefeito do município e, com base nas investigações foi cassado pela Câmara de Vereadores.

Divulgação na mídia

Suspeitos são investigados por formação de quadrilha e dano qualificado. Trio cumpre prisão temporária de cinco dias no 48º DIP, em Maués.

Do G1 AM

Disponível em: <http://m.g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/10/policia-prende-ex-prefeito-de-boa-vista-do-ramos-durante-operacao-no-am.html>.>

Ex-prefeito de Boa Vista do Ramos foi preso durante operação



Fonte: foto – Reprodução/TV Amazonas

Fonte: disponível em: <http://globotv.globo.com/rede-amazonica-am/jam/v/policia-prende-ex-prefeito-de-boa-vista-do-ramos-durante-operacao-no-amazonas/2206746/>.

A equipe do G1 entrou em contato com os suspeitos, mas não obteve resposta.

Denúncia por pagamento a vereador

No dia 15 de dezembro de 2011, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPE/AM) havia recebido um vídeo que supostamente mostrava o prefeito de Boa Vista do Ramos, Elmir Lima Mota, pagando R\$ 100 mil para um vereador do município. A denúncia foi realizada pelo vereador Júnior Andrade.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

OPERAÇÃO BIG BANG

Foi deflagrada com objetivo de combater organização criminosa atuava, principalmente, no tráfico ilícito de entorpecentes, cuja liderança atuava na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador/BA.

Divulgação na mídia

Operação Big Bang desarticula quadrilha e prende 26 pessoas

Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2008/06/02/policias-realizam-operacao-de-combate-ao-crime-organizado>>.

Operação Big Bang



Foto Ivan Erick/AGECOM

Operação Big Bang

[..]

O Ministério Público também participou da operação batizada de Big Bang, que foi coordenada pela Superintendência de Inteligência da SSP, envolvendo no total cerca de 500 policiais, entre civis e militares. A partir das investigações ao Perna, que já era considerado o maior traficante do estado, a polícia chegou aos demais integrantes



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

da organização, que tinham como principal atividade o tráfico de drogas nos bairros do Nordeste de Amaralina, Retiro, Itapuã, Estrada Velha do Aeroporto e Bairro da Paz.

“Após a morte do traficante Pitty, no ano passado, eles quiseram assumir o comando, inclusive alugando armas para outras quadrilhas atuarem em assaltos a banco e a carros-forte em diversas partes do estado”, informou César Nunes. Um vídeo, com o momento da apreensão realizada na cela do líder Perna, e um CD, contendo gravações de escutas telefônicas dele ordenando homicídios, assaltos e seqüestros, foram distribuídos à imprensa. A polícia e o MP agora vão recomendar à Secretaria de Justiça a transferência do traficante para presídios federais de segurança máxima, “provavelmente, em Catanduvas, no Paraná, ou em Campo Grande, no Mato Grosso”, como declarou o promotor Paulo Gomes.

Também foram cumpridos os mandados de prisão expedidos pela Justiça contra Aílton Nascimento Carvalho, Hélio Antônio de Oliveira Rocha, Edmilson Pereira Santos (Missinho), Inadro Rocha de Freitas, Luciano dos Santos Santana, Fernando da Conceição Lima e Francisco Pereira Góes (Fortaleza).

Entre os 13 presos em flagrante pela Operação Big Bang estão Moabi Silva Soares (Cabeção), Augusto Percilino Almeida Cruz (Malhado), Tiago Luís dos Santos (Toshiba), Dayvisdon Soares Soares dos Santos (DVD), Valtônio Nascimento de Souza (Val), Eduardo Oliveira dos Santos (Edu) e Adriano Vieira Pintaga de Jesus.

OPERAÇÃO CORCEL NEGRO

Atuação do Ministério Público de Minas Gerais, em parceria com Ibama, Polícia Civil e Militar dos Estados da Bahia e Minas, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria de Fazenda de Minas Gerais, e Secretaria de Meio Ambiente da Bahia. Deflagrada com o objetivo de coibir a utilização de recursos florestais sem origem legal para a produção de carvão vegetal com material do cerrado e da caatinga em desmatamentos não



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

autorizados, e, com posterior escoamento para Minas Gerais com utilização de documentação falsificada, por meio de empresas fantasmas. Operação realizada nos Estados da Bahia e Minas Gerais. Houve 40 prisões temporárias, e 26 mandados de busca e apreensão. Embargo de quatro siderúrgicas, apreensão de mil toneladas de ferro-gusa, 78 caminhões, 22 armas de fogo, 1.151 munições de vários calibres, 26 computadores, 02 notebooks, 31 celulares, 02 motosserras, 1,5 Kg de pólvora, três cofres e R\$ 215 mil reais em espécie e cheques e farta prova documental.

Divulgação na mídia

Sete servidores da Secretaria de Meio Ambiente são presos por esquema criminoso

Disponível

em: <<http://www.noticiasrss.com.br/post/?id=120662¬icia=sete+servidores+da+secretaria+de+meio+ambiente+sao+presos+por+esquema+criminoso>>.

Sete servidores da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), foram presos em Salvador, na "Operação Corcel Negro" [...]. Ao todo, 21 pessoas já foram presas, inclusive um político da região oeste do estado. A operação investiga irregularidades no comércio de carvão e na emissão ilegal de documentos públicos – a chamada "máfia do carvão" – e cumpriu mandados em onze municípios da Bahia e também na cidade de São Paulo.

Entre os presos, está o ex-superintendente de Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), Plínio Castro; Marcos Ferreira (Jequié), Paulo Pelegrini (Salvador), Luis Cláudio Correia (Salvador), Rui Murici (Salvador), João Barrocas (Salvador), Gilmar Iglesias (São Paulo), Cássio Igino e Marcelo Dourado.

Mesmo constatando irregularidades em obras, os funcionários da Sema emitiam autorizações para que estas continuassem. A operação investigava questões ligadas ao crédito de reposição florestal desde 2010. Mais de 150 policiais participaram da



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

operação, que teve apoio ainda do Ministério Público, Ibama, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal.

Um dos investigados foi preso na cidade de São Paulo e outro se apresentou na sede da Polícia Civil, em Salvador. Ao todo, estão previstos 29 mandados de prisão, 34 de busca e apreensão, sendo que 30 deles já foram cumpridos.

Entre os presos estão funcionários e ex-funcionários da Sema, produtores rurais, comerciantes e consultores. Segundo o secretário do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, os funcionários envolvidos que eram contratados já foram demitidos.

Os funcionários efetivos foram afastados e foram abertos processos disciplinares. Eles poderão inclusive ser demitidos do serviço público. A Sema mantém suspensa a emissão de novos créditos de reposição florestal até que seja aprovada a alteração da lei da Política Estadual de Meio Ambiente.

Intermediadora

Durante a operação, também foi presa a principal intermediadora do esquema ilegal, a empresária Ana Célia Coutinho Rocha, conhecida como Xinha, bem como a sua filha Milena Coutinho de Castro e o genro Francisco Leonardo Bastos Vila Nova.

O ex-vereador e ex-candidato a deputado estadual Jader Wilton Oliveira Costa (PRP), o Jainha, também foi preso pela operação e o ex-prefeito do município de Carinhanha, Geraldo Pereira Costa (PSDB), conhecido na região como Piau, teve documentos apreendidos em sua residência.

[...]

A operação, que continua em andamento até o cumprimento de todos os mandados, acontece nos municípios Juazeiro, Jequié, Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Riacho do Santana, Guanambi, Cariranha, Coribe, Cocos, Vitória da Conquista, Salvador e na cidade de São Paulo.

[...]

A análise dos documentos apreendidos durante a “Operação Corcel Negro” [...] está comprovando os crimes cometidos por uma rede que atuava na produção e



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

transporte ilegais de carvão vegetal para alimentar siderúrgicas do norte de Minas Gerais, utilizando falsas notas fiscais e Documentos de Origem Florestal (DOF). [...] informação [...] dada nesta sexta-feira, dia 29, pela coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e de Investigações Criminais (Gaeco) do Ministério Público baiano, promotora de Justiça Ediene Lousado. Segundo ela, as investigações continuam em ritmo intenso, com análise das provas colhidas e, após a conclusão dessa fase, os membros da organização criminosa serão denunciados criminalmente pelo MP. Ontem, dia 28, peritos técnicos das áreas ambiental e financeira do Ministério Público baiano e analistas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) iniciaram a análise dos documentos apreendidos, bem como a triagem do material que será encaminhado para perícia pela Polícia Técnica. Além de analistas da Central de Apoio Técnico (Ceat) e do Ibama, também auxiliam o trabalho de análise e triagem dos documentos servidores do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente (Ceama), do Gaeco e dos Núcleos Mata Atlântica (Numa) e de Defesa da Bacia do São Francisco (Nusf).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

OPERAÇÃO PEDRA LASCADA

Tráfico interestadual de drogas e homicídios. Foram cumpridos 27 mandados de prisão e apreendidos 20 veículos, computadores e armas. Parceria do Ministério Público (GAECO) com a Coordenadoria de Inteligência SSPDS/CE e Polícia Federal. Foram envolvidos cerca de 90 agentes.



Divulgação na mídia

Disponível em:

<http://www.cearaagora.com.br/noticias/policial/operacao-pedra-lascada-mp-pede-afastamento-de-delegado-e-perito?quicktabs_1=0>.

<<http://cearaenoticia.blogspot.com.br/2009/12/41ministerio-publico-estadual-encerra-1.html>>;

<<http://mp-ce.jusbrasil.com.br/noticias/2043405/gecoc-encerra-primeira-etapa-da-operacao-pedra-lascada>>.

<<http://www.pgj.ce.gov.br/servicos/asscom/releases.asp?icodigo=902>>.

GECOC encerra primeira etapa da Operação Pedra Lascada

Ministério Público do Estado do Ceará, através do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GECOC), encerrou no último dia 30 de novembro, a primeira etapa da "Operação Pedra Lascada", realizada em Itapipoca (CE), em conjunto com a Coordenadoria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará (COIN) e com a Polícia Federal, deflagrada em 14 de setembro de 2007.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

No dia 30 de novembro, o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Itapipoca (CE), proferiu sentença condenatória por prática de Associação para o Tráfico.

Durante a operação, foram expedidos 28 Mandados de Prisão Temporária e 11 de Prisão Preventiva, inclusive para um Delegado de Polícia Civil, um perito de Polícia Civil, dois Policiais Militares, dois advogados, além de comerciantes e outras pessoas residentes em Itapipoca envolvidas com o tráfico de drogas e homicídios.

As investigações do GECOC-CE, que duraram cerca de 01 ano, foram feitas inicialmente para apurar crimes de pistolagem que vinham ocorrendo na região de Itapipoca, porém, constatou-se que, além da queima de arquivo, os homicídios tinha como principal objetivo a eliminação de concorrentes na venda de drogas.

Além das prisões, foram expedidos cerca de 60 mandados de busca e apreensão, cumpridos em empresas e residências de empresários locais, além de outros estabelecimentos comerciais. E, a pedido do GECOC-CE a justiça também determinou o sequestro de fazendas, veículos bovinos, eqüinos (cavalos de raça) pertencentes ao grupo criminoso.

Na mesma investigação veio à tona a ocorrência de crimes de corrupção passiva, concussão, prevaricação, advocacia administrativa praticados pelos agentes públicos lotados na delegacia local e pelos advogados presos, crimes que ainda estão sendo apurados em processo autônomo, também em tramitação na 2ª Vara Criminal de Itapipoca, representando a segunda etapa da OPERAÇÃO PEDRA LASCADA.

OPERAÇÃO BEIRA MAR

Tráfico interestadual de drogas, envolvendo os Estados de São Paulo, Maranhão, Piauí e Ceará. Foram realizadas 5 prisões e apreendidos 451 kg de maconha, 26 kg de crack, 9 kg de cocaína, veículos e armas. Parceria do Ministério Público do Ceará (GAECO) com a Coordenadoria de Inteligência da SSPDS/CE, Núcleo de Inteligência e Comissão de Investigação do Crime



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Organizado da Secretaria de Segurança Pública do Piauí. Foram envolvidos cerca de 30 agentes.

Divulgação na mídia

Disponível em: <<http://www.pgj.ce.gov.br/servicos/asscom/destaques.asp?cd=1761>>.

Fonte: MPCE

“Para toda e qualquer ação contra uma autoridade que representa o Estado nós vamos agir fortemente e de maneira triplicada. O Estado nunca vai perecer diante do crime”. Foi com essas palavras que o promotor de Justiça integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), Manoel Epaminondas, definiu a importância da união entre as forças policiais e o Ministério Público em resposta às práticas criminosas do narcotráfico, especificamente no Sertão Central do Ceará.

Além de Manoel Epaminondas, também se pronunciaram durante entrevista coletiva, [...], no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), o delegado da Delegacia de Narcóticos (DENARC), Pedro Viana, o delegado titular de Pedra Branca Carlos Teófilo, o coronel da Coordenadoria de Planejamento Operacional (COPOL) de Segurança Pública, Carlos Ribeiro, e o promotor de Justiça da comarca de Pedra Branca João Pereira Filho.

Depois de três meses de investigações dos serviços de inteligência do Gaeco e da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), a operação foi desencadeada, na madrugada de quinta-feira (08/11), nos municípios de Pedra Branca, Boa Viagem, Independência e Quixeramobim. A ação culminou na prisão de 28 pessoas. As investigações concluíram que Geovane Pereira de Sousa, que está preso na Casa de Privação Provisória de Liberdade II (CPPL II), em Itaitinga, desde 2007 pelo sequestro de uma empresária, chefiava o tráfico de drogas em Pedra Branca e comandava assaltos e execuções de dentro da cadeia, através de telefone celular.

Geovane de Sousa também é o principal acusado de ser o mandante de um atentado à residência oficial do promotor de Justiça da comarca de Pedra Branca, João Pereira Filho, no dia 26 de julho, como forma de intimidá-lo. “Graças às investigações,



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

conseguimos fazer a ligação entre Geovane e todos os crimes”, disse o promotor Manoel Epaminondas. Apesar disso, quatro pessoas continuam foragidas.

A operação objetivou a interrupção de atividades criminosas, mostrando à sociedade que ela não está desprotegida, e que o poder público não pode sofrer intimidações. Além do combate ao tráfico, as ações do Ministério Público e das instituições de segurança pública sequestraram bens móveis e imóveis, bloquearam contas bancárias e apreenderam armas, veículos, aparelhos de telefone celular.

Para Epaminondas, o setor econômico do crime organizado também tem que ser atingido. “Os recursos ilícitos destas quadrilhas devem retornar ao poder público e servir à coletividade”, entende. O coronel Carlos Teófilo parabenizou a operação e disse que ações como esta servem de “exemplo nacional.”

O promotor de Justiça João Filho observou que a experiência que desmantelou a quadrilha de narcotraficantes foi uma oportunidade às autoridades locais de conhecer como ocorre a estrutura do crime organizado. Ele lamentou o estrago causado pelos criminosos no âmbito social, em que crianças, adolescentes e parentes são cooptados e corrompidos, passando a trabalhar para marginais em troca de dinheiro e de uma falsa ideia de sucesso do delinquente. Por isso, ele frisou a importância da prevenção nas escolas, além do trabalho de repressão ao tráfico nas ruas.

OPERAÇÃO EXTERMINADOR DO FUTURO³

Desarticular uma clínica médica que realizava abortos clandestinos. Foram realizadas 6 prisões e apreendidos materiais cirúrgicos usados nas curetagens, fichas de pacientes que realizaram os procedimentos, entre outros. Parceria do Ministério Público do Ceará (GAECO) e Secretaria de Segurança Pública do Ceará. Foram envolvidos cerca de 40 agentes.

³ Ver mais sobre a Operação Exterminador do Futuro em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3rGSJgZKQdM>>.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Divulgação na mídia

Disponível em:

<http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=24494

Operação contra a prática de aborto prende ex-prefeito de Maracanaú>.:<

<<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=305223&modulo=183>>.;

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/operacao+prende+medico+e+fecha+clinica+de+aborto+no+ceara/n1237824096535.html>.

Ministério Público Estadual e a Polícia Civil desencadearam, [...], a Operação Exterminador do Futuro, para coibir a prática do aborto.

A denúncia partiu do Movimento Pró Vida (Movida). Segundo Fernando Lobo, membro do Movida, "tem que ser cumprida a lei em relação ao aborto". A ação foi também do Movimento Brasil Sem Aborto, que pretende continuar procurando e denunciando as clínicas clandestinas existentes em todo o Brasil.

Foram cumpridos 6 mandados de prisão preventiva e 3 de busca e apreensão. Entre os presos, está o médico e ex-prefeito de Maracanaú, Dionísio Broxado Lapa Filho. A clínica Dionísio Lapa e Associação Beneficente Médica da Pajuçara que funcionavam no distrito de Pajuçara, em Maracanaú, foram fechados.

Dionísio Broxado Lapa Filho era dono de um hospital em Maracanaú e de uma clínica particular no Bairro de Fátima, em Fortaleza.

Estratégia: médico atendia depois das 18h e realizava 5 abortos por dia

Os promotores explicaram que o médico usava de uma estratégia para livrar-se de uma eventual prisão durante o cumprimento de mandado de busca em sua clínica. Geralmente, ele realizava os procedimentos (abortos) após as 18 horas, quando não é permitido por lei o cumprimento de mandados de busca.

Broxado foi preso com mais cinco pessoas. Além do médico, também foram presos Adriana Fernandes Vieira (secretária), Ricardo Henrique de Lima (diretor de hospital), Antônia Deusanira Mota Teixeira (atendente), Francisco José de Lima (Segurança) e José Wilton do Carmo (também segurança). O último acusado foi preso, em flagrante, por portar arma de fogo e munição, sendo autuado no plantão do 34º DP (Centro). A operação é resultado de 5 meses de investigação conjunta da Polícia Civil com o Ministério Público.

Aborto custava R\$ 2 mil e clínica realizava há pelo menos 30 anos

Disponível em: <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=304962&modulo=183>>.

De acordo com as investigações, a clínica atuava há pelo menos 30 anos e cobrava até R\$ 2 mil pela prática.

"Os colegas do Ministério Público viram que o tempo era favorável, as investigações foram acontecendo e culminou com o êxito da operação", afirmou o promotor Marcos William Leite. Segundo Marcos William Leite, não houve resistência à prisão. "Foi tudo muito tranquilo. A prisão de 4 em casa e 2 na clínica". Marcos William Leite garante que as investigações na Capital e no Estado vão continuar. "Independente do cunho ideológico e religioso, o aborto é crime e como tal deve ser combatido", reforçou.

[...]

Na clínica, foram apreendidas armas, prontuários, material cirúrgico e computadores. [...]. De acordo com a polícia cearense, dez pessoas foram ouvidas ao longo de cinco meses de investigação. A clínica é acusada de cobrar R\$ 2 mil por aborto.

O promotor Marcos William disse que, quando havia complicações médicas, as mulheres eram levadas da clínica para o hospital de Broxado, em Maracanaú. [...] A clínica estava em péssimo estado de conservação.

Além do médico, foram presos durante a operação Adriana Fernandes Vieira, que era secretária de Dionísio Broxado; Antônia Deusanira Mota Teixeira, atendente; Ricardo Henrique de Lima Demétrio e Francisco José de Lima, seguranças; e José Wilton do Carmo, motorista do médico.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

OPERAÇÃO CANDANGO

Apuração relacionada a crimes de peculato (art. 312 do CPB), lavagem de ativos (Lei nº 9.613/98), formação de quadrilha (art. 288 do CPB) e falsidade ideológica (art. 298), envolvendo Organização Social denominada Instituto Candango de Solidariedade – ICS. Foram realizadas 15 buscas e apreensões e 10 prisões, como também 12 pessoas foram denunciadas. Pessoas envolvidas na Operação: 80 policiais e 4 Promotores de Justiça. Parceria do Ministério Público do Estado de São Paulo com a CEF (Servidores requisitados da Caixa) e Polícia Federal.

Divulgação na mídia

Disponível em: <<http://www.mpdft.gov.br/portal/index.php/gestaoestrategica20102020/agranda-gestao-estrategica/398-mpdft-na-mdia/correio-braziliense/3264-correio-braziliense-mp-formaliza-mais-10-denuncias-a-justica-2412011>>.

<http://www.dzai.com.br/anamariacampos/blog/blogdaanamariacampos?tv_pos_id=75988>.

Ana Maria Campos

Publicação: 24/01/2011

MP formaliza mais dez denúncias relacionadas à Operação Candango

[...] o Ministério Público do Distrito Federal protocolou outras 10 denúncias relacionadas à Operação Candango, deflagrada em outubro de 2006, durante investigações sobre esquema de lavagem de dinheiro e desvios de recursos públicos repassados ao ICS. A Justiça condenou Ronan Batista, Adilson Campos e Lázaro Severo por terem incluído e mantido na folha de pagamentos do ICS dois pilotos que ficavam à disposição da construtora Villela e Carvalho.

Os pilotos nunca trabalharam no ICS e diversas vezes transportaram Ronan Batista e seus familiares na aeronave Piper Cheyenne PT-OPC. Os promotores suspeitam de que o bem pertença, na verdade, a Ronan, uma vez que ele chegou a



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

investir em equipamentos no avião e o usava com frequência. A construtora nega. Afirma que ele apenas a utilizou e sempre pagava o combustível das viagens realizadas.

O pagamento dos pilotos pelo ICS foi considerado uma forma de desvio de recursos, uma vez que Ronan deixou de tirar dinheiro do próprio bolso – cerca de R\$ 145 mil – para remunerá-los. Por conta disso, Ronan foi condenado a oito anos e quatro meses de prisão. Adilson Campos e Lázaro Severo, que mantiveram os salários dos pilotos quando estiveram na direção do ICS, receberam uma pena de cinco anos de reclusão.

Lázaro Severo Rocha foi condenado também em outro processo julgado na semana passada. Ele foi acusado de receber parte do dinheiro repassado pelo ICS a título de honorários advocatícios ao advogado Robson Fiel dos Santos. Nesse caso, a pena para os dois foi de quatro anos, quatro meses e 15 dias de reclusão, também por peculato. Durante a instrução do processo, o Ministério Público colheu depoimentos que atestam que Ronan Batista também recebia dinheiro do escritório de Robson. Em sua defesa, Lázaro sustentou que não houve crime. Os recursos teriam sido repassados por empréstimo.

Robson Fiel, Lázaro Severo e Ronan Batista foram presos em outubro de 2006 durante a Operação Candango. Eles ficaram quatro dias na carceragem da Polícia Federal, em Brasília, e foram liberados depois de prestar depoimentos aos promotores. Por decisão judicial, estão com os bens bloqueados, como forma de ressarcir os cofres públicos por eventuais prejuízos decorrentes dos desvios de recursos por meio do ICS.

Condenações da Operação Candango

[...]

Três ex-presidentes do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) foram condenados por peculato. As sentenças da 1ª Vara Criminal do DF são da semana passada e representam os primeiros resultados na esfera penal contra a cúpula da entidade, depois da Operação Candango, deflagrada em outubro de 2006 para apurar corrupção e lavagem de dinheiro.

Num dos processos, os ex-presidentes Ronan Batista de Souza, Adilson de Queiroz Campos e Lázaro Severo Rocha foram condenados a prisão por terem contratado e mantido na folha de pagamentos do ICS dois pilotos que serviam a Ronan.

Ronan foi condenado a 8 anos e 4 meses de reclusão. Ele teve a pena maior porque foi beneficiado pelo crime. A Justiça aplicou pena de 5 anos de prisão a Adilson e Lázaro porque mantiveram os pilotos como servidores pagos pelo GDF sem aparecer no trabalho, enquanto transportavam em avião particular o ex-presidente do ICS.

Lázaro Severo foi condenado também em outro processo a 4 anos, 4 meses e 15 dias de prisão por desvio de recursos públicos. De acordo com a sentença, na direção do ICS, Lázaro repassou recursos a título de honorários advocatícios ao advogado Robson Fiel dos Santos. Parte desse dinheiro depois foi repassado a Lázaro.

As ações são do Núcleo de Combate às Organizações Criminosas (NCOG) do Ministério Público do DF. Nas sentenças, a juíza Roberta Magalhães permitiu que os ex-dirigentes do ICS e o advogado condenados aguardem em liberdade o julgamento de recursos.

Outras 10 ações tramitam no Tribunal de Justiça do DF sob sigilo.

OPERAÇÃO AQUARELA

Apuração relacionada a crimes de peculato (art. 312 do CPB), lavagem de ativos (Lei nº 9.613/98), formação de quadrilha (art. 288 do CPB) e fraudes em



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

procedimentos de dispensa em licitações (art. 89, da Lei nº 8.666/93), envolvendo o BRB. Foram realizadas 40 buscas e apreensões, 19 prisões e apreendidos 130 computadores, 95 relógios avaliados em cerca de R\$ 1.000.000,00, US\$ 200.000,00 em espécie, indisponibilidade de bens na ordem de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), além de pedras preciosas e centenas de documentos. Cerca de 250 pessoas envolvidas na operação e 69 foram denunciadas. Parceria do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Receita Federal, COAF e Polícia Civil do DF.

Divulgação na mídia

Operação Aquarela prende 19 pessoas em quatro Estados por desvio de verba

da Folha Online

Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u304548.shtml>>.

Uma operação conjunta da Polícia Civil, da Receita Federal e do Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios prendeu [...] 19 pessoas em São Paulo, Distrito Federal, Goiás e Paraná suspeitas de participarem de uma suposta quadrilha que desviava verbas públicas. Entre os presos está Tarcísio Franklin de Moura, ex-presidente do BRB (Banco de Brasília).

Além das prisões, a polícia apreendeu 130 computadores, 95 relógios avaliados em cerca de R\$ 1 milhão, US\$ 200 mil em espécie, além de pedras preciosas e centenas de documentos. Duas das prisões foram em flagrante, por porte ilegal de armas.

Os suspeitos estavam sendo investigados há vários meses por crimes contra administração pública, fraude em licitação, peculato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

O esquema revelado na Operação Aquarela tinha a participação de instituições financeiras, empresas e organizações não-governamentais, que, segundo a investigação, eram especializadas em lavagem de dinheiro.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Segundo a investigação, as entidades vendiam notas fiscais correspondentes a projetos e serviços que não eram executados. O valor pago por esses serviços seria direcionado aos beneficiários do esquema por meio de saques feitos via cartões corporativos pré-pagos ao portador.

Foram expedidos 40 mandados de busca e apreensão e 20 de prisão temporária de cinco dias, mas só 19 foram cumpridos. Apenas Oliveira de Souza Júnior, que viajou para uma pescaria, ainda não foi preso, mas já foi localizado pela polícia. Os mandados foram expedidos pelo juízo da 1ª Vara Criminal e cumpridos no Distrito Federal, Goiás, São Paulo e Paraná.

Correio Braziliense: dois novos diretores se demitem

Da equipe do Correio

Ana Maria Campos

Disponível em: <<http://www.mpdff.gov.br/noticias/exibirnoticia.asp?id=576>>.

Valdery Albuquerque e Luiz Francisco Monteiro de Barros passaram apenas um mês no BRB

Em meio à crise provocada pela Operação Aquarela, dois ocupantes de cargos estratégicos deixaram [...] o Banco de Brasília (BRB). Os diretores financeiro Valdery Frota de Albuquerque, e comercial Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto entregaram as cartas de demissão pela manhã, alegando motivos pessoais. Os dois técnicos com experiência no mercado financeiro vinham sofrendo resistência da oposição, do Sindicato dos Bancários, do Ministério Público do Distrito Federal e até de integrantes do governo desde que seus nomes foram ventilados como prováveis integrantes da direção do BRB.

Valdery e Luiz Francisco exerceram a função por apenas um mês. Eles foram nomeados no mesmo dia em que a Polícia Federal prendeu o então presidente do BRB, Roberto Figueiredo Guimarães, na Operação Navalha, sob acusação de participar de um esquema de corrupção que supostamente beneficiaria a empreiteira Gautama. A demora na posse dos dois técnicos, escolhidos em janeiro pelo secretário de Fazenda, Luiz Tacca Júnior, foi provocada por suspeitas levantadas pelo Sindicato dos Bancários



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros
e pelo Núcleo de Combate às Organizações Criminosas (NCOC) do Ministério Público do DF, a mesma equipe que deflagrou a Operação Aquarela.

Em representações encaminhadas ao Banco Central, Valdery e Luiz Francisco tinham as nomeações contestadas por conta de denúncias relacionadas à passagem deles pela Caixa Econômica Federal e pela Nossa Caixa, banco oficial do estado de São Paulo. Eles refutam as acusações e estão processando o sindicato. As críticas, no entanto, tiveram repercussão dentro do próprio governo. O governador José Roberto Arruda (DEM) chegou a desistir de nomeá-los para a diretoria do BRB. Mas voltou atrás depois que o Banco Central avalizou as escolhas.

Outra busca de documentos

O Ministério Público e a Polícia Civil do Distrito Federal fizeram ontem novas buscas e apreensões para levantar provas para a Operação Aquarela. Promotores de Justiça e policiais estiveram na Junta Comercial do Distrito Federal para requisitar os registros contábeis da empresa ATP, supostamente envolvida num esquema de desvio de recursos de contratos firmados com o Banco de Brasília (BRB). Eles levaram os chamados livros diários e razão de 2006, pelos quais é possível acompanhar qualquer mudança patrimonial da empresa.

Eles estiveram também numa empresa de arquivos, localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento (SAAN), que guardava documentos da ATP. As duas medidas foram autorizadas pela 1ª Vara Criminal, assim como todas as ações da operação. A ATP tem entre seus acionistas a Associação Nacional dos Bancos (ASBACE) e o secretário-geral da entidade afastado, Juarez Lopes Cançado. Segundo a investigação, o BRB contratava a Asbace, para prestação de serviços bancários como auto-atendimento e emissão de talões de cheques. A empresa, então, repassava o trabalho para a ATP. Há indícios de superfaturamento dos contratos.

A diferença era alvo de lavagem de dinheiro, de acordo com a investigação, por meio de repasses de recursos para organizações não-governamentais e empresas que emitiram cartões corporativos do Banco do Brasil (BB). Por meio desses cartões,



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

pessoas que não se identificavam sacavam altos volumes de recursos. Perdia-se, assim, a origem e a destinação da verba desviada.

Um gerente do BRB, Frederico Rocha, denunciou ter percebido uma movimentação suspeita que sugeria operações de lavagem de dinheiro numa agência do Banco do Brasil no SAAN. O empresário Nilson Wanderlei, servidor licenciado do Banco do Brasil, teria sacado até R\$ 250 mil, com cartões corporativos emitidos pela ONG Caminhar, apontada pelo MP como entidade fundamental para o suposto esquema de lavagem de dinheiro.

Rocha, então, fez uma denúncia ao próprio banco e ao Ministério Público. Afastado da função sob processo administrativo, Rocha se considera perseguido. Ontem, no entanto, o Banco do Brasil (BB) divulgou uma nota em que não existe qualquer relação entre o afastamento do funcionário de suas funções e a Operação Aquarela. “Ao receber informações verbais do funcionário, o Banco do Brasil adotou todas as medidas necessárias”, diz o BB na nota. (AMC).

Origem de US\$ 200 mil será apurada

O Banco de Brasília (BRB) e o Corregedor-Geral do DF, Roberto Giffoni, abriram investigação para apurar a origem de US\$ 200 mil encontrados em duas pastas em salas da diretoria financeira do banco. O dinheiro foi flagrado no início da manhã de quinta-feira, durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão da Operação Aquarela. Uma sindicância e um procedimento administrativo disciplinar vão apurar por que tantas cédulas estavam guardadas numa das repartições do BRB, fora dos cofres da instituição financeira.

Segundo informações de integrantes do governo que acompanham o início dos trabalhos de investigação, um advogado do servidor de carreira do banco César da Veiga Guimarães, gerente-executivo da Mesa de Negócios do BRB, já teria assumido a propriedade do dinheiro e garantido que poderá comprovar o seu lastro. O cargo tem como atribuição o relacionamento com os clientes especiais do banco, para negociação

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

de taxas de investimento. O titular da função, uma espécie de tesoureiro, também é responsável pelas aplicações financeiras do próprio banco.

Guimarães foi afastado da função que exercia desde agosto de 2005 ainda no dia da Operação Aquarela por Valdery Albuquerque, a quem ele estava subordinado. As duas pastas com dólares e reais foram registradas em imagens feitas pela Polícia Civil do Distrito Federal, durante a busca realizada ao lado de promotores de Justiça. O caso virou mais uma frente de investigação do Ministério Público.

Ao Correio, o ex-diretor financeiro do BRB afirmou que Guimarães é um profissional de carreira do banco e ainda “estava sob observação”. “Não conhecia o César Guimarães até assumir a função no BRB. Mas no BRB ele é tido como um profissional conceituado”, afirmou Valdery. (AMC).

CPI enfrenta resistências

A aposta na Câmara Legislativa é de que a alardeada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do BRB não vai sair do papel. Pela segunda vez, os deputados dão mostras de que não pretendem entrar na investigação sobre irregularidades na instituição financeira oficial do Distrito Federal. Há um mês, os distritais se comprometeram a apurar denúncias no banco. Depois, recuaram. Assim que a Operação Aquarela, que levou 19 pessoas para a cadeia sob a acusação de desvio e lavagem de dinheiro, foi deflagrada, deputados subiram à tribuna para novos discursos e um novo compromisso de instalar a CPI.

[...] os distritais se esquivavam do assunto. Um acordo político para se definir os temas que seriam investigados pela comissão foi descumprido quando os parlamentares governistas e ligados ao ex-governador Joaquim Roriz (PMDB) não compareceram a uma reunião marcada para o início da tarde. Inviabilizaram, assim, a definição do foco da CPI. Somente Érika Kokay (PT), Leonardo Prudente (DEM) e Rogério Ulysses (PSB) apareceram. Mas a reunião não aconteceu. “Percebo que há um movimento na Câmara para que a CPI não seja instalada”, disse Érika.

Estratégia

Numa operação para sepultar a CPI, até mesmo o antigo fiel escudeiro de Roriz apareceu na Câmara Legislativa. O assessor parlamentar do senador Joaquim Roriz, José Flávio Oliveira, se reuniu com deputados para discutir uma estratégia para evitar a CPI do BRB. Ele analisou requerimentos e deu idéias para articulações. Mas até os governistas ligados a José Roberto Arruda pareciam sem disposição para defender a apuração. No governo, há um receio de que o banco sofra abalos na sua estrutura financeira ao enfrentar mais um foco de investigação, principalmente num ambiente de enfrentamento político, como a Câmara Legislativa.

Uma das poucas resistências ontem era o presidente da Casa, Alírio Neto (PPS). Ele é favorável à CPI. Mas tem sofrido pressões de integrantes do Executivo, preocupados com a repercussão da comissão. Hoje o assunto deverá ser discutido em almoço, na residência oficial de Águas Claras, onde Arruda recebe a direção regional do PPS. No partido, além de Alírio, há outro defensor da CPI, o deputado federal Augusto Carvalho. No ano passado, ele apresentou requerimento para instalação da comissão e contava com a investigação neste ano. Outro que tem mantido a posição é Rogério Ulysses (PSB), além do líder do governo, Paulo Roriz (DEM). Eles, no entanto, temem ficar isolados na discussão.

Ana Maria Campos e Leonel Rocha



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

OPERAÇÃO SAINT MICHEL

Desdobramento da Operação Monte Cano (MPF-GO), envolvendo o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Apuração relacionada a crimes de corrupção passiva e ativa (arts. 317 e 333 do CPB), lavagem de ativos. (Lei nº 9.613/98), formação de quadrilha (art. 288 do CPB) e fraudes em procedimentos de dispensa em licitações (art. 89, 90 e 92 da Lei 8.666/93), envolvendo irregularidades no processo licitatório do sistema de bilhetagem eletrônica dos ônibus do DF. Houve 9 buscas e apreensões, 8 prisões; bens apreendidos: dinheiro, joias, computadores e indisponibilidade de bens na ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Número de pessoas envolvidas na Operação: 50 policiais civis e 15 Promotores de Justiça; 8 denunciados. Ainda não há Sentença. Parcerias com outras instituições: Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), Polícia Civil do DF e Polícia Civil do Goiás.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OPERAÇÃO CAMARO

A Operação Camaro desmonta esquema de fraudes e compensações de tributos federais e desvio de recursos públicos. Cinco suspeitos de fraudes em 33 prefeituras do ES são presos. Segundo MP-ES, suspeitos fraudavam licitações e desviavam recursos. Operação 'Camaro' cumpriu mandados em Vitória e Guarapari.

Divulgação na mídia

Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/automaticoSRFSinot/2012/04/10/2012_04_10_08_58_39_476740497.html>.

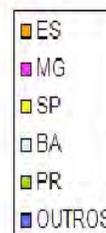
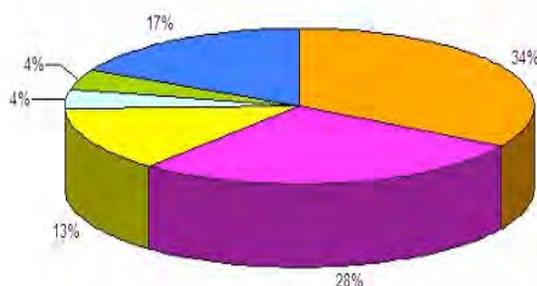
A Receita Federal do Brasil (RFB), o Grupo Especial de Trabalho Investigativo do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (GETI), o Ministério Público de Contas/ES e a Polícia Militar/ES realizaram nesta terça-feira (10/04) a Operação CAMARO, cujo objetivo foi combater organização criminosa responsável por fraudes em licitações, corrupção de servidores públicos, desvio de recursos e compensações fraudulentas de tributos. Estão sendo cumpridos 08 (oito) mandados de busca e apreensão e 05 (cinco) de prisão temporária, por 18 servidores da Receita Federal e 20 policiais militares. As ações concentram-se nas cidades de Vitória, Vila Velha e Guarapari.

O trabalho, que durou cerca de um ano, foi desenvolvido a partir da constatação de que uma suposta associação sem fins lucrativos estaria prestando assessoria tributária a diversos municípios do Espírito Santo. Os contratos estariam sendo firmados por meio de processos licitatórios fraudulentos e previam a prestação de serviços, visando à recuperação de créditos decorrentes de contribuições previdenciárias supostamente indevidas, recolhidas pelos municípios. Por tal assessoria, era cobrado um percentual sobre o crédito recuperado (compensado), que variava entre 15% e 20%.

[...]

Municípios contratantes da assessoria investigada

ESTADO	QTE
ES	33
MG	27
SP	13
BA	4
PR	4
OUTROS	17
TOTAL	98



Durante as investigações, chamou a atenção dos agentes o grande número de carros importados de luxo registrados em nome da associação sem fins lucrativos e do presidente da entidade. Um desses carros é um Camaro, cujo nome acabou por ser escolhido para batizar a operação.

[...]

Cinco pessoas foram presas suspeitas de fraudes em licitações em pelo menos 33 prefeituras do Espírito Santo durante uma operação do Ministério Público do Estadual (MP-ES) nos municípios de Vitória, Vila Velha e Guarapari. A operação, denominada "Camaro", foi desencadeada na manhã desta terça-feira (10).



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

De acordo com o MP-ES, os crimes, juntos, somam R\$ 250 milhões de prejuízo aos cofres públicos. Ao todo, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão e cinco de prisão temporária nos três municípios.

Vários malotes com documentos e computadores foram apreendidos durante a operação, que contou com o apoio do Grupo Especial de Trabalho Investigativo (GETI), do Ministério Público de Contas, da Receita Federal e de 20 policiais militares. Segundo o MP-ES, o objetivo foi combater uma organização criminosa que, além de fraudar licitações e ser suspeita de sonegação fiscal, está envolvida na corrupção de servidores públicos, em desvio de recursos e em compensações fraudulentas de tributos.

Investigações

As investigações, que duraram cerca de um ano, foram desenvolvidas a partir da constatação de que uma suposta associação sem fins lucrativos prestava assessoria tributária a diversos municípios do Espírito Santo. Os contratos eram firmados por meio de processos licitatórios fraudulentos e previam a prestação de serviços, visando à recuperação de créditos decorrentes de contribuições previdenciárias, supostamente indevidas, recolhidas pelos municípios.

Por tal assessoria, era cobrado um percentual sobre o crédito recuperado (compensado), que variava entre 15% e 20%. Ao fiscalizar algumas dessas prefeituras, os auditores da Receita Federal verificaram que a maior parte desses valores foi recolhida corretamente. Portanto, esses valores não eram passíveis de recuperação pelos municípios. No entanto, a empresa de consultoria já havia recebido das prefeituras os percentuais pactuados, uma vez que tais pagamentos eram efetuados mensalmente, logo após as compensações.

Em todo o país, pelo menos 98 prefeituras, em vários Estados, contrataram os serviços de assessoria tributária da empresa investigada. A maior parte concentra-se no Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Durante as investigações, chamou a

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros
atenção dos agentes o grande número de carros importados de luxo registrados em nome da associação sem fins lucrativos e do presidente da entidade. Um desses carros é um Camaro, nome escolhido para batizar a operação.

Computadores também foram apreendidos durante a operação Camaro.



Fonte: foto – Reprodução/TV Gazeta

OPERAÇÃO FANTOCHE

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), através do Grupo Especial de Trabalho de Proteção à Ordem Tributária (Getpot), da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) e da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES), realizou hoje (14/03), a OPERAÇÃO FANTOCHE, com o cumprimento de 17 mandados de busca e apreensão e 13 mandados de prisão temporária, visando desarticular uma quadrilha especializada na prática de crimes contra a ordem tributária, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Divulgação na mídia

Disponível em: <[http://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/2011/03/mp-es-realiza-operacao-fantoches-contrasonegacao-de-impostos-na-gv.html?target=noticia_comenta&cid=&ch=&nid=](http://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/2011/03/mp-es-realiza-operacao-fantoches-contrasonegacao-de-impostos-na-gv.html?target=noticia_comenta&cid=&ch=&nid=;)>;

<<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/es-presos-11-suspeitos-de-sonegacao-em-lojas-de-brinquedos,038a4fc7b94fa310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>.

MP-ES realiza Operação Fantoche contra sonegação de impostos na GV

Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) iniciou na manhã desta segunda-feira (14) a Operação Fantoche, para combater a sonegação de impostos em empresas da Grande Vitória. O Grupo Especial de Trabalho de Proteção à Ordem Tributária (Getpot), a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) e a Polícia Militar começaram por volta das 8h o cumprimento de 17 mandados de busca e apreensão e 13 mandados de prisão temporária.

Homens do Ministério Público recolheram documentos de empresários do ramo de brinquedos em um edifício no bairro Jardim Camburi, em Vitória. O alvo da ação foi uma rede de lojas da Grande Vitória e 11 pessoas foram presas temporariamente. Os empresários estão sendo investigados por cometerem crimes fiscais, usando pessoas humildes e prestadoras de serviço da loja. As mercadorias eram subfaturadas e o prejuízo fiscal pode ultrapassar R\$ 10 milhões. O contador das empresas se defendeu das acusações. "Não sei de nada. Não estou detido", afirmou Sebastião Alberto Bernardo.

ES: presos 11 suspeitos de sonegação em lojas de brinquedos

Estabelecimentos, depósitos e residências dos proprietários da rede foram alvo de buscas. Os empresários são acusados de fraude fiscal e, segundo o Ministério Público, usariam os nomes de "laranjas" para abrir empresas fantasmas e sonegar impostos. As mercadorias eram subfaturadas e o prejuízo fiscal pode ultrapassar R\$ 10 milhões. Um dos empresários detidos hoje, Vitor Sarlo Wilken Júnior, responde a diversos processos por envolvimento em um esquema de fraudes em licitações durante a gestão do governador José Ignácio Ferreira.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

O escândalo, que ficou conhecido como caso Marwal, envolvia empresas-fantasma usadas, segundo o MP, para dar suporte financeiro ao crime organizado. O empresário, que é um dos sócios da empresa Marwal Comércio e Serviços Ltda, chegou a ser preso em 2004 por conta da investigação, que revelou um esquema gigantesco que envolvia licitações fraudulentas, desvio de recursos federais, lavagem de dinheiro e superfaturamentos em programas municipais. As acusações tramitam em segunda instância no Tribunal de Justiça do Espírito Santo e os acusados respondem ao processo em liberdade.

Empresas que foram alvos da Operação Fantoche podem ser fechadas

Disponível em: <<http://www.cnpjg.org.br/index.php/noticias-outros-mps/31-mpes/785-empresas-que-foram-alvos-da-operacao-fantoche-podem-ser-fechadas>>.

Categoria: MPES

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo Especial de Trabalho de Proteção à Ordem Tributária (Getpot), enviou, na segunda-feira (28/03), cópia do procedimento da Operação Fantoche à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-ES) e à Receita Federal do Brasil (RFB). O Getpot recomendou a exclusão das empresas do Sistema Simples Nacional e o cancelamento da inscrição estadual, o que acarretaria o fechamento das empresas, que estão registradas em nomes de “laranjas”.

A Operação Fantoche foi deflagrada em 14 de março de 2011 e cumpriu 17 mandados de busca e apreensão e 13 mandados de prisão temporária para desarticular uma quadrilha especializada na prática de crimes contra a ordem tributária, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Segundo as investigações, uma rede de seis empresas que atuam no ramo do comércio de brinquedos foi constituída em nome de pessoas humildes que mantinham algum grau de relacionamento com os idealizadores e beneficiários do esquema criminoso.

Os crimes contra a ordem tributária consistem em fraude ao sistema de arrecadação Simples Nacional, ao recebimento de mercadorias subfaturadas ou bonificadas e na ocultação do real faturamento das empresas, não refletido nas



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

informações prestadas ao Fisco. Estima-se que o prejuízo gerado à sociedade seja de aproximadamente R\$ 10 milhões.

O esquema era utilizado para blindar o patrimônio de Victor Sarlo Junior, notadamente envolvido em outros processos judiciais, como ações penais, ações de improbidade administrativa pela prática de fraude à licitação (Caso Marval), de falência da empresa Alcobaça, além de diversas ações de execução. O empresário e o contador das empresas continuam presos preventivamente. O processo tramita na 6ª Vara Criminal de Vitória.

OPERAÇÃO GÊNOVA

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por meio do Grupo Especial de Proteção à Ordem Tributária (Getpot), ofereceu denúncia contra membros do Conselho de Administração do Sindirochas dos triênios 2006/2009 e 2009/2012, e sócios das empresas Zanette Administração e Corretagem de Seguros Ltda. e Zurich Brasil Seguros S/A. O motivo é a formação de quadrilha especializada na prática de crimes contra a ordem tributária no comércio de rochas ornamentais em todo Estado do Espírito Santo.

Operação Gênova revela organização especializada em fraudes fiscais

Criado em Sexta, 08 Outubro 2010

Informações disponíveis em: <<http://www.cnpg.org.br/index.php/noticias-outros-mps/31-mpes/798-operacao-genova-revela-organizacao-especializada-em-fraudes-fiscais>>.

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), em parceria com a Receita Federal do Brasil (RFB) no Espírito Santo, Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) e a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES), revelou nesta quarta-feira (06/10) novos detalhes sobre a Operação Gênova, deflagrada pela manhã. Em entrevista coletiva, o procurador-geral de Justiça, Fernando Zardini Antonio; o



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

subsecretário da Sefaz, Gustavo Guerra; a delegada da Receita, Laura Gadelha Xavier; o delegado-adjunto da Receita, Carlos Lyra; e o tenente-coronel da PM, Ronald Willian Oliveira, revelaram a forma como era praticado o crime que visava à sonegação de impostos.

A operação investiga fraudes fiscais, formação de quadrilha e crimes praticados contra a ordem tributária em todo o Estado do Espírito Santo por meio da comercialização de pedras ornamentais (blocos, placas, chapas e peças de mármore e granito em geral). O procurador-geral de Justiça destacou que uma das metas de sua administração à frente do MPES é o combate à sonegação no Estado. “Em 2010, já realizamos operações que investigaram sonegação de impostos que chegam ao valor de R\$ 500 milhões. Os setores da Educação, Saúde e Segurança são os que mais perdem devido essa prática contumaz no Estado”, disse. Zardini também declarou que, há cerca seis meses, o MPES investiga o caso apresentado e que a operação é compartilhada, o que possibilitou o seu êxito. “O trabalho da Receita Federal foi imprescindível para que pudéssemos ter elementos factíveis para deflagrar a operação. Da mesma forma, nada disso seria possível sem a atuação eficiente e diletta da Secretaria da Fazenda e o brilhante trabalho da Polícia Militar”, relatou.

O ramo de rochas ornamentais utiliza intensivamente o transporte rodoviário e a fraude se dava na manipulação de notas fiscais e na contratação de seguros para as cargas. As investigações indicam que haveria um forte esquema reiterado de subfaturamento dos valores das mercadorias nas notas fiscais, com a garantia de pagamento integral do seguro em caso de sinistro. Laura Gadelha explicou que a nota fiscal da operação de transporte das rochas era emitida com o valor da mercadoria reduzido à metade. “Para cobrir o valor não lançado na nota, a seguradora cobrava o prêmio em dobro. Ou seja, ao invés de estipular uma taxa de 0,18%, comum para coberturas de seguro no setor, era fixada uma alíquota de 0,36%. Assim, a seguradora era conivente com o esquema, ganhando no volume de negócios fechados”, exemplificou. De acordo com a secretária da Receita, o cálculo inicial é de que a sonegação causada por meio deste esquema está estimada em R\$ 250 milhões, tanto em relação a tributos estaduais como federais, no período de cinco anos.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

A operação mobilizou sete promotores de Justiça, 40 auditores da Receita Federal, 32 da Fazenda Estadual e 50 policiais militares, além de diversos servidores dos órgãos. Ao todo, foram cumpridos 21 mandados judiciais de busca e apreensão no Estado, nos municípios de Vitória, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Barra de São Francisco, Nova Venécia e Colatina, além de um na cidade do Rio de Janeiro e um mandado de prisão temporária. O subsecretário da Secretaria da Fazenda, Gustavo Guerra, afirmou que existe uma série de desdobramentos que serão investigados e apurados. “Em princípio, vamos apurar 14 das 77 empresas que estão envolvidas no esquema. No momento em que o valor da operação for definido, também será possível pedir o bloqueio dos bens dos envolvidos”, pontuou.

Além das medidas em curso e das futuras ações penais que poderão ser movidas, as investigações relativas à sonegação de tributos incidentes no transporte de rochas ornamentais e no recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), os conhecidos “royalties” da produção mineral, no âmbito das promotorias de Justiça do Patrimônio Público vão ter continuidade. O Estado líder na produção nacional de rochas apresenta índices de desempenho do setor, divulgados anualmente pelos próprios empresários e sindicatos a eles vinculados, incompatíveis e discrepantes com a arrecadação mencionada.

O Getpot aguarda o cumprimento de todas as medidas e a oitiva do preso, investigados e testemunhas, além das auditorias e detalhada análise de toda a documentação apreendida, a cargo da Receita Federal e da Secretaria Estadual de Fazenda, visando à futura adoção de medidas cabíveis. O procedimento tramitará em regime de urgência, mas não tem prazo para conclusão, dada a sua complexidade e o grande número de empresas e empresários investigados.

Para tanto, foi decretada a quebra do sigilo fiscal e o sequestro de bens e valores de empresas do setor de rochas, uma corretora de seguros, uma seguradora de âmbito nacional e do sindicato de empresários ligados ao setor, todos expedidos pela Vara Especial da Central de Inquéritos de Vitória. Os contadores dessas empresas também foram alvos de busca e apreensão. O nome da operação faz alusão à cidade



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

de Gênova, localizada no Norte da Itália, que ganhou importância histórica por ter firmado o primeiro contrato de seguros que se tem notícia.

Operação Gênova: pode haver novas prisões

A GAZETA

Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/10/676018-operacao+genova+pode+haver+novas+prisoas.html>.

<<http://www.cnpjg.org.br/index.php/noticias-outros-mps/31-mpes/798-operacao-genova-revela-organizacao-especializada-em-fraudes-fiscais>>.

O Ministério Público Estadual (MPE) divulgou [...] o nome da pessoa que foi presa durante a Operação Gênova, que desarticulou uma organização especializada em crimes contra a ordem tributária na comercialização de pedras ornamentais. O preso é o advogado e corretor de seguros Luiz Ferdinando Zanette, que está recolhido no quartel do Comando Geral da Polícia Militar, à disposição da Justiça.

O MPE não descarta pedir novas prisões, uma vez que os diretores do Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais (Sindirochas) ainda não apareceram para prestar esclarecimentos sobre o caso.

No site da corretora do empresário, a Zanette Seguros, é possível verificar que a atuação é especializada no setor de seguros para o ramo de rochas ornamentais. Além do transporte nacional, a empresa também faz coberturas para exportação, importação e oferece seguro de vida em grupo para funcionários dos empreendimentos de mármore e granito.

Ainda na quarta-feira, no dia da desarticulação do esquema de sonegação fiscal, Zanette foi interrogado e deve ser ouvido novamente em uma outra data, ainda não informada.

Agora, o Grupo Especial de Proteção à Ordem Tributária (Getpot) aguarda os diretores do Sindirochas para prestarem esclarecimentos. Embora ninguém mais tenha sido detido, o MPE não descartou a possibilidade de novas prisões, e dessa vez, de diretores do sindicato que foram convocados a prestar esclarecimentos e não compareceram.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

"Se não forem localizados em tempo hábil poderão ter a prisão decretada, assim como outros empresários do ramo que criarem obstáculos às investigações e insistirem nas práticas ilícitas desvendadas", informa o Ministério Público, por meio de nota.

A diretoria do Sindirochas preferiu não falar a respeito do assunto. Por meio de sua assessoria jurídica, o Sindirochas informou em nota divulgada no final da tarde de ontem, "que até o momento não teve acesso aos autos do inquérito da Operação Gênova". A nota informou ainda que o Sindirochas "precisa estudar as medidas que serão tomadas".

O nome da companhia de seguros envolvida no esquema também foi divulgado pelo MPES. É a Zurich Minas Brasil. A empresa, que surgiu na Suíça em 1872, chegou ao Brasil há 25 anos. Ela é considerada uma das maiores operadoras de seguro do mundo.

Segundo o MPES, tanto a seguradora quanto a corretora serão denunciadas a Superintendência de Seguros Privados (Susep). Caso sejam comprovadas as irregularidades, a representação será usada para a adoção das providências administrativas e descredenciamento das empresas.

A Zurich preferiu não comentar sobre a Operação Gênova e as supostas irregularidades. Por meio de nota a empresa disse que "está colaborando totalmente com as autoridades. No entanto, é política interna do grupo não comentar sobre uma investigação em andamento".

Prejuízo

Segundo o Ministério Público Estadual, 77 empresas do setor de rochas ornamentais estão envolvidas no esquema, junto a uma corretora e a uma companhia de seguros.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Saiba como funciona o esquema

As empresas de rocha ornamentais emitiam notas fiscais com metade do valor de venda da mercadoria com a intenção de pagar menos tributos. Para fazer a entrega do produto, a empresa contratava o serviço de seguro obrigatório pelo Sindirochas.

O sindicato contratava a corretora envolvida na fraude e garantia uma indenização, em caso de sinistro, no valor de venda da mercadoria, ou seja: o dobro do valor que constava na nota fiscal.

Segundo o MPES, Receita Federal e Secretaria da Fazenda, 77 empresas estão envolvidas na fraude.

As investigações para desarticular a organização tiveram início há, aproximadamente, seis meses, depois que o MPES recebeu uma denúncia. A estimativa é de que o esquema de sonegação fiscal tenha rendido prejuízo de pelo menos R\$ 250 milhões aos cofres públicos.

OPERAÇÃO TONEL

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por intermédio do Grupo Especial de Trabalho de Proteção à Ordem Tributária – GETPOT, ofereceu, no dia 8 de julho, denúncia por crime contra a ordem tributária em face dos administradores das empresas RJC Empreendimentos e Participações Ltda. e TA OIL Distribuidora de Petróleo Ltda. Trata-se do desdobramento da Operação Tonel, deflagrada em 17.03.2009, em parceria do MPES e Ministério Público de Minas Gerais e a Secretarias de Fazenda do Espírito Santo e de Minas Gerais.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Operação Tonel descobre rombo de R\$ 300 mi em sonegação fiscal

Paola Carvalho – Estado de Minas

Disponível em:

<http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/03/17/em_noticia_interna,id_sessao=4&id_noticia=102954/em_noticia_interna.shtml>;

<http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/03/67450-

[operacao+tonel+descobre+empresa+nas+ilhas+virgens+para+lavagem+de+dinheiro.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/03/67450-operacao+tonel+descobre+empresa+nas+ilhas+virgens+para+lavagem+de+dinheiro.html)>.

A Operação Tonel, realizada nesta terça-feira em ação conjunta entre Ministério Público, Polícia Militar e fisco do Espírito Santo e de Minas Gerais revelou prejuízo tributário de pelo menos R\$ 300 milhões aos dois estados, sendo R\$ 100 milhões somente aos cofres públicos mineiros. O grupo capixaba T.A Oil Distribuidora de Petróleo é acusado de sonegar Imposto sobre a Comercialização de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) na importação e distribuição de combustíveis e derivados para postos de diferentes bandeiras, empresas e outros consumidores. A adulteração na qualidade dos produtos ainda está em investigação.

A força-tarefa mostra a recorrente tentativa de ações fraudulentas no setor que mais paga ICMS em Minas. Segundo a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), as empresas de produção e distribuição de combustíveis pagaram R\$ 4,38 bilhões em impostos em 2008, o que representa 19,1% do total arrecadado. Há sete anos, o procurador Francisco José Lins do Rego Santos, que investigava a máfia dos combustíveis em Belo Horizonte, foi assassinado dentro de seu carro, num cruzamento do Bairro Cidade Jardim, Zona Sul da capital.

A operação de ontem cumpriu ordem judicial de busca e apreensão, sequestro de bens e bloqueio de contas em Guarapari (ES), Santa Leopoldina (ES) e na Grande Vitória (ES). Os alvos foram empresas vinculadas ao grupo T.A Oil Distribuidora de Petróleo, suspeito dos crimes de sonegação, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Operação Tonel descobre empresa nas Ilhas Virgens para lavagem de dinheiro

Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/03/67450-operacao+tonel+descobre+empresa+nas+ilhas+virgens+para+lavagem+de+dinheiro.html>

Apreensão de documentos evidenciam a existência de uma empresa nas Ilhas Virgens Britânicas. A firma teria sido constituída para dar suporte a lavagem de dinheiro.



Fonte: *Gazeta online*.

A operação Tonel, desencadeada pelos Fiscos e Ministérios Públicos do Espírito Santo e de Minas Gerais em cinco municípios capixabas tendo, entre os alvos, o advogado Beline José Salles Ramos, levou à apreensão de documentos que evidenciam a existência de uma empresa nas Ilhas Virgens Britânicas. A firma teria sido constituída para dar suporte a lavagem de dinheiro, remetido legalmente ao Exterior.

Os dados do Fisco apontam para um prejuízo de R\$ 300 milhões aos cofres públicos por conta de sonegação fiscal. Durante a operação foram apreendidos computadores, seis sacos de documentos e joias. Entre os alvos da operação, várias empresas vinculadas à TA Oil Distribuidora de Petróleo, grupo do qual Beline era advogado.

Um desdobramento paralelo da Operação Tonel ocorreu em Guarapari. Foram recolhidos documentos na residência do empresário José Carlos Cruz Alves, no condomínio de luxo Aldeia da Praia.

Alves é proprietário da rede de distribuição de combustível TA Oil, foco das investigações. O empresário estava em casa, mas não foi detido. Assim como em Vitória, os agentes cumpriam um mandado de busca e apreensão.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

O advogado Eduardo Salles Ramos, responsável pela defesa do pai, Beline José Salles Ramos, diz que as acusações são infundadas e negou a participação de Beline em qualquer tipo de sonegação fiscal. O advogado Beline José Salles Ramos já responde às acusações de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, falsidade ideológica, tráfico de influência, uso de documentos falsos e descaminho.

Segundo o coordenador do Centro de Apoio da Ordem Econômica e Tributária do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, Rogério Filipetto, a empresa nas Ilhas Virgens Britânicas pode ter sido usada para lavagem de dinheiro.

"Trata-se de um contrato da sociedade com a realização do capital dessa sociedade, de modo que os sócios dessa empresa receberam recursos oriundos dessa empresa. Agora, nós vamos nos debruçar no sentido de entender como funcionava o fluxo de alimentação dessa empresa", afirma Filipetto.

Há indícios, segundo os Ministérios Públicos, da ocorrência de crimes contra a ordem tributária, sonegação fiscal e outros correlatos, como formação de quadrilha e ocultação de bens. Os elementos visam dar robustez para delinear os delitos ocorridos, portanto, ninguém foi preso. Segundo o MPES, os investigados foram notificados para comparecerem ao órgão para a retirada dos lacres.

Segundo o coordenador do Centro de Apoio da Ordem Econômica e Tributária do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, Rogério Filipetto, foram nove alvos determinados pelo Ministério Público, distribuídos em cinco municípios: Vitória, Vila Velha, Serra, Santa Leopoldina e Guarapari.

O promotor do MPES, Lindson Alves da Silva, afirmou ainda que os investigados não resistiram e não houve necessidade de prisão. "Buscamos recolher documentos probatórios em mídia, documentos e também garantir com imóveis e bens. Com esse montante, no desembaraço judicial, podemos garantir o retorno desses valores ao Fisco de Minas Gerais e do Espírito Santo".

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

OPERAÇÃO BIÓPSIA

O Ministério Público do Estado de Goiás, por intermédio do GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) e CSI (Centro de Segurança Institucional e Inteligência), com o apoio do COE da Polícia Militar, deflagrou nessa manhã a Operação Biopsia, que apura desvio de verbas públicas na Associação de Combate ao Câncer em Goiás. A Justiça expediu, a pedido do "Parquet", 05 (cinco) mandados de prisão temporária e 07 (sete) mandados de busca e apreensão.

Divulgação na mídia

Operação Biópsia prende cinco pessoas e apura desvios na ACCG

07/02/2012

Disponível em: <<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/1/noticia/1dc6efb0e46a04545a62dc8c1f84f1a1.html>>.

Texto: Marília Assunção / Assessoria de Comunicação Social

Integrantes do MP e da PM esclarecem informações da Operação Biópsia



Fonte: MPMGO.

Promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), e no Centro de Segurança Institucional e Inteligência (CSI) do Ministério Público, concederam entrevista coletiva hoje (8/2), na sede da instituição, para esclarecer algumas informações sobre a Operação Biópsia, que visa a apurar

desvio de recursos públicos na Associação de Combate ao Câncer em Goiás (ACCG). Deflagrada pelo Ministério Público, com o apoio do Comando de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar, a operação resultou no cumprimento de cinco mandados de prisão temporária e sete mandados de busca e apreensão, com o recolhimento de documentos e CPUs de computadores. Foram presos quatro integrantes da ACCG e um empresário, residentes na Região Metropolitana de Goiânia. Entre os documentos apreendidos estão notas fiscais e contratos.

Atendimento

Na coletiva, os promotores esclareceram que o Centro de Apoio Operacional da Saúde do MP irá exigir que não haja interrupção do atendimento médico no hospital. Conforme destacado pelos promotores, a operação pretende sanar as irregularidades da associação para que os pacientes tenham acesso igualitário ao serviço de saúde, como prevê a Constituição Federal.

A operação é resultado de investigação criminal instaurada pelo Gaeco, que há cerca de seis meses tem apurado indícios de diversas irregularidades em relação à ACCG. Entre as práticas já comprovadas estão o uso de notas frias, o pagamento de produtos que não foram entregues, além do pagamento de supersalários.

Citando as situações encontradas na instituição, estavam a prática recorrente de nepotismo, a autocontratação da ACCG para a prestação de serviços e até o pagamento de pensão alimentícia ao filho de um dos servidores da associação.

Por estar ainda em fase de apuração, os promotores não divulgaram os nomes dos investigados nem casos concretos em relação às irregularidades encontradas na instituição.

Prejuízo aos pacientes

Segundo destacado pelo coordenador do Gaeco, promotor Denis Bimbat, apesar de a investigação não estar concluída, há indicativos de que as irregularidades



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

afetaram diretamente o atendimento médico no Hospital Araújo Jorge, que é mantido pela Associação de Combate ao Câncer em Goiás.

Uma das principais consequências da má gestão foi o atendimento deficiente dos pacientes, que colocou em desigualdade aqueles que puderam pagar por uma consulta de forma particular e aqueles que tiveram que aguardar a atendimento por meio de convênios públicos. “Tivemos comprovação de pacientes que pagaram e foram atendidos imediatamente, enquanto outros aguardaram até seis meses por um atendimento ou retorno”, afirmou Denis Bimbat. Ele acrescentou ainda que, “pelo que já foi apurado na investigação, há indícios claros de que, na ACCG, formou-se uma organização criminosa”.

Parceria contínua

Ressaltando a parceria entre o MP e a Polícia Militar, o coronel Urzeda destacou que não houve resistência à prisão por parte de nenhum dos suspeitos, nem sequer foi necessário o uso de algemas. Para essa e outras operações de combate as organizações criminosas, que deverão ser deflagradas pelas duas instituições, o Ministério Público irá contar com o apoio da inteligência da PM e do COE.

Na ação realizada hoje, estiveram envolvidos 40 homens do Comando de Operações Especiais, e outros 15 do setor de inteligência da PM. O trabalho foi acompanhado diretamente pelos promotores de Justiça. Também participaram da entrevista coletiva os promotores José Carlos de Miranda Nery Júnior, coordenador do Centro de Segurança Institucional e Inteligência (CSI); Juan Borges, Luís Guilherme Guimenes, Walter Tiyozo, Vinícius Marçal e Eduardo Prego.

Texto: Cristina Rosa – fotos: João Sérgio / Assessoria de Comunicação Social do MPMGO.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Material apreendido na Operação Biópsia já é analisado no MP-GO

Várias sacolas contendo documentos, além de CPUs de computadores estão sendo analisados pelos promotores encarregados da Operação Biópsia, desencadeada hoje pelo Ministério Público de Goiás visando a apurar desvio de recursos públicos na Associação Goiana de Combate ao Câncer, como divulgou o MP às 7h45 de hoje. Às 15 horas haverá entrevista coletiva sobre o caso na sede do MP.

A pedido do Ministério Público, a Justiça expediu cinco (5) mandados de prisão temporária e sete (7) mandados de busca e apreensão. Estão atuando no caso promotores de Justiça e servidores lotados no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e no Centro de Segurança Institucional e Inteligência (CSI) do MP, com o apoio do Comando de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar.

Texto: Marília Assunção.

OPERAÇÃO CARTA MARCADA

O Ministério Público do Estado de Goiás, por meio do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (GRC) e do Centro de Segurança Institucional e Inteligência (CSI), em parceria com a Polícia Civil e Polícia Militar, deflagrou nesta quinta-feira (14/10) a Operação Carta Marcada para cumprimento de 22 mandados de prisão e 38 mandados de busca e apreensão nos Estados de Goiás, Pará e Minas Gerais. A operação foi resultante de uma investigação realizada por 16 meses que apurou esquemas de emissão fraudulenta de carteiras de habilitação (CNHs) e de aprovação de vistoria de veículos irregulares, os quais contavam com a participação de servidores públicos do Detran-GO, de intermediadores do serviço ilegal e de proprietários de Centros de Formação de Condutores (CFCs).



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Divulgação na mídia

MP e Polícias Civil e Militar realizam Operação Carta Marcada para desbaratar fraudes no Detran-GO

Disponível em: <<http://mp-go.jusbrasil.com.br/noticias/2416934/mp-e-policias-civil-e-militar-realizam-operacao-carta-marcada-para-desbaratar-fraudes-no-detran-go>>.

O Ministério Público do Estado de Goiás, por meio do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (GRC) e do Centro de Segurança Institucional e Inteligência (CSI), em parceria com a Polícia Civil e Polícia Militar, deflagrou nesta quinta-feira (14/10) a Operação Carta Marcada para cumprimento de 22 mandados de prisão e 38 mandados de busca e apreensão nos Estados de Goiás, Pará e Minas Gerais. A operação foi resultante de uma investigação realizada por 16 meses que apurou esquemas de emissão fraudulenta de carteiras de habilitação (CNHs) e de aprovação de vistoria de veículos irregulares, os quais contavam com a participação de servidores públicos do Detran-GO, de intermediadores do serviço ilegal e de proprietários de Centros de Formação de Condutores (CFCs).

Relatório resumido – disponível no site do MP-GO: Síntese do objeto da investigação

O Ministério Público do Estado de Goiás, pelos Promotores de Justiça integrantes do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (GRC), instaurou procedimento para investigar esquema de emissão fraudulenta de CNHs e a existência de esquema criminoso no setor de vistorias do Detran-GO, viabilizando o “esquentamento” de veículos irregulares, inclusive com seu não ingresso físico nas instalações do órgão de trânsito. Tal prática tornou-se possível com a utilização de senha para registrar o fictício ingresso do veículo que seria objeto de “vistoria” no pátio do Detran-GO, contando com a participação de servidores públicos que ali trabalham e de intermediadores do serviço ilegal.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Objetivo da Operação Carta Marcada

Cumprimento de 22 mandados de prisão e 38 mandados de busca e apreensão. 3 Estados (Goiás, Minas Gerais e Pará). Municípios (Estado de Goiás: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Terezópolis, Itaberaí, Cidade de Goiás, Mineiros, Hidrolândia e Montes Claros de Goiás. Estado do Pará: Belém, Parauapebas, Ourilândia do Norte e Marabá. Estado de Minas Gerais: Uberaba).

Logística de pessoal

8 Promotores de Justiça (GRC, CSI)

18 Delegados de Polícia

120 Agentes da Polícia Civil

40 Policiais Militares

Mandados de prisão

Vistoriadores do Detran: 5 vistoriadores e 1 ocupante de cargo comissionado

Proprietários de CFC (Centros de Formação de Condutores) – 3 proprietários

Despachantes e comerciantes: 3

Intermediadores: 5

Compradores de CNH: 5

Mandados de busca e apreensão

Detran-GO

16 CFCs

11 oficinas e despachantes

residências

Tempo de investigação

16 meses



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Conclusão

Evidente fragilidade do sistema do Detran em relação às distribuições das vistorias, ao controle da regularidade de veículos e à emissão de CNHs

OPERAÇÃO PROPINA VERDE⁴

O inquérito policial aponta fatos ocorridos na atuação dos servidores públicos em diversas cidades goianas. A denúncia aponta vários casos em que fiscais do órgão, em razão da função pública exercida, prometiam vantagens e praticavam atos que infringiam suas atribuições, como a emissão de relatórios de vistoria falsos, emissão de autorizações de desmatamento irregulares e até mesmo a agilização na tramitação de procedimento administrativo. A denúncia é mais um resultado decorrente da Operação Propina Verde, deflagrada pelo MP-GO em dezembro de 2010. A denúncia criminal contra 21 pessoas inicialmente envolvidas no caso foi oferecida no ano passado, fruto de 20 meses de intensa investigação, que incluiu a realização de escutas telefônicas autorizadas pela Justiça. O trabalho de apuração envolveu membros e servidores do MP, com apoio das Polícias Civil e Militar.

⁴ Ver também no you tube: <<http://www.youtube.com/watch?v=Q9evxCz5dxw>>.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Divulgação na mídia

Operação Propina Verde investiga suspeitos de crime ambiental em Goiás Esquema teria movimentado de forma criminosa R\$ 1 bilhão

Disponível em: <<http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2010/12/operacao-propina-verde-investiga-suspeitos-de-crime-ambiental-em-goias-3143121.html>>.

A polícia civil e o Ministério Público em Goiás investigam 25 pessoas suspeitas de crime ambiental. O esquema teria a conivência de funcionários da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Na operação das polícias Civil e Militar de Goiás, seis pessoas foram presas. Funcionários, profissionais liberais e fazendeiros. Entre os suspeitos, o gerente de biodiversidade do órgão, Alejandro Alvarado Petinin. Outros nove servidores, já afastados do cargo, também estão sendo investigados pela operação Propina Verde.

De acordo com o Ministério Público, proprietários rurais e empresários pagavam até R\$ 1 mil para agilizar os processos de averbação de reserva legal e autorização de desmatamento, extração de areia, funcionamento de carvoarias e abertura de loteamentos. Durante a operação, foram apreendidos documentos e computadores.

Conforme as investigações feitas pela polícia, o esquema funcionava com a participação de três grupos: o setor de fiscalização do órgão, técnicos e despachantes, responsáveis por montar os processos. O delegado que investiga o caso acredita no envolvimento de mais pessoas no esquema, que teria movimentado de forma criminosa R\$ 1 bilhão em propinas. A polícia investiga, ainda, como era a participação dos proprietários rurais na fraude. As prisões ocorreram depois de um ano e meio de investigações, mas o prejuízo ambiental ainda é incalculável.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MP-GO realiza Operação Propina Verde para apurar fraudes na área ambiental

Disponível em:

<<http://www.mp.go.gov.br/porta1web/1/noticia/28a00c3f5813647a4789d6b2bc969335.html>>.

Texto: Ricardo Santana /Assessoria de Comunicação Social – MP-GO

[...] o Ministério Público de Goiás (MP-GO), em conjunto com as Polícias Civil e Militar, desencadeou a denominada "Operação Propina Verde," que apura atos de corrupção e fraude no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Dez promotores de Justiça e 20 servidores da área de inteligência do MP-GO, além de 20 delegados de polícia e 130 policiais civis e militares, estão envolvidos nesta operação.

Dos 25 mandados de prisão expedidos, 23, até as 10 horas, tinham sido cumpridos. Foram efetivados também 24 mandados de busca e apreensão de documentos e equipamentos. Além de Goiânia, ocorreram prisões em Anápolis (2), Anicuns (2), Caçu (1), Niquelândia (1) e Vianópolis (1). Os presos e o material apreendido estão sendo encaminhados à sede do MP-GO. Ainda hoje será concedida uma entrevista coletiva, às 16 horas, na sede do MP, para detalhamento dos fatos em apuração.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

OPERAÇÃO EMASCULADOS

Investigar o desaparecimento e assassinato de menores. Alguns corpos eram encontrados com o pênis cortado (emasculado). O autor dos crimes confessou ter assassinado 30 meninos em São Luís e 12 no município paraense de Altamira, entre 1991 e 2004; ele teria matado as crianças por asfixia ou com objetos cortantes, abusado delas sexualmente e as emasculado. O criminoso foi denunciado por homicídio qualificado, ocultação e vilipêndio a cadáver.

Divulgação na mídia

Júri condena Francisco das Chagas a mais 27 anos de prisão

Disponível em: <<http://imirante.globo.com/noticias/2012/10/19/pagina321443.shtml>>.

A pena vem se somar a outros 250 anos de cadeia resultantes de nove júris aos quais o réu foi submetido.

São Luís – Vinte e sete anos e seis meses de reclusão em regime inicialmente fechado. Essa foi a pena arbitrada ao réu Francisco das Chagas Rodrigues de Brito em julgamento realizado nesta quinta-feira (18), pela 1ª Vara da comarca de São José de Ribamar. O mecânico respondeu pela acusação de homicídio contra A. L. P, 9 anos. A pena vem se somar a outros 250 anos de cadeia resultantes de nove júris aos quais o réu foi submetido pela acusação de homicídio contra 42 meninos, no caso que ficou conhecido como *Caso dos Meninos Emasculados*. Francisco das Chagas encontra-se preso na Penitenciária de Pedrinhas desde 2003 e não compareceu ao julgamento, que foi presidido pela juíza Lívia Maria da Graça Costa Aguiar, titular da 1ª Vara.

De acordo com a denúncia, o crime aconteceu em agosto de 2002, em um brejo na localidade São Brás e Macaco. Na ocasião, o acusado teria convidado o menor para

tirarem buriti na localidade, levando o garoto a um lugar isolado, onde cometeu o homicídio afogando a vítima.

No júri, o Conselho de Sentença confirmou, por maioria, a autoria e materialidade do crime, rejeitando, também por maioria, a tese de negativa de autoria sustentada pela defesa. O Conselho reconheceu, ainda, as qualificadoras do motivo torpe, meio cruel e surpresa.

Antecedentes

Na sentença, a juíza Lívia Maria destaca a culpabilidade do acusado, que define como “intensa, na medida em que premeditava suas ações e quando encontrou a oportunidade, atraiu a vítima para a prática do crime”.

A magistrada cita, ainda, os antecedentes do réu: “Ele é pessoa contumaz na prática de crimes, já tem diversas condenações na comarca de Ribamar e de Paço do Lumiar”.

Ao tratar da personalidade do acusado ajuíza afirma: “O laudo pericial revelou ser ele portador de transtorno de personalidade, inclusive com propensão a voltar a praticar novos delitos, em caso de soltura, na medida em que o seu problema não tem cura, o que lhe é desfavorável”.

No julgamento, a acusação ficou a cargo do promotor de Justiça Benedito de Jesus Nascimento Neto e a defesa ficou com o defensor público Davi Rafael Silva Veras.

Caso Emascuados: MP acompanha escavações na casa de Chagas

ASCOM / MPE

Disponível em: <<http://elo.com.br/portal/noticias/ver/109648/caso-emascuados-mp-acompanha-escavacoes-na-casa-de-chagas.html>>

O Grupo Estadual de Combate ao Crime Organizado (GECOC), criado pelo Ministério Público Estadual, acompanhou nesta sexta-feira, 27, as buscas na casa de Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, preso pelo desaparecimento, em dezembro



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

do ano passado, do menor Jonahtan Vieira dos Santos. Ontem, durante as escavações foram encontradas ossadas humanas enterradas em covas de 60cm a um metro de profundidade, dentro da casa do acusado, localizada no Residencial José Reinaldo Tavares.

“Colocamos toda a estrutura do Gecoc com seu serviço de inteligência para trabalhar nesse caso e ajudar a polícia a elucidá-lo”, disse o procurador-geral, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, lembrando que em março deste ano reuniu-se com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de quem cobrou maior empenho.

A equipe, formada pelo GECOC, delegados de polícia, Corpo de Bombeiros, policiais civis e militares e peritos do Instituto Médico Legal, foi até a residência de Francisco das Chagas em busca de evidências (roupas, brinquedos e outros objetos) que levassem ao caso dos outros meninos emasculados na ilha de São Luís. Encontrar as ossadas foi uma consequência das diligências realizadas pela equipe que investiga esses casos.

Todo o material achado na casa foi levado para o IML para exame. Também foram convocados para o local onde eram feitas as escavações os promotores de justiça e os juízes das comarcas de São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Nesses municípios vêm ocorrendo, há mais de 10 anos, os crimes de emasculação de menores. Antes das escavações, a equipe de investigação já havia encontrado na casa de Francisco das Chagas, que estava fechada desde que ele foi preso na Delegacia de Homicídios, roupas e brinquedos de crianças, retornando ontem para procurar mais objetos e fazer as escavações. Os investigadores também já tinham recebido informações de vizinhos de que durante à noite, quando o acusado ainda vivia no local, ouviam batidas fortes dentro da casa de um só cômodo e chão de terra batida. Todo o trabalho de buscas foi acompanhado por um sobrinho do acusado.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Caso dos emasculados – MP faz mais duas denúncias contra Chagas

Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/2004/11/27/Pagina8287.htm>>.

O Ministério Público do Maranhão ofereceu nesta quinta-feira (25) mais duas denúncias contra o mecânico Francisco das Chagas. Agora são sete denúncias contra o mecânico feitas pelo órgão ministerial só nos municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, por assassinato e emasculação de adolescentes.

As últimas denúncias foram oferecidas pelo promotor de justiça de São José de Ribamar, Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes, relativas aos assassinatos dos adolescentes Júlio César Pereira Melo e Nonato Alves da Silva, ambos de 10 anos de idade. O promotor encaminhará cópia da denúncia aos advogados de defesa de Robério Ribeiro Cruz que foi condenado pelo assassinato do adolescente Nonato Alves e está preso.

Em todos os casos, Chagas foi denunciado por homicídio qualificado, ocultação de cadáver e vilipêndio. Este mês, a promotora de justiça de Paço do Lumiar, Gabriella Tavernard, denunciou o mecânico pelo assassinato de Carlos Wagner dos Santos Sousa, Bernardo Rodrigues Costa, Eduardo Rocha Silva, Nerivaldo dos Santos Pereira, Raimundo Nonato da Conceição Filho, Edvan Pinto Lobato e Alexandre Gonçalves. As denúncias foram assinadas também pelos promotores que investigam o caso, Emmanuel José Soares e Geraulides Mendonça Castro.

O promotor de justiça de São José de Ribamar afirma que os garotos Júlio César Pereira Melo e Nonato Alves da Silva, encontrados mortos, em junho de 1998, nas matas de Ubatuba, naquele município, foram assassinados por enforcamento e emasculados. Nonato teve, ainda, a mão esquerda amputada. Os corpos foram achados a 250 metros de distância um do outro. O segundo assassinato, de Nonato, ocorreu 10 dias após o primeiro. Por terem sido cometidos em condições semelhantes de tempo, lugar e modo de execução, os dois crimes de Francisco das Chagas foram denunciados em um único processo.

Chagas confessou ter assassinado 30 meninos em São Luís e 12 no município paraense de Altamira. A polícia com o apoio do Grupo Estadual de Combate às



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Organizações Criminosas (Gecoc) do Ministério Público Estadual chegou ao mecânico quando investigava o desaparecimento de Jonathan Vieira, 15 anos, depois confirmado como uma vítima do mecânico. Preso como suspeito do assassinato de Jonathan, o mecânico confessou os crimes quando foram localizadas três ossadas no barraco de 20 metros quadrados onde morava. Todos os casos ocorreram nas mesmas circunstâncias entre os anos de 1991 e 2003.

OPERAÇÃO FONTE SECA E FONTE SECA II

Casos de produção e distribuição (comércio) de CDs e DVDs piratas em São Luís, combatendo a violação de direitos autorais e a sonegação fiscal. Foram realizadas 4 prisões em flagrante e apreendidas aproximadamente 230 mil mídias (CDs e DVDs) gravadas e virgens, máquinas e equipamentos de reprodução (40 gravadoras e 6 impressoras), além de 2 automóveis. Parceria do Ministério Público com a Secretaria da Receita Estadual e Delegacia Fazendária, Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública e Procuradoria-Geral do Estado.

Divulgação na mídia

Redação: Johelton Gomes – CCOM-MPMA

Informações disponíveis em:

<http://www2.mp.ma.gov.br/comunicacao/OutrasNoticias408.asp>

CDs e DVDs piratas são destruídos em São Luís Apreensão de 20 mil peças é o resultado da operação coordenada pelo Ministério Público.

Vinte mil CDs e DVDs piratas foram destruídos no último dia 5, na avenida Beira Mar, no centro de São Luís. Os produtos foram apreendidos na operação "Fonte Seca" do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público do Estado do Maranhão (Gecoc) em parceria com a Secretaria da Receita Estadual e Delegacia Fazendária.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

A força tarefa de combate à sonegação fiscal e pirataria é composta pelo Ministério Público, Judiciário, Secretaria Estadual de Planejamento, Secretaria Estadual da Fazenda, Secretaria de Segurança Cidadã e Procuradoria-Geral do Estado.

A Procuradora de Justiça Rita de Cássia Maia Baptista, que dirigiu a força tarefa de fevereiro a dezembro de 2006, época em que as investigações foram deflagradas, acompanhou a destruição dos produtos falsificados e destacou a importância do combate a esses crimes. "A carga tributária brasileira não pode ser justificativa para esse delito". Ela destacou, ainda, que a articulação das entidades que compõem o grupo tem um raio de atuação maior. "Essa articulação é responsável pela investigação de empresas que sonegam impostos. Como resultado positivo, destacamos o aumento da arrecadação".

O material foi apreendido em um centro de distribuição localizado no centro da capital. Segundo o delegado titular da delegacia fazendária Luís Jorge Santos Matos, os pontos de distribuição agora serão o foco da operação de combate à pirataria.

Mais de 200 mil CDs e DVDs piratas são tirados de circulação na capital

Por Jully Camilo

OPERAÇÃO FONTE SECA II

Investigar casos de produção e distribuição (comércio) de CDs e DVDs piratas em São Luís, combatendo a violação de direitos autorais e a sonegação fiscal.

Família é presa acusada de comprar, reproduzir e vender produtos pirateados

Mais de 200 mil CDs e DVDs (gravados e virgens), máquinas e equipamentos de reprodução, além de um Gol e uma caminhonete S-10, sem placas, foram apreendidos ontem durante uma operação contra a pirataria e a sonegação fiscal, em três bairros de

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

São Luís: Aurora, Forquilha e Centro. A ação – chamada Operação Fonte Seca II – foi resultado de uma parceria entre a Polícia Civil, o Ministério Público e o Serviço de Inteligência Fiscal da Receita Estadual. Pai e dois filhos foram presos: Francisco Alves Batista, de 52 anos, Márcio Alves Batista, 27, e Maciel Alves Batista, 23. Eles foram autuados em flagrante por violação de direito autoral e, se condenados, poderão cumprir pena de dois a quatro anos de reclusão.

O resultado da apreensão, diante da Deic; no detalhe, Francisco Alves, preso em flagrante



Foto: G. Ferreira

Participaram da Operação Fonte Seca II 40 policiais da Deic, da Denarc, da Delegacia Geral, da Superintendência de Polícia da Capital. O Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc) do Ministério Público do Estado do Maranhão também apoiou a ação.

Nove mandados de busca e apreensão foram cumpridos em cinco depósitos, duas residências e duas empresas. Foram descobertos e fechados um laboratório de reprodução de discos no bairro da Aurora, duas lojas de CDs e DVDs virgens, localizadas na Forquilha, e cinco depósitos de distribuição dos produtos, situados no Centro de São Luís.

Segundo o delegado Couto Junior, do Denarc, o material falsificado era distribuído em todo o Maranhão e revendido por aproximadamente R\$ 2 a unidade. Para o processo de produção, os criminosos utilizavam, pelo menos, 40 gravadoras de DVDs e seis impressoras.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Francisco Alves Batista e seus dois filhos eram proprietários das lojas de informática, situadas no bairro da Forquilha. Com isso era mais fácil comprar legalmente os produtos virgens, para em seguida copiá-los e revendê-los. A família foi presa em casa, na rua Zuleide de Andrade, nº 8, apartamento 2, no São Cristóvão, por volta das 5h.

Prejuízos – De acordo com dados do Ministério da Justiça, a pirataria causa no Brasil um prejuízo aos cofres públicos estimado em R\$ 27 bilhões por ano.

Disponível em: <http://www.jornalpequeno.com.br/2008/7/18/Pagina82828.htm>

A Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos do Brasil informou que no Maranhão são comercializados por ano mais de 2 milhões de DVDs e CDs piratas. “Há dois anos, apreendemos 30 mil produtos pirateados, na Operação Fonte Seca I, mas não conseguimos localizar os laboratórios, só os depósitos. Demos seqüência à segunda etapa da operação com o objetivo de identificar os pontos de produção e distribuição dos CDs e DVDs, evitando assim que eles cheguem aos comerciantes”, revelou o promotor Agamenon Batista.

Os produtos pirateados apreendidos serão encaminhados ao depósito da Receita Estadual, no bairro da Estiva, para posteriormente serem destruídos.

OPERAÇÃO GATUNOS

Desvio de combustíveis que eram vendidos a caminhoneiros e motoristas. Foram realizadas 5 prisões em flagrante por venda ilegal de combustíveis e apreendidos 3 caminhões-tanque, 5 mil litros de combustível e várias armas utilizadas pela quadrilha. Parceria do Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Justiça Estadual.

Divulgação na mídia

Disponível em:> em: <http://www.mp.ma.gov.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/1114-noticia-operarro-gatunos-prende-quadrilha-por-furto-e-venda-ilegal-de-combustiveis>

Operação Gatunos prende quadrilha por furto e venda ilegal de combustíveis

Detalhes

Redação: CCOM-MPMA

Uma operação da Polícia Rodoviária Federal realizada nesta quarta-feira (10/09) em conjunto com o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC), do Ministério Público do Estado do Maranhão, resultou na prisão de uma quadrilha especializada em desvio de combustíveis.

O bando agia em Alto Alegre do Maranhão, na altura do km 405 da BR-316, com a participação de motoristas, policiais militares e moradores de municípios ao longo das rodovias BR-316 e BR-135. Na operação, também foram apreendidos três caminhões-tanque, mais cinco mil litros de combustível e um vasto arsenal. Um policial militar reformado que fabricava armas numa oficina no quintal de sua residência e as fornecia para a quadrilha também foi preso.

No esquema, o combustível saía em caminhões-tanque do Porto do Itaqui em São Luís e no caminho para os postos de abastecimento era alvo do desvio. O combustível desviado era vendido a caminhoneiros e motoristas. A operação também efetuou prisões em flagrante por venda ilegal de combustíveis no Povoado de Independência, Distrito de Peritoró.





Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

OPERAÇÃO FUMAÇA CLANDESTINA

Fábrica clandestina de cigarros localizada no interior do Estado do Maranhão. Foram realizadas as prisões dos responsáveis pela fábrica e apreensão de toda a mercadoria, do material utilizado na produção dos cigarros, 15 mil maços de cigarros de marcas estrangeiras, no ponto de serem comercializados, selos, plásticos e embalagens do produto, além de maquinários utilizados na produção dos cigarros. Parceria do Ministério Público Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Civil, Vigilância Sanitária Estadual e Associação Brasileira de Combate à Falsificação.

Divulgação na mídia

Fábrica clandestina de cigarros é fechada em Estreito

Fábrica ficava localizada às margens da BR-010, no KM 142. Indústria mantinha trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/07/fabrica-clandestina-de-cigarros-e-fechada-em-estreito.html>>

A operação "Fumaça Clandestina" foi executada pela polícia Rodoviária Federal em conjunto com o GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) do Ministério Público Estadual /MA, e com apoio da Polícia Federal, Polícia Civil e Vigilância Sanitária. Recentemente, outras operações desarticularam quadrilhas que mantinham a produção clandestina de cigarro no país.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

ESTREITO – Operação policial fecha fábrica clandestina de cigarros

Redação: José Luís Diniz (CCOM-MPMA)

Informações disponíveis em: <<http://www.mp.ma.gov.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/4851-estreiro-operacao-policia-fecha-fabrica-clandestina-de-cigarros>>.

Detalhes

MPMA participa da ação por meio do Gaeco e Promotoria de Estreito

O Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e a Promotoria de Justiça de Estreito, participou na manhã desta quinta-feira, 12, da Operação Fumaça Clandestina, ação conjunta com as Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil, Vigilância Sanitária Estadual e representantes da Associação Brasileira de Combate à Falsificação, que fechou uma fábrica clandestina de cigarros, localizada no quilômetro 142 da BR 010, que liga as cidades de Porto Franco e Estreito, no sul do Maranhão.

No local – um galpão de aproximadamente 800 metros quadrados –, foram apreendidos 150 mil maços de cigarros de marcas estrangeiras, embalados no ponto de serem comercializados, além de selos, plásticos e embalagens do produto. A ação cumpriu mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça.

Dados estimados pelos policiais que participaram da operação indicam que a fábrica clandestina produzia cerca de 250 caixas de cigarros falsificados por dia. Para tanto eram utilizados dois geradores de energia.

A promotora de Justiça Ilma de Paiva Pereira, da 2ª Promotoria de Estreito, que representou pela busca e apreensão na fábrica clandestina, informou que vai aguardar o relatório da operação para instaurar a ação penal contra os proprietários e os responsáveis pela produção.

De acordo com as investigações, a fábrica pertenceria a um casal de Imperatriz – Ana Cristina Alves Guida, que já foi presa em 2011 por receptação de carga roubada de cigarros e responde a processo criminal na Justiça Federal de Imperatriz pelos crimes de contrabando e descaminho, e Valdine Diniz dos Santos.

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

O trabalho investigativo foi encaminhado inicialmente pela Polícia Rodoviária Federal, que percebeu movimentações atípicas na região. Além de maquinário específico e de alto valor, as fábricas operavam com trabalhadores recrutados em outras regiões, transportados para a fábrica encapuzados, para que não pudessem indicar a localização da indústria, e que eram mantidos em condições de trabalho análogo à escravidão.

Parceria

A operação que resultou no fechamento da fábrica clandestina de cigarros é fruto de uma parceria que já vem sendo realizada há vários anos e que envolve o Ministério Público, a Polícia Civil e, em alguns casos, as Polícias Federal e Rodoviária Federal.

O superintendente de Polícia Civil do interior, delegado Jair Lima de Paiva Júnior, elogia o entendimento entre as instituições, principalmente por garantir maior agilidade às investigações. “São várias operações de sucesso que temos realizado com a participação de membros do Ministério Público”. Ele exemplificou com o caso do sequestro do menino Pedro Paulo, em Imperatriz, solucionado nesta terça-feira, 10, em que promotores de Justiça estiveram ao lado das autoridades policiais em todas as ações.





Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

OPERAÇÃO ARCA DE NOÉ

Atuação conjunta do Ministério Público Estadual com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Resultou na prisão do mais do mais perigoso chefe do crime organizado do estado do Mato Grosso: João Arcanjo Ribeiro, “O Comendador”. Chefe do jogo do bicho no estado. Era proprietário de cassinos clandestinos. Ex-investigador da Polícia Civil. Construiu um império e fez fortuna com as atividades ilícitas. Mandava matar os desafetos e concorrentes. Estava infiltrados no poder estadual. Tinha nas mãos muitos integrantes da polícia civil e militar. 10 envolvidos foram presos, o líder João Arcanjo Ribeiro permanece na prisão. 2303 imóveis, foram apreendidos, além de uma aeronave Cessna Citation, no valor de UU\$ 6 milhões; 30 outros veículos, 105 bens móveis, dentre jóias e barras de ouro; e mais seis mil itens correspondentes a ativos financeiros no país, que totalizam mais de R\$ 38 milhões. Foram indisponibilizados também cerca de R\$ 8,6 milhões que estavam depositados em contas correntes bancárias no país em nome do criminoso. Apreenderam 483 quilos de cocaína.

Operação Arca De Noé

Factorings de Cuiabá são vasculhadas

Centrais de jogo do bicho também foram revistadas; cerca de 6 mil pessoas trabalham para Colibri em MT

Patrícia Neves

Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=123312>>. Acesso em 28 de jan de 2013>.

Com a ajuda de funcionário, policiais retiram mesa onde são sorteados os números do jogo do bicho, em prédio do grupo Colibri



Dezenove mandados de busca e apreensão, sendo 16 em Mato Grosso e três em estabelecimentos comerciais e propriedades do empresário Valdir Piran em Brasília (DF), foram cumpridos pela Polícia Federal ontem na operação Arca de Noé. Um escritório de contabilidade e nove empresas de factoring do grupo Colibri, comandado por João Arcanjo Ribeiro, também foram vasculhados.

Documentos e computadores foram apreendidos. Ao todo mais de cem homens – incluindo a Polícia Rodoviária Federal, Civil, Militar e Federal - participaram da operação.

Somente na empresa Credfac, localizada na avenida Historiador Rubens de Mendonça (CPA), policias da Divisão de Operações (DOE) e PRFs fizeram a retirada



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

de pelo menos dez caixas contendo documentos da empresa. A operação durou pouco mais de uma hora. Computadores que estavam no depósito também foram encaminhados para a superintendência da Polícia Federal.

Segundo o procurador da República Pedro Taques, a quantidade de documentos apreendidos não poderia ser detalhada, já que os que não oferecessem informações relevantes seriam devolvidos.

Operação Arca de Noé

Operação que prendeu Arcanjo completa 10 anos e ainda é referência Por Comunicação – SINPRF/MT

Fonte: O Documento

Disponível em: <<http://www.sinprfmt.com.br/TNX/conteudo.php?sid=44&cid=3060>>.

Após exatos 10 anos da deflagração da Operação Arca de Noé, João Arcanjo Ribeiro permanece detido em um presídio de segurança máxima graças a mandados de prisão preventiva oriundos de decisões que prevêm seu julgamento por júri popular sob acusação de homicídio. Preso há pouco mais de nove anos, o “Comendador” já poderia ter sido beneficiado com a progressão da pena de 24 anos de reclusão por crimes contra o sistema financeiro, formação de quadrilha e contrabando.

Além disso, sua defesa já conseguiu anular a condenação de sete anos por porte ilegal de armas e ingressou com recurso para tentar o mesmo feito sobre a sentença por lavagem de dinheiro. Os argumentos são, respectivamente, que à época do julgamento não havia lei do desarmamento e que ele não poderia ser julgado por condutas não citadas no pedido de extradição do Uruguai, onde foi capturado em abril de 2003.

Dos 10 acusados pelo Ministério Público após a operação, apenas os ex-cabos da Polícia Militar Hércules Araújo Coutinho e Célio Alves dos Santos continuam presos. São apontados como executores de diversos assassinatos que teriam sido encomendados por Arcanjo.

Entre as vítimas estão o empresário Sávio Brandão, em setembro de 2002, assassinato pelo qual ambos já cumprem penas, e Rivelino Jacques Brunini e Fauze

Rachid Jaudy, executados em junho do mesmo ano. Apontado pelo MP como braço direito de Arcanjo, o coronel aposentado da PM Frederico Lepesteur morreu vítima de um câncer em setembro de 2007, antes de ser julgado. Pelos crimes dos quais era acusado passou dois anos na cadeia, sendo liberado diversas vezes para internações e tratamentos médicos.

Conforme a denúncia da época, tinha como função proteger as atividades do grupo liderado pelo ex-bicheiro, facilitando a entrada de máquinas caça-níqueis no Estado. Também era acusado de participação em homicídios e formação de quadrilha. Sempre negou, no entanto, dizendo apenas possuir uma empresa de cobranças que, segundo ele, nunca havia prestado serviços para Arcanjo.

Da lista elaborada pelo MP, dois passaram por julgamento. Uruguaio naturalizado brasileiro, o contador Luis Alberto Dondo Gonçalves foi condenado inicialmente a 26 anos de prisão, pena que caiu para pouco mais de sete anos em regime semi-aberto após um recurso que pedia anulação de uma das sentenças. Ele era apontado como o responsável pela escrituração contábil e fiscal do grupo.

Já Júlio Bachs Mayada, tido à época como o elo entre Arcanjo e o crime organizado em outros Estados brasileiros, acabou absolvido da acusação de envolvimento no assassinato de Brunini e Rachid Jaudy. Foi condenado a oito anos de reclusão por formação de quadrilha e contrabando, mas ganhou o direito de recorrer em liberdade.

Império

Deflagrada em cinco de dezembro de 2002, após cinco anos de investigação, a Operação Arca de Noé, que culminou na ruína do império do ex-bicheiro João Arcanjo Ribeiro, foi a primeira do país a reunir a cooperação de diversos agentes públicos e ainda é tida como exemplo a ser seguido em ações semelhantes.

Atuaram 100 homens das polícias Rodoviária Federal, Civil, Militar e Federal; 22 Promotores de Justiça e quatro Procuradores da República. Nove empresas de factoring do grupo Colibri, comandado por Arcanjo, foram vasculhadas.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Diligências também foram realizadas em fazendas, residências e casas lotéricas. Trabalho que rendeu na acusação do ex-bicheiro e mais 10 pessoas pelo Ministério Público Federal e em subsídios para ações no Ministério Público Estadual contra parlamentares.

Para o juiz federal Julier Sebastião da Silva, responsável pela emissão dos mandados de prisão e apreensão que possibilitaram a operação, a Arca de Noé representou um marco para políticas de segurança pública porque resultou no desmantelamento do crime organizado em Mato Grosso.

“Nos dois anos que precederam a operação tivemos de oito a nove cadáveres espalhados por avenidas de Cuiabá. Não apenas dos empresários ou donos de jornais, mas de pessoas anônimas. Além disso, havia uma confusão entre o crime organizado e a política”, lembra o magistrado, em referência aos assassinatos de Sávio Brandão, Rivelino Brunini e Fause Rachid Jaudy em 2002.

Até então tido como um dos principais empresários do Estado, Arcanjo passou de “comendador”, título concedido pela Assembleia Legislativa, a acusado de crimes como contrabando, exploração de caça-níqueis, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e homicídio.

Hoje ele cumpre pena em uma penitenciária de segurança máxima em Mato Grosso do Sul. Condenado a 24 anos, ele ainda não foi julgado pelos homicídios que teria encomendado. Crimes pelos quais irá a júri popular.

OPERAÇÃO MARANELO⁵

Atuação conjunta do Ministério Público Estadual e Polícia Civil do Estado de Mato Grosso e Polícial Federal. Resultou na apreensão de 483 quilos de cocaína, com a comprovação de sua origem boliviana, motivo que ensejou o deslocamento da competência de atuação no caso para o

⁵ Ver reportagem em: www.youtube.com/watch?v=51rVOSrrDcM.

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

âmbito Federal. Culminou em 24 prisões, inclusive de policiais civis – um deles, chefe de uma das células criminosas. Inúmeros foram os bens apreendidos, sobretudo carros e motos de alto valor no mercado. Foram denunciadas 35 pessoas pela prática de tráfico internacional de drogas; associação para o tráfico; e lavagem de dinheiro.

Divulgação na mídia

Operação Maranello: 35 acusados, 24 mandados e 13 presos no balanço

Da Redação - Jardel Arruda

Disponível em:

<<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=53675#!prettyPhoto.>>

Pelo crime de tráfico de drogas foram denunciadas 25 pessoas, das quais 23 tiveram prisão decretada. Entre eles, quatro são investigadores da Polícia Civil, dos quais três devem responder somente por tráfico de drogas. São eles Wagner Rodrigo de Amorim, Adalto Ramalho da Silva, Neuri Alves da Silva e Jocenil Paulo França.

Dos indiciados por tráfico, oito também foram acusados de lavagem de dinheiro. Encabeçando a lista dos duplamente denunciados está o advogado Edésio Ribeiro Neto, conhecido como 'Binho', que está foragido. O policial Wagner Rodrigo foi o único, dentre os investigadores, acusado por lavagem de dinheiro, além de narcotráfico.

A relação dos acusados por lavagem de dinheiro possui 18 nomes e metade dela teve prisão decretada. No entanto, o único da lista que teve prisão decretada e não é acusado também de tráfico é o empresário Alexandre Zangarini.

Além disso, foram apreendidos vários carros de luxo ,entre Ferraris, Corvettes e Mercedes. Jóias e outros bens de altos valores também podem ter sido apreendidos. Os veículos e objetos de valor devem ser usados como provas ou indícios de lavagem de dinheiro.





Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

OPERAÇÃO ALVORADA VORAZ

Investigação acerca da prática de corrupção ativa, corrupção passiva e formação de quadrilha por agentes públicos (Policiais Militares e Agentes Tributários Estaduais), envolvidos com a facilitação do contrabando de cigarros paraguaios. Houve 11 mandados de prisão temporária; 27 mandados de busca e apreensão domiciliar; 9 veículos; Número de pessoas envolvidas: 100 (aproximadamente) 19 denunciados. Parceria do Ministério Público com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar e Receita Federal.

Alvo de operação é quadrilha com 7 policiais militares e agente tributário

Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/alvo-de-operacao-e-quadrilha-com-7-policiais-militares-e-agente-tributario>>.

Aline dos Santos

A ação vai cumprir 28 mandados de busca e apreensão domiciliar, 9 mandados de busca e apreensão de veículos e 17 mandados de prisão temporária

A Operação Alvorada Voraz, deflagrada hoje em sete cidades de Mato Grosso do Sul contra o contrabando de cigarros, tem como alvo uma organização criminosa composta por sete policiais militares, um agente tributário lotado em Brasilândia e por civis.

A ação vai cumprir 28 mandados de busca e apreensão domiciliar, 9 mandados de busca e apreensão de veículos e 17 mandados de prisão temporária. A operação é realizada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado), PRF (Polícia Rodoviária Federal), comando da PM (Polícia Militar), com auxílio do Nurep (Núcleo de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal).

De acordo com as investigações, os policiais militares ajustam o pagamento de “propina” para permitirem a passagem de carregamentos de cigarros, que



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

obrigatoriamente passam por Porto Murtinho, Bela Vista, Jardim, Sidrolândia e Campo Grande, rota dos contrabandistas vindos do Paraguai, com destino a outros Estados.

O Gaeco investiga o crime desde outubro do ano passado. Foram realizadas apreensões de mais de 50 carretas de cigarros em Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, totalizando sete milhões e quinhentos mil maços apreendidos e um prejuízo em torno de 20 milhões de reais para o grupo criminoso.

A operação é realizada nas cidades de Antonio João, Caracol, Jardim, Porto Murtinho, Campo Grande, Eldorado e Brasilândia, além de Brasília (DF) e Umuarama (PR). A ação reúne 200 profissionais.

Em Campo Grande, a Cigcoe (Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais) cumpre mandado judicial em uma casa na rua das Garças, no bairro Vila Célia. O imóvel estava fechado e foi aberto por um chaveiro.

O nome da operação é alusivo à música “Alvorada Voraz”, do conjunto RPM, cuja letra retratava a existência de grupos criminosos formados por agentes públicos envolvidos em contrabando.

OPERAÇÃO ORFEU

Investigação envolvendo as atividades de organização criminosa dedicada à exploração de jogos de azar (máquinas caça-níquel), violação de direito autoral, corrupção ativa, homicídio, formação de quadrilha e lavagem de capitais. Houve 8 prisões em flagrante; 6 prisões temporárias; 30 mandados de busca e apreensão; Foram apreendidas 70 máquinas caça-níquel; 36 máquinas jukebox; e 2 armas de fogo; Número de pessoas envolvidas: 60 (aproximadamente) e 15 denunciados. Parceria do Ministério Público com a Polícia Civil e Polícia Militar.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MP divulga nota oficial sobre a "Operação Orfeu" em CG

Marcos Alex Vera de Oliveira
Promotor de Justiça do GAECO
Coordenador da Operação "ORFEU"

Fonte: <<http://www.aquidauanews.com/0,0,00,2201-199199-MP+DIVULGA+NOTA+OFICIAL+SOBRE+A+OPERACAO+ORFEU+EM+CG.htm>>.

Nota oficial

Nos dias 09 e 10/05/2012 foi deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado – GAECO, conjuntamente com a Delegacia Especial de Combate ao Crime Organizado – DECO, Agência Central de Inteligência da Polícia Militar – PM2 e Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais – CIGCOE, operação policial batizada de "ORFEU", que teve como propósito o cumprimento de 32 mandados de busca e apreensão expedidos pelo Poder Judiciário, comarca de Campo Grande.

A operação é resultado de investigação desenvolvida pelo GAECO, que durante cerca de três meses apurou as atividades de integrantes de organização criminosa dedicada à exploração ilegal de jogos de azar, à exploração de máquinas de música não licenciadas, bem como a prática de diversos outros delitos.

Identificou-se que tal organização criminosa seria composta também por agentes policiais da ativa e aposentados, que davam suporte para a prática de ilícitos, assim como por pessoas que já foram alvo de investigação nas operações "XEQUE-MATE", desenvolvida pela Polícia Federal em 2007, e "LAS VEGAS", desenvolvida pelo GAECO em 2009.

Durante a operação foram fechados diversos cassinos clandestinos que funcionavam em residências da Capital, gerando com isto a apreensão de 37 (trinta e sete) máquinas caça-níquel, além de mobiliários, documentos com a contabilidade da atividade e anotações com referência a endereços de pontos de jogos, frequentadores e responsáveis pela contravenção.

Foram fechadas, ainda, duas fábricas clandestinas, bem como apreendidas 31 (trinta e uma) máquinas de música ("jukebox") não licenciadas, 32 (trinta e duas)



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

carcaças e diversos componentes utilizados para a montagem dos equipamentos, bem como para a montagem de máquinas caça-níquel.

Também foram recolhidos, para análise e investigação, 04 (quatro) CPU's, 5 (cinco) HDs externos e 03 (três) notebooks, que passarão por perícia.

Foram conduzidas até a Delegacia de Polícia 30 (trinta) pessoas, sendo que 18 (dezoito) delas foram presas em flagrante delito e liberadas depois do pagamento de fiança, ao passo que contra as demais foi lavrado Termo Circunstanciado de Ocorrência. Dentre os presos em flagrante está um Investigador de Polícia Civil lotado na Delegacia de Ordem Política e Social – DEOPS.

Ainda, foram apreendidos R\$ 3.929,00 em espécie, diversas folhas de cheque, 200 (duzentas) munições calibre .40 e 84 (oitenta e quatro) munições calibre 38, algumas delas de origem estrangeira, bem como dois revólveres também calibre 38.

Por fim, cumpre ressaltar que diversamente do que inicialmente divulgado por alguns veículos de comunicação, a operação “ORFEU” teve como principal propósito o combate à atuação de organização criminosa dedicada à prática de diversos ilícitos, dentre os quais a exploração de jogos de azar, e não apenas a repressão de crime de violação a direito autoral.

As investigações, portanto, prosseguirão com o propósito de identificar os demais integrantes desse grupo criminoso, que serão oportunamente levados à Justiça, para o devido julgamento, conforme as leis brasileiras vigentes.

Gaeco prende policiais civis e militares em desdobramento da Operação Orfeu, contra a jogatina

Informações disponíveis em: <<http://www.msrecord.com.br/noticia/ver/80710/gaeco-prende-policiais-civis-e-militares-em-desdobramento-da-operacao-orfeu-contra-a-jogatina>>.

A prisão temporária foi decretada pelo Poder Judiciário pelo prazo de 5 dias

Kharina Prado, MS Record

Em Mato Grosso do Sul, o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) com apoio da Corregedoria da Polícia Civil e do Comando da Polícia Militar cumpriram nesta sexta-feira (24), três mandados de prisão em desfavor a Polícias Civis e Militares.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

As prisões fazem parte desdobramento da Operação Orfeu, ação de repressão a jogos de azar, conhecidos como máquinas caça-níquel, que foi desencadeada entre os dias 9 e 10 de maio de 2012.

Segundo apurados nas investigações, surgiram indícios da participação dos policiais na prática de crimes de concussão, formação de quadrilha e exploração de jogos de azar. Dois dos policiais trabalharam no DEOPS.

A prisão temporária foi decretada pelo Poder Judiciário pelo prazo de 5 dias, podendo ser prorrogado, em caso de necessidade. Os três policiais foram encaminhados a Corregedoria da Polícia Civil para prestarem declarações ao Promotor de Justiça do GAECO, e após serão encaminhados aos locais designados por cada instituição para o cumprimento das prisões. (Com informações MPE)

OPERAÇÃO LAVANDERIA

Investigação envolvendo as atividades de organização criminosa dedicada à prática de lavagem de capitais oriundos do tráfico de drogas e formação de quadrilha. Houve 17 prisões preventivas; 27 mandados de busca e apreensão; Foram apreendidos 9 veículos; 2 motocicletas; R\$ 210.000 em espécie; 60 pessoas envolvidas (aproximadamente); e 20 denunciados. Parceria do Ministério Público com a Polícia Militar.

Um dos veículos apreendidos pelo Gaeco



Foto: Valdenir Rezende/ Correio do Estado

Operação Lavanderia apreendeu 9 veículos e R\$ 264 mil em dinheiro

Vivianne Nunes com informações MPE

Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/operacao-lavanderia-apreendeu-9-veiculos-e-r-264-mil-em-dinh_91010/>

A operação Lavanderia, deflagrada na manhã de ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) apreendeu nove veículos, 264 lâminas de cheque preenchidos e R\$ 264.206 em dinheiro. Os mandados foram cumpridos em Campo Grande, Dourados e Ponta Porã e segundo informações do Ministério Público Estadual (MPE) 15 pessoas, sendo dez em Campo Grande, três em Dourados e duas em Ponta Porã. Segundo boletim divulgado ainda faltam dois mandados a serem cumpridos em Ponta Porã.

Os nomes dos presos não serão divulgados pelo órgão até que a denúncia seja oferecida à Justiça.

Investigações conduzidas pelo Grupo revelam que os integrantes da organização criminosa criavam empresas de “fachada” e abriam contas em bancos com o propósito de ocultar ou dissimular a origem de valores oriundos de crimes, lucrando com parte do numerário depositado. Os fatos estão sob investigação desde fevereiro deste ano. Os presos são acusados de lavagem de dinheiro de crimes praticados em o todo o País, principalmente os que estão relacionados ao tráfico de drogas.

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Promotores de Justiça e Policiais Militares do Gaeco participaram das diligências, além da Agência Central de Inteligência, Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais (Cigcoe), Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e Delegacia Especializada de Combate ao Crime Organizado (DECO).

Divulgados nomes dos três presos na Operação Lavanderia

Dourados News
Imagens: Gaeco

Os três foram presos hoje em Dourados na Operação 'Lavanderia'.



O Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado) divulgou há pouco o nome dos detidos, em Dourados, na Operação Lavanderia. São eles: Maristela Benites Peres, Carlos Jullyano Araújo e Mario Brandão Garcia. Com os acusados foram apreendidos um carro Fiat uno, uma moto honda biz e R\$250 mil em dinheiro.

As investigações sobre o caso são realizadas desde fevereiro deste ano. Ao todo são 17 mandatos de prisão, 15 de busca e apreensão e 12 de seqüestro de veículos, que devem ser cumpridos hoje em Dourados, Ponta Porã e Campo Grande.

Os acusados atuavam com a criação de empresas de fachadas e aberturas de contas em bancos para esconder dinheiro que teria originado de crimes como lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

Participam da ação promotores de justiça, policiais militares do Gaeco, Agência Central de Inteligência, DOF, Deco, GICOE e Força Tática e Getam, do 3º Batalhão da Polícia Militar.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I – ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA

Operação realizada pelo Ministério Público, em parceria com outros órgãos, culminando, em razão da própria natureza e do objetivo das apurações, em significativa recuperação de ativos, viabilizada por meio de procedimento investigatório criminal

Informações fornecidas pelo MPMG

Concebida no âmbito do GNCOC, a Operação Nacional, coordenada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), mobilizou também os Ministérios Públicos de São Paulo, do Paraná e do Rio de Janeiro, bem como as respectivas Secretarias de Estado da Fazenda.

Foram cumpridos doze mandados de busca e apreensão junto à matriz, ao centro de distribuição e demais filiais da distribuidora de medicamentos Santa Cruz, empresa paranaense que detinha, à época, fatia de 85% do mercado brasileiro do comércio de medicamentos.

A operação mobilizou um contingente de dezenove promotores de Justiça, setenta e oito auditores fiscais, e cinquenta e oito policiais civis e militares, para a efetivação das diligências que se estenderam pelos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Goiás e Minas Gerais – onde as primeiras irregularidades restaram constatadas. Autoridades da Secretaria de Estado de Fazenda e dos Ministérios Públicos e Polícias desses Estados, e também do Estado de Goiás, envidaram esforços para o sucesso das buscas, que resultaram na copiagem de nada menos do que 300 terabytes em arquivos eletrônicos.

O Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), o qual também tomou parte na operação, suspeitava ainda da prática de lavagem de dinheiro por parte dos dirigentes da distribuidora através da remessa de divisas a instituições financeiras estabelecidas nas Ilhas Virgens britânicas.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

No âmbito das fraudes fiscais, perpetradas desde os idos de 2004, a Santa Cruz impingiu apenas aos cofres públicos de Minas Gerais prejuízos fixados em pelo menos R\$ 50 milhões. o modus operandi consistia na redução do pagamento de ICMS por meio da emissão de “notas parciais” de venda de medicamentos, contabilizando apenas parte das mercadorias vendidas.

Foram recuperados, mediante pedido de parcelamento, quase R\$ 30 milhões, sendo certo que o material arrecadado nas buscas embasou nova autuação fiscal – de outros quase R\$ 30 milhões –, ainda em fase de cobrança administrativa

II – ATUAÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAÚNA-MG

Quadrilha que fraudava documentos de veículos na delegacia de trânsitos do Município. A investigação criminal que durou cerca de um ano e contou com a participação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e da Corregedoria-Geral de Polícia Civil do Estado.

Informações fornecidas pelo MPMG

Superintendência de Comunicação Integrada do Ministério Público de Minas Gerais
siga-nos no twitter: @comunicacaompmg

1 - Nessa terça-feira, 12/03/13, o promotor de Justiça Fábio Galindo Silvestre; o Subcorregedor de Polícia Civil, Élder Dangelo, e o Delegado Regional Fernando Vilaça receberam a imprensa em Itaúna, a 76 km de Belo Horizonte, para esclarecer detalhes sobre as primeiras denúncias criminais oferecidas contra policiais acusados de participar de uma quadrilha que fraudava documentos de veículos na delegacia de trânsitos do Município. As denúncias encaminhadas à Justiça são resultado de uma investigação criminal que durou cerca de um ano e contou com a participação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e da Corregedoria-Geral de Polícia Civil do Estado.

Além do teor das acusações, durante a coletiva, outro ponto chamou a atenção e ganhou destaque nas palavras do Subcorregedor Élder Dangelo: a importância dessa



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

atuação integrada do MPMG e da Polícia Civil do Estado na apuração dos crimes. Essa união de forças no combate à criminalidade está em xeque, já que tramita no Congresso Nacional a proposta de emenda à Constituição n.º 37 (PEC), que, caso seja aprovada, irá impedir que o Ministério Público e vários outros órgãos realizem investigações criminais, concentrando-as exclusivamente no âmbito das polícias judiciárias.

Para o Subcorregedor de Polícia Civil de Minas Gerais, a proposta representa um retrocesso. "Já fui contra a investigação pelo Ministério Público, no entanto, no decorrer do tempo, mudei meu pensamento. A atuação conjunta, a força conjunta do MP, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos órgãos de defesa social é em prol da segurança pública", enfatizou Élder Dangelo durante a entrevista em Itaúna.

O representante da Polícia Civil disse acreditar que a sociedade não está mais preocupada com quem vai investigar, mas sim com os resultados das investigações. "Ela quer ver o criminoso na cadeia."

O assunto também foi abordado pelo promotor de Justiça Fábio Galindo. Para o representante do MPMG, a criminalidade está cada vez mais complexa, o que deve ser acompanhado pelas investigações. "As apurações demandam ferramentas tecnológicas, grande quantidade de pessoal e capacidade de gestão de informações. E somente instituições que se somam são capazes de levar a cabo investigações dessa natureza".

O promotor de Justiça também citou convenções internacionais sobre o combate ao crime organizado. "Todas elas recomendam a criação de forças-tarefas para o combate, a criação de organismos mistos compostos de promotores, delegados, detetives, membros da Polícia Militar, das Receitas Federal e Estadual".

2 – Força tarefa para investigação de atos de corrupção envolvendo a administração pública municipal de Itaúna-MG, contando com a participação de agentes da polícia militar (tanto ostensiva, quanto do serviço de inteligência), agentes da polícia civil, agentes da Receita Estadual, da Controladoria-Geral do município, além do trabalho conjunto com a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público local

O esquema, segundo apurado, contava com a participação do Prefeito, da Chefe de Gabinete, do Secretário de Administração e do Procurador-Geral do Município e favorecia empresas nos contratos de transporte coletivo urbano, de limpeza urbana, de obras públicas e de publicidade.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

O Ministério Público encaminhou ofício ao Delegado local, requisitando informações sobre investigações de corrupção de servidores públicos municipais em andamento e qual a estrutura de que dispunha para empreender investigações que demandassem o uso de medidas de interceptações telefônicas, cruzamento de dados obtidos em busca e apreensão de computadores, documentos, softwares de cruzamentos de informações, enfim, capacidade investigativa para empreenderem investigação complexa. Em resposta, foi informado que não existia nenhuma investigação de atos de corrupção em curso na delegacia e que a Polícia Civil não tinha, à sua disposição, estrutura material e de pessoal para o desenvolvimento de investigações complexas.

O Ministério Público tomou a iniciativa de investigar e, como técnicas operacionais, usou de interceptações telefônicas, busca e apreensão, oitiva de informantes, delações premiadas, acesso aos sistemas COAF e INFOSEG, compartilhamento de informações com Cartórios de Registro Civil e de Imóveis, medidas cautelares diversas da prisão (afastamento de função pública) e prisões (tanto temporária quanto preventiva), além do uso de softwares de cruzamento de dados e análise pelo laboratório de combate à lavagem de dinheiro.

Como resultado do trabalho, o patrimônio clandestino ilicitamente construído foi identificado, assim como os “laranjas” da organização criminosa. Atualmente, a maior parte do patrimônio, que foi imobilizado, está declarado indisponível por decisão judicial.

No curso do trabalho, foram presos o Secretário de Administração e a Chefe de Gabinete, pelo risco de destruição de provas. As prisões foram questionadas em mais de 10 oportunidades perante o poder judiciário, sem êxito. Ainda no campo penal, o Procurador-Geral do Município foi afastado das funções e o Prefeito foi afastado por 60 dias, decisão esta mantida pela presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Como ato final, em vista da conclusão da primeira parte das investigações, que focou o contrato de publicidade objeto de fraude, foi oferecida denúncia por quadrilha, fraude licitatória, corrupção ativa e passiva.

A lavagem de dinheiro é objeto de investigação autônoma e outras investigações de peculato, concussão e estelionato ainda estão em curso.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

OPERAÇÃO PÃO E CIRCO

A Operação Pão e Circo prendeu três prefeitos de cidades paraibanas. Ao todo, 28 pessoas foram presas no estado em 18 cidades. Eles são acusados de participação em um esquema de superfaturamento em contratos para a realização de festas como o São João e outras comemorações.

Prefeitos detidos na Operação Pão e Circo



Divulgação na mídia

Investigação da Operação Pão e Circo deve terminar este mês, diz MPPB

Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/09/investigacao-da-operacao-pao-e-circo-devem-terminar-este-mes-diz-mppb.html>>.

Operação apura participação de agentes públicos em desvio de verbas. Procurador diz que vai pedir bloqueio de bens de envolvidos no esquema. O procurador-geral de Justiça da Paraíba, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, informou nesta segunda-feira (17) que o Ministério Público deve concluir ainda neste mês as investigações da Operação Pão e Circo, que apura um esquema de desvio de verbas públicas em realização de eventos festivos. Trigueiro disse que vai denunciar os envolvidos à Justiça e pretende fazer com que o dinheiro desviado volte para o patrimônio público.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

A Operação Pão e Circo foi deflagrada em junho e prendeu 28 pessoas suspeitas de participar do esquema, entre eles os prefeitos de Alhandra, Sapé e Solânea. De acordo com a Polícia Federal, o valor desviado pelo grupo ultrapassa os R\$ 65 milhões. No início deste mês uma nova etapa da operação foi realizada com o cumprimento de mandados de busca e apreensão na cidade Alhandra.

Segundo Oswaldo, o dinheiro desviado pelos envolvidos no esquema foi utilizado na compra de imóveis, de veículos, dentre outros bens. “Quando do ofertamento da denúncia contras os prefeitos e os envolvidos vamos pedir que os bens sejam leiloados e que esse dinheiro fique bloqueados em contas da Justiça e que ao final do processo esse dinheiro possa ser revertido ao patrimônio público”, pontuou o procurador-geral.

“Estamos esperando concluir a investigação esse mês e em outubro estaremos denunciando os envolvidos junto ao Tribunal de Justiça da Paraíba”, acrescentou Oswaldo Trigueiro. O procurado ressaltou ainda que aguarda que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgue um pedido de reconsideração do Ministério Público do Estado que solicitou o afastamento do cargo dos três prefeitos envolvidos nas fraudes.

Entenda o caso

Três prefeitos de cidades paraibanas foram presos no dia 28 de junho deste ano. Ao todo, 28 pessoas foram presas no estado em 18 cidades. Eles são acusados de participação em um esquema de superfaturamento em contratos para a realização de festas como o São João e outras comemorações.

Duas investigações foram realizadas paralelamente. O Ministério Público Estadual da Paraíba apurou o desvio de recursos públicos municipais e estaduais e a Polícia Federal investigou o desvio de recursos públicos federais destinados aos municípios contemplados com as verbas repassadas. A Justiça acredita que mais de R\$ 65 milhões tenham sido desviado dos cofres públicos.

As investigações começaram há mais de um ano e apuram irregularidades de festas realizadas desde 2008. Cerca de 360 pessoas entre policiais federais, militares,



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

auditores da CGU e promotores participaram da operação. Escutas telefônicas autorizadas pela Justiça ajudaram nas investigações.

De acordo com o MP, os presos teriam fraudado licitações e processos através de empresas fantasmas e documentos falsos para realizar eventos festivos, shows pirotécnicos e montagem de estruturas para festas como São João, São Pedro, Carnaval e Reveillon com valores acima dos cobrados. O procurador-geral de Justiça da Paraíba, Oswaldo Trigueiro, contou que a esposa de um prefeito chegava a vender espaços em camarotes durante as festas.

Foram cumpridos 28 mandados de prisão e 65 de busca e apreensão. Entre os presos estão dez funcionários públicos, incluindo três secretários municipais e os prefeitos das cidades de Sapé, Solânea e Alhandra. Também foram presos funcionários de empresas que promoviam os eventos e combinavam as licitações com as prefeituras. A operação também apreendeu uma arma, R\$ 56 mil em dinheiro, veículos, computadores e até uma lancha. A Justiça também pediu o sequestro de bens de alguns imóveis.

Os investigados devem responder de acordo com a participação de cada um no esquema. Os crimes mais comuns flagrados na operação são fraude a licitações, corrupção ativa e passiva, peculato, advocacia administrativa, formação de quadrilha, falsidade ideológica e documental, desvio de verbas públicas e lavagem de dinheiro. Um suspeito também pode ser indiciado por posse ilegal de arma. Juntando todos os crimes, a pena máxima possível chega a 48 anos de prisão.

OPERAÇÃO SQUADRE

O objetivo do trabalho foi desarticular grupos milicianos acusados de praticar vários crimes na Paraíba, como tráfico e comércio ilegal de armas e munições, segurança privada armada clandestina, extorsão, corrupção, lavagem de dinheiro e extermínio de pessoas. Ao todo, foram expedidos 75



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

mandados, sendo 35 de prisão preventiva, dez de prisão temporária e buscas, 11 de condução coercitiva de pessoas e 19 de busca e apreensão de documentos nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Santa Rita, Alhandra, Mari, Cajazeiras, na Paraíba; e em Recife e Petrolina, no estado de Pernambuco. Os alvos das prisões foram policiais militares de várias patentes (incluindo major, capitão e sargento), policiais civis e delegados, agentes penitenciários e particulares.

Divulgação na mídia

MPPB oferece denúncia contra 37 pessoas acusadas de integrar milícias armadas e grupo de extermínio

Disponível em: <http://www.mp.pb.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4455:mppb-oferece-denuncia-contr-37-pessoas-acusadas-de-integrar-milicias-armadas-e-grupo-de-extermio&catid=54:gaeco>.

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) ofereceu, esta semana, denúncia contra 37 pessoas – entre policiais militares de alta patente, delegados, agentes da polícia civil e agentes penitenciários e vigilantes – acusadas de integrar os três grupos milicianos desarticulados em novembro deste ano, com a 'Operação Squadre'. A denúncia oferecida à 7ª Vara Criminal da Capital possui 135 páginas e é baseada nas investigações feitas durante um ano pelo MPPB, pela Polícia Federal e pela Secretaria da Segurança Pública. As 37 pessoas foram divididas em três grupos. O primeiro grupo formado por dez pessoas é acusado de constituir milícia privada armada e de praticar vários delitos previstos no Código Penal, como comércio ilegal de armas de fogo e munições, corrupção e lesão corporal, de forma a viabilizar “o projeto de poder que engloba dominação territorial e econômica, por meio da violência e do uso indevido da função pública por alguns de seus membros”.

Esse grupo praticava segurança armada clandestina. Para isso, dois dos denunciados, que são irmãos e oficiais de alta patente da Polícia Militar da Paraíba, criaram uma empresa de fachada (a Fator Vigilância & Segurança Privada Ltda.), em

nome de laranjas. Além disso, o grupo chegou a contratar um adolescente para trabalhar como vigilante armado em estabelecimentos para os quais a milícia prestava serviço.

Outras 13 pessoas foram denunciadas por constituírem, segundo o MPPB, um segundo grupo armado, formado por policiais militares, civis e presidiários e outros criminosos, voltado principalmente à prática de atividades típicas de grupo de extermínio e ao fornecimento de armas e munições a traficantes de drogas, assaltantes e homicidas, tendo como principais articuladores um sargento e um subtenente da PM e dois presidiários.

Outras 14 pessoas (entre particulares, policiais civis e militares, agente penitenciário e um prestador de serviço junto ao Detran) foram denunciadas pelo MPPB por integrarem um terceiro grupo criminoso armado, que subtraía armas, drogas, dinheiro e outros bens de criminosos. Policiais que integravam a milícia extorquiam criminosos para deixar de realizar a prisão deles. As ações praticadas pelo grupo eram criadas e coordenadas por uma pessoa que se infiltrava no meio criminoso e, de maneira orquestrada, criava as situações para que os demais integrantes (agentes públicos corruptos) pudessem atuar.

Operação Squadre

A Operação Squadre foi deflagrada na madrugada do dia 9 de novembro deste ano. Ela foi o resultado de um ano de investigações feitas pelo setor de inteligência da PF, com o apoio do MPPB e da Secretaria da Segurança. O objetivo do trabalho foi desarticular grupos milicianos acusados de praticar vários crimes na Paraíba, como tráfico e comércio ilegal de armas e munições, segurança privada armada clandestina, extorsão, corrupção, lavagem de dinheiro e extermínio de pessoas.

Ao todo, foram expedidos 75 mandados, sendo 35 de prisão preventiva, dez de prisão temporária e buscas, 11 de condução coercitiva de pessoas e 19 de busca e apreensão de documentos nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Santa

Rita, Alhandra, Mari, Cajazeiras, na Paraíba; e em Recife e Petrolina, no Estado de Pernambuco.

Os alvos das prisões foram policiais militares de várias patentes (incluindo major, capitão e sargento), policiais civis e delegados, agentes penitenciários e particulares que, de acordo com as investigações do MPPB e da PF, atuavam em três milícias interligadas pelo tráfico ilegal de armas e munições (sendo que alguns dos milicianos integravam os três grupos).

As provas obtidas no curso das investigações devem ajudar na elucidação de vários homicídios praticados por todo o estado da Paraíba. Ações de inteligência permitiram, inclusive, evitar execuções que seriam praticadas pelas milícias.

Operação desarticula milícias e grupos de extermínio na PB

Categoria: MPPB

O Ministério Público da Paraíba (MPPB), a Polícia Federal (PF) e a Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba deflagraram, na madrugada desta sexta-feira (9), uma operação para desarticular grupos milicianos acusados de praticar vários crimes no estado, como tráfico e comércio ilegal de armas e munições, segurança privada armada clandestina, extorsão, corrupção, lavagem de dinheiro e extermínio de pessoas.

Ao todo, estão sendo cumpridos 75 mandados, sendo 35 de prisão preventiva, dez de prisão temporária e buscas, 11 de condução coercitiva de pessoas e 19 de busca e apreensão de documentos nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Santa Rita, Alhandra, Mari, Cajazeiras, na Paraíba e, em Recife e Petrolina, no estado de Pernambuco. Cerca de 400 policiais federais participam da operação.

Os alvos das prisões são policiais militares de várias patentes (incluindo major, capitão e sargento), policiais civis e delegados, agentes penitenciários e particulares que, de acordo com as investigações do MPPB e da PF, atuavam em três milícias interligadas pelo tráfico ilegal de armas e munições (sendo que alguns dos milicianos integravam os três grupos).



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

A primeira milícia é composta por policiais militares, policiais civis, um agente penitenciário e particulares que atuavam como “grupo de extermínio”, principalmente na Região Metropolitana de João Pessoa. As vítimas eram, em geral, presos e ex-presidiários, executados em razão de “acertos de contas”.

O outro grupo era comandado por oficiais da PM e realizava segurança privada clandestina (principalmente para postos de gasolina), comércio ilegal de armas e munições, usando para isso uma empresa em nome de “laranjas”. O grupo criminoso – que contava também com o apoio de um delegado da Polícia Civil da Paraíba – é investigado, ainda, pela prática de crimes financeiros e lavagem de dinheiro.

Outra quadrilha de milicianos é formada por policiais civis e militares e um agente penitenciário, que extorquia traficantes de drogas, assaltantes de banco e outros criminosos.

Investigação

A investigação, coordenada pela Polícia Federal com o apoio do Ministério Público da Paraíba e da Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba, começou há cerca de um ano e sua execução contou com a participação do COT (Comando de Operações Táticas da Polícia Federal) e dos GPIs (Grupos de Pronto Intervenção da Polícia Federal) de diversos estados.

As provas obtidas no curso das investigações devem ajudar na elucidação de vários homicídios praticados por todo o estado da Paraíba. Ações de inteligência permitiram, inclusive, evitar execuções que seriam praticadas pela milícia.

Coletiva

Até o final da manhã desta sexta-feira (9), 31 milicianos haviam sido presos. Eles foram levados para a sede da Polícia Federal, na Paraíba, que fica na BR-230, Km 7, em Cabedelo. Lá, o promotor de Justiça Bertrand Asfora, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (CaoCrim), do Ministério Público do Estado da Paraíba



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

(MPPB); o superintendente da PF paraibana, Marcelo Diniz Cordeiro; o secretário da Segurança e Defesa Social, Cláudio Coelho Lima; e o delegado da Polícia Federal Milton Rodrigues Neves (que comandou parte das investigações e está à frente da 'Operação Squadre') concederam entrevista coletiva à imprensa.

O promotor de Justiça Bertrand Asfora ressaltou a importância da sincronização entre o trabalho do Ministério Público com as ações da Polícia Civil e da Polícia Federal. Para ele, que representou o procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, na entrevista coletiva, essa sincronização de ações tem dado muitos resultados à sociedade paraibana.

“Um dos papéis do Ministério Público é o de colaborar por meio dos investimentos que nós fizemos em nossa instituição. Dentro dos nossos limites financeiros e orçamentários, investimos muito na área da inteligência, capacitando os nossos promotores, dando instrumentos para que possamos trabalhar junto com a Polícia Federal e com a Polícia Civil, para restaurar, nesses ambientes de caos, o estado democrático de direito, que é o compromisso maior de todos nós”, enfatizou Bertrand Asfora.

OPERAÇÃO GABARITO

Investigou fraude em concurso público. Operação que resultou na rescisão do contrato com a empresa Metta Concurso e Consultoria Ltda, e na anulação do concurso.

Divulgação na mídia

Pocinhos acata recomendação do MPPB e anula concurso público

Disponível em:

<<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/justica/ministerio-publico-estadual/2012/11/07/NWS,216450,40,397,NOTICIAS,2190-POCINHOS-ACATA-RECOMENDACAO-MPPB-ANULA-CONCURSO-PUBLICO.aspx>>.

O município de Pocinhos está localizado na Região do Cariri paraibano e a uma distância de 134 quilômetros da capital, João Pessoa

Por Redação, com Assessoria de Comunicação

Depois de duas recomendações por parte do Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB), o prefeito de Pocinhos, Arthur Bonfim Galdino de Araújo (PSDB), resolveu rescindir o contrato com a empresa Metta Concursos e Consultoria Ltda. e anular o concurso público municipal realizado este ano. A Metta é uma das empresas envolvidas em irregularidades e que foi alvo da 'Operação Gabarito', realizada pelo MPPB em junho deste ano.

“Foi evidenciado que a empresa protagonizou um sistema de corrupção, consistente, na manipulação de processos licitatórios e na burla das regras que regem a execução dos certames”, ressalta a promotora de Justiça de Pocinhos, Jovana Maria Silva Tabosa, autora da recomendação acatada pelo prefeito. “Em julho já havia feito a recomendação e que não foi cumprida. Depois fizemos outra e agora foi atendida”.

No Decreto Municipal 51/2012, do último dia 5 de novembro, o prefeito de Pocinhos determina que a empresa Metta terá que arcar com as despesas do processo, ressarcir todos os candidatos inscritos no concurso e ainda pagar uma multa de 10% sobre o valor do contrato. Ainda no decreto, o prefeito determina que a Secretaria da Administração de Pocinhos abra outro processo licitatório para o concurso.

O município de Pocinhos está localizado na Região do Cariri paraibano e a uma distância de 134 quilômetros da capital, João Pessoa. A população da cidade de hoje está em torno dos 18 mil habitantes.

“Essa decisão em Pocinhos é uma vitória do Ministério Público”, comemora a promotora Jovana Tabosa, lembrando que no dia 16 de julho deste ano, 53 promotores de Justiça de diversas comarcas do interior do estado atenderam à convocação da



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) e participaram, em João Pessoa, de uma assembleia, que teve como principal objetivo o repasse de recomendações acerca dos desdobramentos da 'Operação Gabarito'.

No encontro, que teve a participação de auditores e do vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), conselheiro Fábio Nogueira, cada promotor recebeu todo o material resultante das investigações e levantamentos produzidos por diversos órgãos do MPPB.

A 'Operação Gabarito' desarticulou, em 18 de junho deste ano, um esquema criminoso de fraude em concursos públicos no município de Caldas Brandão (a 60 quilômetros de João Pessoa), envolvendo servidores da prefeitura e a empresa Metta.

Anulações

Uma semana antes da assembleia, o MPPB já havia recomendado a anulação dos concursos públicos que tenham sido organizados pela Metta Concursos & Consultoria Ltda., onde os candidatos ainda não foram nomeados e empossados. Naquela época, a empresa já teria realizado 44 concursos no estado da Paraíba, sendo que 20 estariam em andamento e 24 finalizados.

Estavam em andamento os concursos nas seguintes cidades paraibanas: Emas, Manaíra, Santa Cecília, São José dos Ramos, Nova Floresta, Pocinhos, Santo André, Serra da Raiz, Duas Estradas, Itapororoca, Dona Inês, Caldas Brandão, Princesa Isabel, Mataraca (na prefeitura), Santa Luzia, Nova Olinda, Conceição, Pombal, Caiçara e Mataraca (na câmara municipal).

Investigações

Em Caldas Brandão, as investigações feitas pelo Gaeco constataram a ocorrência de irregularidades na licitação vencida pela empresa Metta e fraudes ocorridas na operacionalização do concurso público, através de acordos ilícitos para o

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

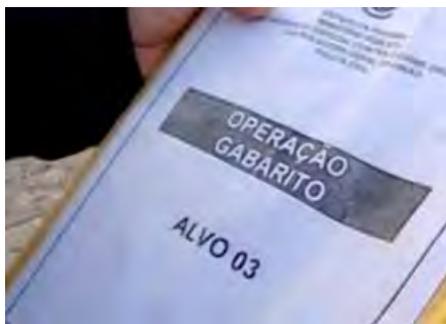
ingresso de pessoas no serviço público por meio de pagamento de propina e da concessão de favores.

O esquema era comandado pelos sócios da empresa

Para garantir que pessoas indicadas por integrantes dos poderes Executivo e Legislativo fossem aprovadas no concurso (a fraude era feita com o recebimento prévio da assinatura e da impressão digital dos “apadrinhados” em gabaritos adulterados com respostas preenchidas posteriormente pela própria empresa), o processo de licitação era burlado para que, ao final, houvesse a escolha e a contratação da empresa Metta.

Justiça acata pedido do MPPB e determina bloqueio de bens da Metta Concursos

Disponível em: <<http://www.clickpb.com.br/noticias/paraiba/justica-acata-pedido-do-mppb-e-determina-bloqueio-de-bens-da-metta>>.



O Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) requereu e a Justiça determinou o sequestro de bens imóveis, de veículos automotores e de embarcações registrados em nome da empresa Metta Concursos & Consultoria Ltda. e dos sócios Almir da Costa Pina e Edilane Barbosa de Souza. A juíza Shirley Abrantes Moreira Régis também decretou o bloqueio online, junto ao Banco Central do Brasil (Bacen), de qualquer valor depositado até o limite de R\$ 6 milhões em contas em instituições financeiras do país em nome dos mencionados na sentença.

Almir Pina e Edilane Souza são acusados de integrar um esquema criminoso de fraude em concursos públicos, desarticulado no último dia 18 de junho, pela 'Operação

Gabarito'. A decisão judicial foi comunicada nesta terça-feira (14) à Promotoria de Justiça de Gurinhém, que ingressou com medida cautelar.

Segundo os promotores que ingressaram com a petição, o valor corresponde aos danos que teriam sido causados aos cofres públicos e aos candidatos prejudicados com o esquema criminoso. “Milhares de cidadãos paraibanos foram subtraídos de diversas políticas públicas de educação, saúde e saneamento e tiveram gastos para participação nos concursos públicos realizados pela Metta. A cautela e a substancial quantia necessária à reparação das vítimas e do erário recomendam que sejam seqüestrados todos os bens dos investigados, tanto os móveis quanto os imóveis”, justificou a promotora de Justiça Jaine Aretakis Didier.

O MPPB também requereu ao juiz da Comarca de Gurinhém que os cartórios de registro de imóveis de Guarabira, Campina Grande e João Pessoa, o Departamento de Trânsito (Detran) e a Capitania dos Portos da Paraíba sejam notificados sobre a restrição judicial à alienação de bens, para que esses órgãos não promovam qualquer transferência de propriedade. Os valores depositados em instituições financeiras do país em nome dos acusados e da empresa também devem ser bloqueados.

Outra solicitação do Ministério Público, atendida pela Justiça foi a solicitação ao Bacen do envio de extratos detalhados dos últimos 24 meses de contas ou aplicações financeiras existentes nos nomes da Metta, de Almir da Costa Pina e de Edilane Barbosa de Souza.

Operação Gabarito

A Operação Gabarito foi deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco-MPPB), a Controladoria Geral da União (CGU) e a Polícia Civil para desarticular um esquema criminoso de fraude em concursos públicos, no município de Caldas Brandão (a 60 quilômetros de João Pessoa).

No dia 18 de junho, foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão e quatro mandados de prisão temporária contra o dono da empresa Metta Concursos e

Consultoria Ltda., o presidente e os membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Caldas Brandão. Eles são acusados de cometer crimes de frustração do caráter competitivo, formação de quadrilha, falsidade ideológica e corrupção ativa e passiva. A pena para esses crimes chega a 21 anos de prisão.

As investigações que resultaram na operação foram iniciadas na Promotoria de Gurinhém. Foi constatado que o esquema criminoso fraudava licitações, dispensas e inexigibilidades de licitação e concursos públicos destinados à contratação de profissionais da Estratégia Saúde da Família (também chamada de Programa Saúde da Família ou PSF) e de programas federais, como o de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Bolsa Família, Programa de Atenção Integral à Família do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Paif-Creas) e ProJovem, além de outros cargos do quadro do município.

Para garantir que pessoas indicadas por integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo fossem aprovadas no concurso (a fraude era feita com o recebimento prévio da assinatura e da impressão digital dos “apadrinhados” em gabaritos adulterados com respostas preenchidas pela própria empresa), o processo de licitação era burlado para que, ao final, houvesse a escolha e a contratação da empresa Metta.

As irregularidades também levaram o MPPB a recomendar aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores a anulação dos concursos públicos organizados pela Metta Concursos & Consultoria Ltda., onde os candidatos ainda não foram nomeados e empossados.

Nos casos em que já houve a nomeação e posse dos aprovados, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Patrimônio Público (Caop do Patrimônio Público) orientou os promotores de Justiça a investigarem e ajuizarem ações civis públicas para anular o concurso, o que implicará na destituição dos aprovados que ingressaram no serviço público ilegitimamente.

A empresa realizou 44 concursos no estado da Paraíba, sendo que 20 estavam em andamento e 24 já finalizados.

MPPB recomenda anulação de concursos públicos elaborados pela Metta

<<http://www.paraiba.com.br/2012/07/05/49022-mppb-recomenda-anulacao-de-concursos-publicos-elaborados-pela-metta-confira-cidades>>

Assessoria MPPB



O Ministério Público da Paraíba (MPPB) recomendou a anulação dos concursos públicos que tenham sido organizados pela Metta Concursos & Consultoria Ltda., onde os candidatos ainda não foram nomeados e empossados. De acordo com o portal www.mettaconcursos.com.br, a empresa realizou 44 concursos no estado da Paraíba, sendo que 20 estão em andamento e 24 já finalizados.

Nos casos em que já houve a nomeação e posse dos aprovados, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Patrimônio Público (Caop do Patrimônio Público) vai orientar os promotores de Justiça a investigarem e ajuizarem ações civis públicas para anular o concurso, o que implicará na destituição dos aprovados que ingressaram no serviço público ilegitimamente.

As recomendações são um desdobramento da 'Operação Gabarito', que desarticulou, no dia 18 de junho, um esquema criminoso de fraude em concursos públicos, no município de Caldas Brandão (a 60 quilômetros de João Pessoa), envolvendo servidores da prefeitura e a empresa Metta.

Os concursos estão em andamento nas seguintes cidades paraibanas: Emas, Manaíra, Santa Cecília, São José dos Ramos, Nova Floresta, Pocinhos, Santo André, Serra da Raiz, Duas Estradas, Itapororoca, Dona Inês, Caldas Brandão, Princesa

Isabel, Mataraca (na prefeitura), Santa Luzia, Nova Olinda, Conceição, Pombal, Caiçara e Mataraca (na câmara municipal).

Segundo o promotor de Justiça que coordena o Caop do Patrimônio Público, José Raldeck de Oliveira, a empresa vem sendo apontada como mentora e beneficiária de uma rede de corrupção destinada a fraudar concursos públicos. As informações do promotor de Justiça foram repassadas na tarde desta quinta-feira (5), durante entrevista coletiva, que contou também com a participação do procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.

Além de Caldas Brandão, o Ministério Público também constatou o esquema criminoso em Serra Talhada (em Pernambuco) e em Martins (no Rio Grande do Norte). “Esses esquemas vêm revelando a promiscuidade da Metta com prefeituras e Câmaras municipais, cujos agentes políticos agem em favor de parentes e apadrinhados políticos. Golpes dessa natureza constituem verdadeira oficialização do conhecido ‘cabide de emprego’”, criticou Raldeck.

Os candidatos que não foram aprovados nos concursos elaborados pela Metta serão instados a se manifestar para informar possíveis fraudes e colaborar com as investigações do MPPB. Já os servidores nomeados e empossados nos certames organizados pela empresa serão citados para responder a ação civil pública e terão o direito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório garantidos. “Será analisado caso a caso e caberá à Justiça decidir se eles permanecerão ou não no exercício dos cargos”, explicou o promotor de Justiça.

Recomendação

De acordo com a recomendação ministerial, os prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de Vereadores onde a Metta foi contratada e onde os concursos estão em andamento deverão adotar todas as medidas administrativas necessárias para promover, através de decreto municipal, a anulação do procedimento licitatório e do contrato celebrado com a empresa.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Eles também deverão tomar todas as medidas administrativas e judiciais (se for o caso) para devolver aos candidatos o dinheiro arrecadado com as inscrições e promover, no prazo de 30 dias, a abertura de nova licitação para contratar empresa que irá elaborar novo concurso público para o provimento de todos os cargos efetivos criados por lei municipal.

Ao MPPB também deverão ser encaminhados, no prazo de 15 dias, documentos referentes ao procedimento licitatório, dispensa e inexigibilidade em que a Metta participou, acompanhado do contrato administrativo formalizado com a empresa e de cópia legível de todas as notas de empenho e documentos relacionados ao assunto.

Os prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores que não atenderem à recomendação poderão ser réus em ações de improbidade administrativa e ações criminais impetradas pelo MPPB.

Cidades abrangidas

A recomendação ministerial elaborada pelo Caop do Patrimônio Público será enviada a 27 promotorias de Justiça, que abrangem as cidades em que a Metta venceu licitação e organizou concurso público.

Essas promotorias estão sediadas nos municípios de Araçagi, Belém, Brejo do Cruz, Caiçara, Conceição, Cuité, Guarabira, Gurinhém, Itabaiana, Juazeirinho, Mamanguape, Monteiro, Patos, Piancó, Picuí, Pilar, Pilões, Pirpirituba, Pocinhos, Pombal, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santana dos Garrotes, São Bento, Sapé, Soledade e Umbuzeiro.

De acordo com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Metta Consultoria & Concursos participou, entre junho de 2009 e fevereiro deste ano, de 86 licitações promovidas por 62 municípios paraibanos para a realização de concursos públicos. Em 40 procedimentos licitatórios, a Metta foi a vencedora e recebeu cerca de R\$ 2,8 milhões dos cofres públicos.

Operação Gabarito

Em Caldas Brandão, as investigações feitas pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco/MPPB) constataram a ocorrência de irregularidades

na licitação vencida pela empresa Metta e fraudes ocorridas na operacionalização do concurso público, através de acordos ilícitos para o ingresso de pessoas no serviço público por meio de pagamento de propina e da concessão de favores. O esquema era comandado pelos sócios da empresa.

Para garantir que pessoas indicadas por integrantes dos poderes Executivo e Legislativo fossem aprovadas no concurso (a fraude era feita com o recebimento prévio da assinatura e da impressão digital dos “apadrinhados” em gabaritos adulterados com respostas preenchidas posteriormente pela própria empresa), o processo de licitação era burlado para que, ao final, houvesse a escolha e a contratação da empresa Metta.

No dia 18 de junho, seis mandados de busca e apreensão e quatro mandados de prisão temporária contra o dono da empresa Metta Concursos e Consultoria Ltda., contra o presidente e os membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Caldas Brandão foram cumpridos.

Eles são acusados de cometer crimes de frustração do caráter competitivo, formação de quadrilha, falsidade ideológica e corrupção ativa e passiva. A pena para esses crimes chega a 21 anos de prisão.

Cruzamento de listas

O Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) vai analisar e investigar a coincidência de nomes e sobrenomes entre pessoas aprovadas em concursos públicos municipais e gestores (prefeitos, vice-prefeitos, secretários, presidentes de câmaras e vereadores) de 44 cidades paraibanas. A lista de nomes envolve 23 concursos públicos realizados pela Meta Consultoria e 21 pela empresa Exame Consultoria.

A lista com o cruzamento dos nomes foi elaborada pelos técnicos do serviço de inteligência do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) e repassada no final da tarde da última terça-feira (3) para o Ministério Público do Estado, durante um encontro entre o procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, com os conselheiros Fernando Catão e Fábio Nogueira, respectivamente, presidente e vice-presidente do TCE.

“O recebimento desse material vai gerar uma série de análises. Porque são indícios de irregularidades dentro de concursos feitos pelas empresas que estão sob



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros
investigação”, afirma Oswaldo Filho, acrescentando: “E o interessante é que são vários os concursos em que os nomes e sobrenomes de pessoas, que à época eram gestores públicos, quer seja na qualidade de prefeitos, vice-prefeitos, secretários, vereadores, presidentes de câmaras, coincidem com pessoas aprovadas”.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

OPERAÇÃO ALCAIDE

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conseguiu o afastamento do prefeito do município de Araripina, Lula Sampaio, por ato de improbidade administrativa. Uma operação conjunta entre MPPE, Tribunal de Justiça (TJPE), TCE, TCU e Secretaria de Defesa Social com as Polícias Civil e Militar, resultou no afastamento do prefeito do cargo e na apreensão de documentos da prefeitura.

Divulgações na mídia

Operação Alcaide tira prefeito de Araripina

Jornal do Commercio – 13/12/2011

Disponível em:

http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php?option=com_content&view=article&id=3859:operacao-alcaide-tira-prefeito-de-araripina&catid=723:2011-dezembro&Itemid=169

Araripe

[...]

O vice-prefeito Alexandre Arraes já foi empossado temporariamente no cargo pela Câmara de Vereadores. O afastamento do prefeito aconteceu após uma série de investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) – denominada "Operação Alcaide" – realizada conjuntamente pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Secretaria de Defesa Social (SDS), com as Polícias Civil e Militar.

Principal cidade do Sertão do Araripe, Araripina amanheceu ontem cheia de policiais nas ruas, enquanto um grupo de promotores de Justiça e auditores do



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

TCE realizava operações de busca e apreensão de diversos documentos e equipamentos de informática na sede da Prefeitura. De acordo com o procurador-geral de Justiça, Aguinaldo Fenelon, entre as irregularidades constatadas durante a investigação estão alguns saques em espécie, feitos na boca do caixa do Banco do Brasil em Araripina, de "quantias exorbitantes", sem a devida comprovação. Entre novembro e dezembro de 2009, por exemplo, foi sacado um valor superior a R\$ 1 milhão. Em outra ocasião, foram depositados R\$ 450 mil na conta de Diego Marques, filho do secretário de Finanças, que tinha na época apenas 18 anos.

O Procurador-Geral explicou que um dos esquemas usados para desviar recursos era promover sucessivas mudanças nos softwares da prefeitura, para justificar a ausência de prestação das informações contábeis e financeiras aos órgãos de controle. Não havia sequer a emissão de empenhos, documentos exigidos pela legislação que permitem vincular os pagamentos aos contratos administrativos. Segundo Fenelon, teria havido má-fé dos gestores ao contratar algumas empresas criadas a partir do dia da eleição de Lula Sampaio, "sem nenhuma experiência operacional ou administrativa, sem licitação, como forma de garantir a destinação dos recursos aos seus correligionários".

Intervenção

Outras acusações que pesam sobre Lula Sampaio e seu grupo são a ausência de resposta a vários pedidos de informações feitos pelos vereadores, utilização de contas bancárias "laranjas", desvio de recursos no contrato de transporte escolar e excesso de gastos com bandas e shows em festas promovidas pela prefeitura. Diante da gravidade dos fatos apurados, o Ministério Público analisa, inclusive, se poderá recomendar a intervenção do governo do Estado no município. No entanto, teria que aguardar os recursos a serem impetrados pelo prefeito afastado para tanto. O governador em exercício, João Lyra Neto (PTB), se inteirou do caso ontem à tarde e, no início da noite, informou



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

que só pretende se posicionar sobre intervenção após toda a tramitação normal do processo. "A Câmara dos Vereadores deu posse ainda ontem ao vice-prefeito. Então, Araripina tem prefeito. Nos resta agora aguardar a tramitação do processo no Judiciário", afirmou Lyra.

Prefeito se diz vítima de violência

Por meio do seu advogado, Eduardo Trindade, o prefeito afastado de Araripina (Sertão do Araripe), Lula Sampaio (PTB), divulgou uma nota, ontem à tarde, na qual se queixa de ter tido seu direito de defesa cerceado e promete recorrer à Justiça para retomar o cargo.

Sampaio argumenta ainda que as investigações na prefeitura teriam tomado como base uma auditoria especial do Tribunal de Contas do Estado (TCE) contra a qual ele impetrou um recurso de embargo de declaração, "e esclareci sobejamente as acusações formatadas (na auditoria), demonstrando documentalmente todos os gastos questionados", afirma.

O prefeito garante ainda, na nota, ter comparecido diante do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para prestar todos os esclarecimentos.

"Abri sigilos pessoais e coloquei-me inteiramente à disposição. Em nenhum momento obstaculei qualquer investigação", argumentou Lula Sampaio, arrematando que seus advogados vão recorrer porque a decisão afronta o princípio da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

"Demonstrarei cabalmente a improcedência das acusações e a violência que estou sendo vítima", encerra.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Da Redação

Walter Paparazzo

A Polícia Civil da Paraíba deflagrou nesta terça-feira (29) uma operação de combate ao contrabando de cigarros. Chamada de 'Caipora', a ação foi feita de forma conjunta com a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Civil de Pernambuco. Estão sendo cumpridos mandados de prisão em João Pessoa e também na cidade pernambucana de Itambé.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública da Paraíba, no início da manhã três pessoas já haviam sido presas, duas em João Pessoa e uma em Itambé. Também foram apreendidos mais de R\$ 90.647 em dinheiro, cerca de 13 mil carteiras de cigarros falsificadas e um revólver calibre 38.

Segundo o inspetor Walter Mota, da Polícia Rodoviária Federal, a operação foi o resultado de três meses de investigações. Ele disse também que a ação aconteceu simultaneamente em três pontos, sendo dois em João Pessoa e um em Itambé. Ele disse também que os cigarros contrabandeados vinham do Paraguai para Pernambuco e de lá eles eram distribuídos para pontos da Paraíba, principalmente para João Pessoa.

Os presos e o todo material apreendido estão sendo levados para a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas da Capital. Os acusados vão responder pelo crime de receptação e, um deles, também pela posse ilegal de arma de fogo.

OPERAÇÃO LARANJA PODRE

Operação deflagrada para coibir a sonegação de impostos no estado, por parte de 10 empresas, que representa um prejuízo de R\$ 192 milhões aos cofres públicos. As organizações foram autuadas por crimes contra a ordem tributária e 13 mandados de prisão emitidos contra os proprietários, por crimes que vão de fraude à formação de quadrilha. A operação



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

também foi deflagrada em outros 21 estados e no Distrito Federal, decorreu de quatro meses de investigações.

Divulgações na mídia

MPPE denuncia dez empresas suspeitas de sonegar R\$ 192 milhões

Disponível em: <<http://maisab.com.br/tvasabranca/blog/mppe-denuncia-dez-empresas-suspeitas-de-sonegar-r-192-milhoes/>>.

Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE) denunciou à Justiça 10 empresas do estado suspeitas de sonegação fiscal, em valores que já alcançam cerca de R\$ 192,9 milhões. A operação, que visa garantir o ressarcimento dos valores sonegados aos cofres públicos, acontece em 22 estados e no Distrito Federal. Estão envolvidos na ação representantes dos ministérios públicos estaduais, secretarias de Fazenda e outros órgãos e instituições parceiras.

As empresas pernambucanas suspeitas de fraude são, na maioria, da Região Metropolitana do Recife e do Agreste. Elas atuam em setores como informática, construção civil, confecções, bebida, laticínios e, principalmente, combustíveis. Uma delas é acusada de falsificar lacres de plástico – que seriam usados em caminhões transportadores de álcool – para burlar a fiscalização e pagar apenas um imposto.

O MPPE informou, ainda, que vai pedir a prisão de 13 gestores das referidas empresas. Eles podem ser acusados por vários crimes. “Ao identificar a prática fraudulenta, o indivíduo responde pelo crime de sonegação fiscal, eventualmente, de formação de quadrilha, e nós investigamos, também, se há lavagem de dinheiro. Com isso, fechamos o cerco em relação ao combate a essa prática delituosa”, diz o promotor de Justiça José Lopes.

Nesta manhã, fiscais realizam vistorias em 200 caminhões de carga no Porto de Suape, no Litoral Sul do Estado.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MPPE autua 10 empresas por sonegação fiscal

Publicado em 9 de novembro de 2011

Disponível em: <<http://diariodocongresso.com.br/novo/2011/11/09/mppe-autua-10-empresas-por-sonegacao-fiscal/>>.

Acesso em 28 de jan de 2013.

O Ministério Público de Pernambuco deflagrou uma operação para coibir a sonegação de impostos no estado por parte de 10 empresas, que representam um prejuízo de R\$ 192 milhões aos cofres públicos. As organizações foram autuadas por crimes contra a ordem tributária e 13 mandados de prisão, por crimes que vão de fraude a formação de quadrilha, foram emitidos contra os proprietários. A iniciativa é resultado de um acordo celebrado junto à Secretaria da Fazenda, que monitora, em tempo real, os processos de sonegação fiscal no estado, que serve para declarar guerra aos laranjas e fraudadores que atuam na região.

A operação, que teve caráter nacional e também foi deflagrada em outros 21 estados e no Distrito Federal, decorre de quatro meses de investigações. A maior parte das empresas se concentra no Agreste, onde sete empresas de grande porte, dos setores de bebidas, distribuição de estivas e construção civil foram denunciadas. No Grande Recife, duas empresas de construção e um posto de combustíveis no bairro do Janga foram autuados. O estabelecimento da cidade do Paulista acabou interditado na manhã desta quarta-feira.

De acordo com o Diretor de Operações Especiais e Controle de Mercadorias da Secretaria da Fazenda, Anderson Alencar, é no campo da distribuição dos combustíveis que o problema fica mais grave. Dos R\$ 900 milhões arrecadados em Pernambuco, R\$ 161 milhões (18%) provém do comércio de combustíveis. Justamente por isso, a fiscalização no setor foi reforçada. Uma das descobertas na operação é um tipo de falsificação de lacres dos caminhões que distribuem combustíveis como o álcool.

Segundo com os fiscais, com um mesmo Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANF), caminhões de transporte de combustíveis deixavam Suape e, após a primeira descarga, reabasteciam, nas mesmas condições de componente e volume, em usinas próximas aos postos. O álcool era, então, distribuído com preços diferenciados e, em caso de fiscalização, os documentos originais, e um lacre com a mesma numeração inicial, eram apresentados. Justamente por isso, cerca de 200

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

caminhões estão retidos e passando por fiscalizações em Suape, na tarde desta quarta-feira. “O problema é que dentro de uma operação legal, se mascara uma outra, ilegal. Investigaremos, agora, os postos que recebiam esse combustível, muitas vezes adulterado, e a origem desses lacres falsos que permitem a operação”, afirma Alencar.

Para se ter uma ideia, dos 35 milhões de litros de combustíveis consumidos mensalmente em Pernambuco, até 10 milhões de litros acabam resultando em sonegação, uma perda de 28,5% para os cofres públicos. O levantamento do Ministério Público indica que pelo menos 1,2 mil estabelecimentos de todo o estado cometem sonegação fiscal, mas, até então, deflagrar uma operação de grande porte levava meses para ter início. Agora, um convênio firmado entre a instituição e a Sefaz permite que os processos que dizem respeito à sonegação sejam verificados em tempo real. A medida surtiu efeito e, em dois meses, já conseguiu recuperar R\$ 40 milhões em impostos no estado. “É uma forma de obter diagnósticos por área e setor de atuação das empresas, dia a dia. Hoje, conseguimos fazer uma operação dentro de 24 horas, e estamos focando na identificação dos chamados ‘laranjas’, para impedir que essa prática continue trazendo danos à população”, garante o procurador José Lopes de Oliveira.

Operação em números

- 10 empresas foram autuadas (7 no Agreste e 3 na RMR)
- 25 pessoas acabaram denunciadas
- 13 mandados de prisão foram expedidos contra gestores das companhias
- 2 a 5 anos de reclusão é a pena atribuída ao crime contra a ordem tributária
- 192 milhões de reais foram sonegados
- 900 milhões de reais são recolhidos em impostos no estado
- 18% no setor de combustíveis, que tem 1200 estabelecimentos infratores
- 200 veículos acabaram retidos em Suape para fiscalização de documentos e lacres.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

OPERAÇÃO JOGO SUJO I E JOGO SUJO II

Ilícito Penal: corrupção policial exploração de jogo do bicho em vários municípios do norte do Paraná. Foram presas e denunciadas 12 pessoas ao todo, por corrupção ativa, corrupção passiva, facilitação ao jogo, dentre as quais 2 delegados de polícia e 1 investigador de polícia, funcionários de delegacias, o dono da banca e outros diretamente ligados à organização e exploração do jogo. Ilícito Penal: corrupção policial exploração de jogo do bicho em vários outros municípios do Paraná. Continuidade da operação jogo sujo I, apreensão de 34 veículos, de armas bloqueio de 11 contas bancárias e sequestro de imóveis.

Divulgações na mídia

Investigação

11 pessoas são presas em operação Jogo Sujo 2 no Paraná Outras duas pessoas foram presas nos estados de Goiás e Santa Catarina

Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1093115>.

Amanda de Santa

03/02/2011

O Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco) de Londrina e Maringá prendeu 11 pessoas envolvidas com a prática do jogo do bicho no Paraná. Entre os presos, está o delegado do município de Faxinal, a 93 quilômetros de Londrina, João Batista Pinto. As prisões são resultado da Operação Jogo Sujo 2 e ocorrem em várias cidades da região de Londrina.

De acordo com informações da assessoria do Ministério Público (MP), a operação tem como foco apurar eventual corrupção de agentes públicos para facilitar



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

a prática do jogo do bicho e lavagem de dinheiro. O Gaeco não divulgou nome das pessoas presas nem endereços onde foram realizadas as buscas e apreensões.

No total, foram decretadas 13 prisões preventivas, sendo 11 no Paraná, uma em Goiás e outra em Santa Catarina. Também foi realizada busca domiciliar em 29 endereços, apreensão de 34 veículos, bloqueio de 11 contas bancárias e sequestro de quatro imóveis, todos em Londrina.

Cinco prisões foram realizadas só em Londrina, onde estaria localizada uma central de distribuição de máquinas que fazem o jogo do bicho online. A central virtual dos jogos seria em Goiânia (GO).

Segundo o Gaeco, um dos chefes da quadrilha em Londrina centralizava o pagamento de propina. A investigação aponta que pelo menos 1% do valor arrecadado pelos criminosos seria destinado ao pagamento de propina, cerca de R\$ 2 mil mensais.

Esse suposto líder do esquema teria comprado duas casas na praia de Itapema (SC) no valor de R\$ 720 mil cada uma, com dinheiro ilícito. Na central, os policiais encontraram um documento que mapeava 36 cidades para onde deveriam ser levadas as máquinas do jogo do bicho.

Os policiais apreenderam nove armas, cerca de € 15 mil (euros) e R\$ 50 mil, em espécie, cheques e farta documentação relacionada às infrações penais investigadas.

Os envolvidos vão responder por crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção passiva, no caso dos servidores públicos.

Segundo o MP, além dos integrantes do Gaeco, participaram da operação as Promotorias de Justiça de Apucarana, Faxinal, São João e Ivaiporã.

Releases

Operação Jogo Sujo – Gaeco e Corregedoria de Polícia prendem delegado de Jandaia do Sul

Disponível em:
<<http://www.mp.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1318>>.

Numa operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e da Corregedoria da Polícia Civil do Estado foram presos na manhã desta terça-feira (7), em Jandaia do Sul, no Norte do Estado, o delegado de polícia da cidade e um investigador de polícia, acusados de envolvimento com o jogo do bicho. Foram detidos também um servidor da Prefeitura de Jandaia do Sul que prestava serviços na delegacia local, uma investigadora de polícia aposentada, um bicheiro e outras duas pessoas que atuavam numa banca de jogo.

A “Operação Jogo Sujo” é resultado de cerca de três meses de investigações promovidas pelo GAECO de Londrina e foi deflagrada por volta das 3 horas da madrugada, contando com a participação de 35 pessoas, entre procuradores de Justiça, promotores e policiais. As prisões preventivas e as buscas e apreensões, sobretudo de documentos e veículos, foram deferidas pelo juiz da Comarca de Jandaia do Sul. Os policiais detidos serão agora encaminhados a Curitiba, enquanto os demais integrantes do grupo permanecerão presos em Apucarana. Participaram da operação desta terça-feira representantes dos GAECOs de Londrina, de Maringá, de Foz do Iguaçu, de Cascavel e de Curitiba, além dos policiais integrantes da Corregedoria de Polícia Civil.

O GAECO é o braço do Ministério Público do Paraná voltado para o controle externo da atividade policial e para o combate ao crime organizado. Suas unidades são compostas por policiais civis e militares e por integrantes do Ministério Público – procuradores e promotores de Justiça – que são responsáveis pela coordenação das ações.

OPERAÇÃO WATERFRONT

Irregularidade e desvio de verbas de cerca de 8 milhões no SINDIMOC – Sindicato dos Motoristas e Cobradores do Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana. Prisão da Diretoria e do Advogado do SINDIMOC, cumpridos 17 mandados de busca, além de 135 mil reais.

Divulgações na mídia

As prisões ocorreram durante a operação deflagrada durante a manhã pelo Gaeco



Operação Waterfront

Gaeco apreende R\$ 120 mil em sede de sindicato; vereador está preso

Ministério Público investiga denúncia de desvio de dinheiro no Sindicato dos Motoristas e Cobradores.

Quatro pessoas foram presas durante operação

Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1041890&tit=Gaeco-apreende-R-120-mil-em-sede-de-sindicato-vereador-esta-preso>>.

Cerca de R\$ 120 mil foram apreendidos nesta terça-feira (31) na sede do Sindicato dos Motoristas e Cobradores do Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc). Outros R\$ 15 mil foram encontrados na casa do



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

diretor financeiro da entidade. Quatro pessoas acabaram presas, entre elas o presidente do Sindimoc, Denílson Pires, que também é vereador na capital.

O recolhimento e as prisões ocorreram durante a operação “Waterfront”, deflagrada durante a manhã pelo Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná (MP-PR). O órgão investiga denúncias de desvio de dinheiro no sindicato. Além dos R\$ 120 mil, computadores, documentos, telefones celulares e livros de contabilidade foram recolhidos da sede do sindicato. “Esse dinheiro foi apreendido e, efetivamente, dá uma possível indicação de que houve o ato de desvio, já que ninguém soube explicar porque o dinheiro estava lá”, disse o coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, em entrevista ao telejornal Paraná TV 2ª Edição, da RPC TV.

MP cumpriu 17 mandados de busca e apreensão.

Além de Denílson Pires, foram presos o diretor financeiro do sindicato, Valdecir Bolette e o advogado da entidade, Valdenir Dielle Dias. Todos são denunciados por apropriação indébita e formação de quadrilha. A assessora de Pires, Nereide de Fátima Butinhoni foi detida por posse ilegal de arma, mas já foi liberada.

O vereador foi preso em casa e levado até a sede do sindicato para fornecer informações aos agentes do Gaeco. Na saída do local, ele negou as acusações. “Estou estranhando tudo isso. Não sei de nada. Nós só trabalhamos pelos trabalhadores”, afirmou Pires em entrevista ao telejornal. Ele deve ser encaminhado para o Centro de Triagem II, em Piraquara, na região metropolitana.

De acordo com o MP, o Sindimoc possui uma receita anual de R\$ 10 milhões. Parte deste valor vem do pagamento da passagem realizada pelos usuários do sistema de transporte público.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Mesmo comando

As investigações do Gaeco apontaram que um mesmo grupo comanda o sindicato desde a sua fundação. Em 1998, o então presidente, Aristides da Silva, foi assassinado em Itapoá, Santa Catarina. Em fevereiro do ano passado, o secretário-geral do sindicato, Alcir Teixeira, também foi morto. Segundo o Ministério Público, existem informações de que Teixeira iria denunciar irregularidades que ocorrem no sindicato.

Vereador

Denílson Pires está cumprindo seu primeiro mandato como vereador de Curitiba pelo Democratas (DEM). Eleito em 2008, Pires já trabalhou como cobrador e motorista em empresas do transporte coletivo da capital. Ele se filiou ao Sindimoc em 1992 e, seis anos depois, assumiu a presidência da entidade.

O Gaeco informou que recebeu denúncias de que Pires teria usado o dinheiro e a estrutura do sindicato para se eleger vereador. Além disso, uma assessora parlamentar dele seria fantasma na Câmara Municipal. O nome dela consta na folha de pagamento do legislativo municipal, mas ela trabalharia apenas no escritório político do vereador.

MPPR

08/02/2011 – Operação Waterfront – Quatro pessoas são presas em flagrante por coação a testemunhas

Disponível em:

<<http://www.mp.pr.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=1414>>.

Releases

Enviado por: scleal@mp.pr.gov.br

Postado em: 08/02/2011

Nesta terça-feira, 8 de fevereiro, uma equipe do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO, do Ministério Público do Paraná, realizou a prisão em flagrante



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

de quatro pessoas acusadas de coação a testemunhas do inquérito do MP-PR que apura irregularidades e desvio de verbas no Sindicato dos Motoristas e Cobradores do Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana – SINDIMOC. No ano passado, em agosto, o GAECO deflagrou a Operação Waterfront, que resultou em quatro prisões e no cumprimento de 17 mandados de busca e apreensão. Hoje foram presos um advogado, um cartorário do 6º Tabelionato de Curitiba e dois integrantes do SINDIMOC. Todos foram encaminhados para lavratura de flagrante na Divisão Estadual de Narcóticos, com o delegado Ricardo de Miranda Monteiro, que atuava no GAECO à época da Operação Waterfront e hoje está na DENARC.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

OPERAÇÃO MERCADORES

Investigação sobre venda de sentença para beneficiar quadrilha envolvida em grilagem de terras que envolvia um magistrado do Estado do Piauí e diversas outras pessoas. O trabalho foi feito em conjunto com a Polícia Federal. Foram detectadas as prisões de 1 magistrado e de mais 5 pessoas, e foi determinada a busca e apreensão em suas respectivas residências.

Divulgações na mídia

Operação Mercadores prende empresários, advogados e magistrados por grilagem de terra

<<http://www.meionorte.com/efremribeiro/divulgado-primeiro-nome-de-preso-durante-operacao-mercadores-144763.html>>

A Superintendência da Polícia Federal divulgou que, em conjunto com o Ministério Público Estadual, o GAECO (Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado) e o Tribunal de Justiça, deflagrou na manhã desta sexta-feira (19) a Operação Mercadores, a qual tem a finalidade de cumprir dez mandados de prisão, quatro mandados de condução coercitiva e 19 mandados de busca e apreensão. Todos os mandados foram expedidos pelo desembargador Luís Gonzaga Brandão de Carvalho, no qual é investigado grupo criminoso especialista em grilagem de terras, falsidade documental, estelionato, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva.

Entre os presos está o magistrado Carlos Henrique e o empresário João Batista. Há ainda outros empresários, lobistas, um advogado e um magistrado do Estado do Piauí.

Os mandados foram cumpridos nas cidades de Corrente, Parnaguá, Barreiras (BA), Governador Valadares (MG). Participaram diretamente da operação 63 policiais federais, um promotor de justiça da GAECO e um juiz designado pelo Tribunal de Justiça.

“Todos os presos virão de avião para Teresina até meio dia”, declarou Luís Carlos Fontenele, coordenador de comunicação da PF.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CASO PATRÍCIA ACIOLI

No mesmo dia do lamentável homicídio da Juíza de Direito Patrícia Acioli, Promotores de Justiça de três equipes distintas do GAECO, atendendo solicitação do Promotor Natural, passaram a trabalhar em parceria com a Divisão de Homicídios (DH-Capital) da PCERJ, lograram identificar a autoria do crime sob a responsabilidade do então comandante de 7º BPM, Ten. Cel. Cláudio Luiz de Oliveira, e de equipes do GAT (Grupamento de Ações Táticas) daquela Unidade Militar.

Divulgações na mídia

Caso Patrícia Acioli: pena de 21 anos coincide com 21 tiros que mataram juíza, destaca família

Para família, sentença é emblemática, mas “sensação de justiça ainda está longe”

Gabriela Pacheco, do R7 | 04/12/2012

O ex-PM Sérgio da Costa Júnior foi condenado a 21 anos de prisão pela morte da juíza Patrícia Acioli, em agosto de 2011, e por formação de quadrilha. A pena coincide com o total de tiros que mataram a magistrada: 21. Após o júri popular, ocorrido na terça-feira (4) em Niterói, a família de Patrícia destacou o simbolismo da sentença.

A irmã dela Simone Acioli diz esperar pena mais rigorosa para os outros dez réus e defendeu a condenação, sobretudo, de Cláudio Luiz Silva de Oliveira, ex-comandante do Batalhão de São Gonçalo, e do ex-tenente Daniel Santos Benitez Lopez, ambos acusados de matar Patrícia.

É emblemático porque são 21 tiros que a minha irmã levou. Espero que, para os demais réus, a pena seja maior. Toda a sociedade brasileira deve esperar isso, porque a minha irmã estava exercendo a sua função. A sensação de justiça ainda está muito longe.

O assistente da Promotoria que representa a família da juíza, Tércio Lins e Silva, também comemorou o resultado do julgamento, presidido pelo juiz Peterson Barroso Simão, titular da 3ª Vara Criminal.

Foram 21 anos e 21 tiros. É um bom recado para alguns réus que estão tentando fugir da Justiça. O júri deu um recado para o Brasil e para o mundo sobre as organizações criminosas.

Ao proferir a sentença, o juiz também mencionou o total de tiros que mataram Patrícia.

Cada tiro uma dor. Ele [réu] ergueu um troféu de terror. Sua participação neste delito grave requer severa reprovação (...) Foi o ápice da covardia. As consequências foram desastrosas, pois abalaram a imagem da Polícia Militar e infringiram medo em toda a sociedade.

Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/caso-patricia-acioli-pena-de-21-anos-coincide-com-21-tiros-que-mataram-juiza-destaca-familia-20121204.html>>.

Caso Patrícia Acioli: Promotor compara defensor de PM a advogados do goleiro Bruno

Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/caso-patr%C3%ADcia-acioli-promotor-compara-defensor-de-pm-a-advogados-do-goleiro-bruno-1.522430>>.

Por Adriana Cruz

'O senhor esteve lá no júri e aprendeu com os advogados de defesa' disse a acusação

Rio – Ao ser contestado pelo defensor público Jorge Alexandre de Castro Mesquita, que assiste o PM Sérgio Costa Júnior, sobre a apresentação do quadro de ligações durante o assassinato da juíza Patrícia Acioli, o promotor Leandro Navega, atacou: "O senhor olhou, foi lá no júri do Bruno e aprendeu com os advogados de defesa. O seu modo de trabalho não é esse", retrucou Navega, numa referência à balburdia provocada pelo defensores durante o julgamento do goleiro Bruno Fernandes, há duas semanas, que acabou sendo adiado.

Navega ressaltou ainda que a análise das ligações de Sérgio para os outros PMs no dia do crime está no processo. "O senhor não leu o processo", atacou. Apesar de ter colaborado com as investigações, Sérgio foi o responsável por 18 dos 21 tiros que atingiram a magistrada.

"Ele não tem que ser beneficiado pela delação premiada. Nós iríamos chegar aos autores independente disso", alega o promotor. Por ter colaborado com as investigações, Sérgio pode ter a pena que pode chegar a 36 anos reduzida, o que não quer o promotor.

Em resposta, Jorge Alexandre retrucou: "Não tenho o dom da verdade. Nem sou o todo poderoso. Mas queria as folhas que mostram as ligações, para garantir a ampla defesa."

Mãe de Patrícia chega ao fórum com camisa em homenagem à filha |



Foto: Fábio Gonçalves / Agência O Dia

"Tenho arrependimento e preciso pagar"

O policial militar Sérgio Costa Júnior, um dos acusados de executar a juíza Patrícia Acioli, em agosto do ano passado, é julgado nesta terça-feira na 3ª Vara Criminal de Niterói. Assassino confesso da magistrada, o cabo disse que se arrependeu. "No dia que cheguei em casa chorei muito. Tenho muito arrependimento e tenho que pagar pelo que fiz".

Denunciado por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha armada, Sérgio pode pegar pena até 36 anos de prisão. "A gente não tem dúvida da participação no homicídio. Ele já confessou que disparou 18 dos 21 tiros que atingiram a juíza. Mas vamos julgar outro crime importante. Ele apenas comentou irregularidades cometidas por policiais do 7º BPM (São Gonçalo), que entendemos como formação de quadrilha armada", explicou o promotor.

Advogado do policial, o defensor público Jorge Alexandre de Casto Mesquita adianta que seu cliente vai manter a versão apresentada em seu depoimento em juízo. A defesa deve utilizar três ou quatro testemunhas.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

OPERAÇÃO INTOCÁVEIS

Mais recente operação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (realizada em setembro de 2012), na esfera da Atribuição Originária do Procurador-Geral de Justiça, contou com a adesão do GAECO/RJ para a adoção de técnicas extraordinária de persecução, como o pioneiro deferimento de medidas de ação controlada e infiltração de agentes, concedidas diretamente pela Seção Criminal do Tribunal de Justiça, que acarretaram na desativação de articulada quadrilha que comandada os Poderes Executivo e Legislativo Municipais de Guapimirim, resultando no decreto de prisão e afastamento cautelar das funções do Prefeito Municipal, do Presidente da Câmara Municipal e diversos Secretários Municipais e Vereadores, além da apreensão de valores superiores a R\$ 1.200.000,00.

Divulgação na mídia

Draco realiza Operação Os Intocáveis para prender políticos de Guapimirim

Organização criminosa montada por políticos realizava ações fraudulentas para roubar mais de R\$ 1 milhão mensais em dinheiro público.

Foi iniciada, nesta quarta-feira, 5 de setembro, a Operação Os Intocáveis para prender uma organização criminosa formada por políticos exercendo cargos na Prefeitura e na Câmara de Vereadores do município de Guapimirim, na Baixada Fluminense. A ação é realizada por agentes da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas (Draco) e da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (Ssinte), em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Os criminosos desviavam, regularmente, há cerca de quatro anos, mais de R\$ 1 milhão por mês de recursos públicos da Prefeitura – inclusive verba destinada à merenda escolar. Estão sendo cumpridos sete mandados de prisão e 45 de busca e



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

apreensão, que foram expedidos pela Seção Criminal do Tribunal de Justiça. Além disso, outras 11 pessoas foram indiciadas, incluindo três vereadores.

Os mandados de prisão incluem o atual prefeito da cidade, Renato Costa Mello Júnior (o “Júnior do Posto”); a subsecretária de Governo licenciada e candidata a prefeito de Guapimirim, Ismeralda Rangel Garcia; o presidente da Câmara dos Vereadores, Marcelo Prado Emerick (“Marcelo do Queijo”); o atual secretário de Governo, Isaías da Silva Braga (“Zico”); e o chefe do Setor de Licitações da Prefeitura, Ramon Pereira da Costa Cardoso. Também estão sendo com mandados de prisão Ivan Azevedo Valentino (“Ivan do Gazetão”) e Ronaldo Coelho Amorim (“Ronaldinho”), que tinham a função de “laranjas” da organização criminosa. Os policiais da Draco e da Ssinte se encontram também na Prefeitura e na Câmara de Vereadores de Guapimirim para cumprir mandados de busca e apreensão.

O Ministério Público Estadual denunciou um total de 16 pessoas sob acusação dos crimes de quadrilha armada, fraude em licitação, corrupção ativa, coação no curso do processo e peculato, que podem somar até 24 anos de prisão. Entre os denunciados, que não têm mandado de prisão decretada, estão os vereadores Iram Moreno de Oliveira (“Iram da Serrana”), Alexandre Duarte de Carvalho e Marcel Rangel Garcia (“Marcel do Açougue”), que recebiam mensalmente, cada um, valores entre R\$ 50 mil e R\$ 80 mil para evitar que as contas da Prefeitura fossem alvo de fiscalização pela Câmara Municipal de Guapimirim.

A Operação Os Intocáveis é resultado de sete meses de investigação da Draco, a partir de uma denúncia recebida. De acordo com as investigações, o grupo roubava dinheiro público dos cofres da prefeitura por meio de diversas ações criminosas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

OPERAÇÃO BATALHÃO MALL

Crimes de Corrupção Ativa, Passiva, Peculato e Formação de Quadrilha contra a Administração Pública Militar, através de negociatas com pontos bases de viaturas e vendas do serviço policial para empresários, especificamente: vendas de escolta de transporte de valores e de vigilância 24 horas, tudo com o uso de viaturas, estrutura da Polícia Militar, e, Policiais em serviço. Houve 15 Prisões e 06 Mandados de Busca e Apreensão. Foram apreendidos computadores, mídias digitais e documentos tantos no Postos de Combustíveis como na sede do 10º Batalhão de Polícia Militar.

Divulgações na mídia

Com informações do MPRN.

Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/batalhao-mall-mp-oferece-denuncia-contra-17-pms-por-esquema-de-escolta-ilegal/199839>>.

O Ministério Público Estadual ofereceu hoje (19) denúncia contra 17 policiais militares envolvidos em esquema de corrupção no 10º Batalhão de Polícia de Assú, através da captação irregular de recursos junto a empresários locais, supostamente para custear despesas de manutenção do Batalhão, tendo como contrapartida a realização de serviços particularizados, notadamente escolta de empregados das empresas que eram encarregados de efetuar depósitos bancários, atividade tipicamente de segurança privada.

Os Promotores de Justiça que apuraram o caso identificaram a prática delituosa em bancos, correspondentes bancários e postos de combustível. De acordo com os Promotores, os policiais incorreram em crimes quando receberam para si, direta e reiteradamente, em razão da função, vantagens indevidas oferecidas pelos administradores dos estabelecimentos, praticando, em consequência, atos de ofício, inclusive infringindo do dever funcional, consistentes na determinação de escoltas e vigilância privilegiada em favor dos corruptores.

A denúncia foi encaminhada ao Juiz-Auditor Militar do Estado, a fim de que seja instaurado o devido processo legal, com a citação dos denunciados e produção de provas em Juízo, e, ao final, a condenação de todos os denunciados, inclusive com a decretação da perda de posto e patente, na forma do art. 125, §4º, da Constituição Federal, e dos arts. 98, inciso I, e 99 do CPM.

OPERAÇÃO PECADO CAPITAL

Atuação do Ministério Público em parceria com Polícia Civil e Polícia Militar RN. A investigação apurou irregularidades no Instituto de Pesos e Medidas - IPEM/RN referentes a obtenção e desvio de recursos públicos através da: contratação de funcionários fantasmas, concessão indiscriminada de diárias, fraudes em licitações, recebimento de propinas oriundas da atividade de (não) fiscalização; e, criação de empresas para lavagem de dinheiro, através de familiares do ex-diretor do IPEM/RN. Houve 05 prisões – 02 preventivas e 03 temporária; 13 Mandados de Busca e Apreensão e Sequestro de Bens. Apreensão de mais de R\$ 400 mil, uma arma de fogo municada e diversos documentos relacionados ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte (IPEM/RN), além da decretação de seqüestro judicial de quatro empresas suspeitas de serem usadas para a lavagem de dinheiro. Houve solicitação e decisão favorável à nomeação de administrador judicial para as empresas.

Divulgações na mídia

Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/ex-diretor-do-ipem-e-preso-acusado-de-desvio-de-recursos-em-natal/195600>>.

Pecado Capital

O ex-diretor do Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte (Ipem/RN), Rychardson de Macedo Bernardo, foi preso na Operação Pecado Capital no dia 12 de setembro de 2011 e solto no dia 24 de janeiro deste ano. A operação, deflagrada pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público investigou irregularidades e desvios de recursos públicos no Ipem/RN no período compreendido entre os anos de 2007 e 2010, quando Rychardson respondia pela direção do Instituto.

Além de Rychardson, foram presos o seu irmão, Rhandson de Macedo Bernardo, que administrava parte das empresas ligadas à família Macedo Bernardo; o ex-assessor jurídico do Ipem/RN, Daniel Vale Bezerra; Aécio Aluizio Fernandes de Faria, dono da empresa terceiriza pelo Ipem sem licitação, FF Empreendimentos e Adriano Flávio Cardozo Nogueira, ex-auxiliar administrativo do Instituto. Maria das Graças de Macedo Bernardo, mãe dos irmãos Macedo, também chegou a ser presa.

Acácio Allan Fernandes Forte, ex-funcionário da Platinum Veículos; José Bernardo, pai dos irmãos Macedo, além de Jeferson Witame Gomes, que eram sócios das empresas gerenciadas pelos irmãos Macedo, são acusados de participação nos supostos crimes e tiveram seus pedidos de prisão, à época, indeferidos pelo juízo da 7ª Vara Criminal.

Entre os crimes pelos quais respondem a processo na 2ª Vara da Justiça Federal, cujo juiz titular é Walter Nunes, estão peculato, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, contratação de funcionários fantasmas, concessão de diárias indevidas, fraudes em licitações e recebimento de propinas. Atualmente, todos os réus respondem ao processo em liberdade.

Ex-diretor do Ipem é preso acusado de desvio de recursos em Natal

Publicação: 12 de Setembro de 2011

Fred Carvalho – Editor

O ex-diretor do Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte (Ipem-RN) Rychardson de Macedo Bernardo foi preso na manhã desta segunda-feira em Natal. Segundo informações iniciais repassadas por fontes da TRIBUNA DO NORTE, Rychardson é suspeito de cometer os crimes de peculato e lavagem de dinheiro.

A operação para prender Rychardson Macedo, denominada Pecado Capital, é cumprida por membros do Ministério Público e das Polícias Militar e Civil. Além do ex-diretor do Ipem, outras quatro pessoas são alvo de mandados de prisão.

OPERAÇÃO SINAL FECHADO

Atuação do Ministério Público do RN em parceria com Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, e Polícia da Militar do RN. Deflagrou crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e corrupção passiva, Fraude à Licitação, Peculato e Lavagem de Dinheiro. Os denunciados constituíram autêntica organização criminosa para a prática de delitos no âmbito do DETRAN/RN, cujos objetivos criminosos foram alcançados através de pagamento de vantagem indevida (“propina”) a servidores públicos, promessa de vantagens indevidas, fraude à licitações, tráfico de influência. Houve 14 prisões – 11 temporárias e 03 preventivas, 25 mandados de Busca e Apreensão e Sequestro de Bens de diversos investigados. Foram apreendidos Computadores, mídias, celulares, smart fones e muitos documentos: Contratos; Várias procurações; com poderes ilimitados para representar o IRTDPJ/RN, inclusive para movimentar a conta bancária do referido instituto; Documentos relacionados com a Concorrência

Pública nº 001/2011 – DETRAN/RN, relativa ao serviço do CRC/DETRAN, documentos encontrados na Planet PLANET BUSINESS e anotações; Contrato entre o Instituto de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas de Minas Gerais – IRTDPJMinas, apontando a negociata entre os dois Institutos, onde o mentor do caso teria um valor fixo de R\$ 4,50 por cada registro por cada registro de financiamento veicular naquele Estado.

Operação Sinal Fechado: juíza recebe denúncia contra 27

Publicação: 01 de março de 2012

Fonte: TJ/RN

Disponível em:

<<http://tribunadonorte.com.br/noticia/operacao-sinal-fechado-juiza-recebe-denuncia-contr-27/213588>>.

A juíza titular da 6ª Vara Criminal, Emanuella Cristina Pereira Fernandes, recebeu a denúncia contra 27 envolvidos na chamada 'Operação Sinal Fechado', que investiga um suposto esquema de corrupção no Detran/RN. A decisão da magistrada foi dada na manhã desta quinta-feira, 1º de março.

A denúncia foi proposta pelo Ministério Público, contra 34 pessoas, mas, destas, 27 serão citadas, para apresentar Defesa, num prazo máximo de 15 dias, a partir da citação.

Antes de manifestar-se sobre o recebimento ou não da Denúncia, a magistrada aguardou as peças de defesa dos funcionários públicos e ocupantes de cargos comissionados supostamente envolvidos em fraudes em licitações e formação de quadrilha no Departamento Estadual de Trânsito.

Segundo investigações da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, 34 pessoas se envolveram em esquemas de corrupção na autarquia, incluindo desde lideranças políticas, servidores, passando por empresários e advogados de pelo menos quatro estados brasileiros.

Os réus do processo são: George Anderson Olímpio, João Faustino, Wilma de Faria, Iberê Ferreira, Lauro Maia, Alcides Fernandes, Marcus Vinícius Furtado, Carlos

Theodorico, Marcos Vinícius Saldanha, Eduardo Oliveira Patrício, Marco Aurélio Doninelli, José Gilmar Lopes, Edson Cavalcante, Carlos Alberto Marcelino, Jailson Herikson, Caio Biaggio, Fabian Lindenber, César Augusto Carvalho, Newton José de Meira, Flávio Ganen, Marluce Olímpio, Jean Queiroz, Luiz Cláudio Correia, Bevenuto Pereira, Érico Valério Ferreira, Cintya Kelly Nunes, e Maria Selma Maia de Medeiros Pinheiro.

As pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público e que não tiveram a denúncia acatada pela Justiça são: Edson José Fernandes Ferreira, José Confessor de Moura, Priscilla Lopes de Aguiar, Eliane Beraldo Abreu de Souza, Harald Peter Zwentkoff, Ruy Nogueira Netto e Luiz Antônio Tavaloro, ex-procurador geral de São José do Rio Preto. "Desde o início do processo, mantivemos a serenidade e a segurança quanto ao fato de que o doutor Tavaloro não tinha nenhuma participação no caso denunciado pelo Ministério Público. A decisão da juíza Emanuella Cristina Pereira Fernandes reflete com muita fidelidade essa situação", destaca a advogada Rossana Fonseca, que trabalhou no caso.

O empresário Edson César Cavalcante Silva realizou exame de corpo de delito no início da tarde desta sexta-feira (25), no Itep



OPERAÇÃO QI

Atuação conjunta do Ministério Público com a Polícia Militar RN e a Polícia Rodoviária Federal. A investigação descortinou uma organização criminosa que atuava na realização de concursos públicos no interior do Estado. Até prefeitos de algumas cidades onde o concurso se deu estavam envolvidos com as fraudes. Os crimes praticados foram: Crimes de Formação de Quadrilha, corrupção ativa e corrupção passiva, Fraude à Licitação, Peculato, Falsidade documental e ideológica. Material apreendido: documentos, mídias, celulares, etc. Houve 07 Prisões - 04 Prisões Preventivas e 03 em Flagrante, e 09 Mandados de Busca e Apreensão.

Divulgações na mídia

Operação QI: MP prende quadrilha que fraudava concursos públicos no Estado

Publicação: 15 de Dezembro de 2011

Fonte: MPRN

Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/operacao-qi-mp-prende-quadrilha-que-fraudava-concursos-publicos-no-estado/205907>>.

Nesta quinta-feira (15), após quatro meses de investigação acerca de concursos realizados pelas empresas CONCSEL e SOLUÇÕES em municípios do interior do Estado, o Ministério Público do Rio Grande do Norte desencadeou a Operação "Q.I", dando cumprimento a quatro mandados de prisão e nove mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Juízo de Direito da Comarca de Martins, resultando na prisão de mais três pessoas em razão de flagrantes de crimes, totalizando sete pessoas presas.

A operação contou com o apoio da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária Federal, com diligências de buscas e prisões simultâneas nas cidades de Natal, Parnamirim, Martins, Mossoró e Severiano Melo, onde 19 Promotores de Justiça e mais de 120 policiais militares cumpriram as ordens judiciais.

A investigação iniciou-se na Comarca de Santa Cruz e posteriormente passou a ser conduzida pela Promotoria de Justiça de Martins juntamente com o Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (GAECO), descortinando uma organização criminosa que atuou na realização de concursos públicos no interior do Estado e, notadamente, no município de Martins/RN no mês de outubro deste ano.

Operação QI - Mandados são cumpridos na Rua Afrânio Peixoto no Bairro de Barro Vermelho



A quadrilha fraudava os concursos públicos através de acordos ilícitos para o ingresso de pessoas no serviço público através do pagamento de "propina" e concessão de outros favores. A investigação comprovou que o esquema comandado pelos sócios da empresa organizadora de concursos públicos CONCSEL, aprovam pessoas indicadas por integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios ou através do pagamento de valores direto pelo próprio candidato. Os candidatos assinavam gabaritos fraudados, preenchidos pela própria organização criminosa em momento posterior à realização das provas com a marcação de respostas corretas em número suficiente para a aprovação dos favorecidos.

O *modus operandi* da quadrilha instalada dentro da CONCSEL, empresa organizadora de concursos públicos pode assim ser resumido:

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

- a) contato com Prefeitos ou Secretários, com oferta de elaboração de projetos de lei que determinem a criação de cargos públicos ou reformulação da estrutura administrativa;
- b) contato posterior para elaboração de editais e demais atos da licitação, oportunidade em que é acertada a vitória da empresa CONCSEL na licitação em troca de aprovação de candidatos;
- c) conluio com empresas "parceiras" para fraude aos procedimentos licitatórios;
- d) acerto com municípios, através de funcionários do alto escalão, normalmente secretários de administração ou saúde, procuradores, prevendo o número de vagas destinadas a pessoas ligadas aos mesmos, sendo fornecida pelo município lista com o nome dos candidatos a serem aprovados;
- e) acerto com clientes fixos e eventuais, vendendo vagas em troca de dinheiro e outros favores;
- f) coleta de assinaturas dos candidatos em gabaritos preenchidos pela quadrilha.

No concurso público do município de Martins, realizado no último mês de outubro, vários candidatos foram aprovados em razão dessas fraudes.

Ressalte-se, desde já, que a investigação contra a empresa CONCSEL CONCURSOS E SELEÇÃO DE PESSOAL LTDA EPP se deveu as suspeitas levantadas contra a SOLUÇÕES METODOS E SELEÇÃO DE PESSOAL LTDA ME, as quais possuem o mesmo quadro societário e que já fora alvo de investigações e ações anteriores, em razão da prática de fraude a licitações.

Além das fraudes nos concursos públicos, a quadrilha igualmente praticou outros delitos, como fraudes à licitação, corrupção passiva e tráfico de influência.

Após o cumprimento das mencionadas ordens judiciais, o Ministério Público Estadual analisará os documentos apreendidos e, em tempo hábil, oferecerá denúncia acerca dos fatos delituosos investigados.

OPERAÇÃO MENSALÃO DA VILA

Atuação do Ministério Público em parceria com Polícia Militar RN. A investigação conseguiu descortinar um esquema amplo de pagamento de vantagens indevidas a grande parte dos vereadores do Município de Vila Flor/RN e promessa de vantagens indevidas, tudo isso pela troca de apoio político em detrimento do exercício da atividade parlamentar. O mensalão vinha sendo pago à maioria dos vereadores de Vila Flor para que eles aprovassem os projetos de interesse do Chefe do Executivo e, entre outras coisas, não exercessem atribuição fiscalizatória aos atos do prefeito. Valor mensal em dinheiro, bem como a distribuição de outros benefícios como o fornecimento de combustível e até mesmo a oferta de empregos na Prefeitura eram benesses patrocinadas com recursos provenientes do erário municipal de Vila Flor. Verificou-se farta apreensão de documentos comprovando as irregularidades das licitações, do município. Houve 09 Prisões Preventivas e 19 Mandados de Busca e Apreensão.

Divulgações na mídia

Operação Mensalão da Vila prende prefeito e vereadores

Publicação: 20 de Dezembro de 2011
Ana Silva

A cidade de Vila Flor, localizada a 70 quilômetros de Natal, perdeu de uma só vez o seu prefeito e mais seis vereadores, incluindo o presidente da Câmara. Uma operação do Ministério Público Estadual, batizada de Mensalão da Vila, prendeu ontem preventivamente nove pessoas, entre elas os principais políticos da cidade, por suspeita de esquema de corrupção envolvendo o prefeito Grinaldo Joaquim de Souza e seis dos nove vereadores da cidade. Segundo o MPE, o prefeito pagava "mensalão" aos vereadores para obter apoio político e projetos aprovados no Legislativo.

Promotores de Justiça informam sobre apurações a respeito do esquema de pagamento de propina



Fonte: arquivo MPRN

Realizada desde as primeiras horas da manhã de ontem, a Operação Mensalão da Vila cumpriu 19 mandados de busca e apreensão, coletando computadores e documentos. Além do prefeito e dos vereadores, foram presos o secretário de Obras, João Felipe de Oliveira, e o ex-secretário de Administração, identificado como principal articulador político do esquema. Entre os crimes apurados há a formação de quadrilha e corrupção ativa e passiva. A lista pode crescer após uma análise mais aprofundada dos documentos.

As acusações do Ministério Público Estadual são baseadas principalmente em vídeos das negociações conduzidas pelo prefeito Grinaldo Joaquim de Souza. Para chegar a esse material, o MPE contou com a colaboração do vereador Floriano Felinto. Felinto afirma ter sido procurado pelo grupo, com a oferta de pagamento de R\$ 500 por mês, além de um "adiantamento" de R\$ 1 mil e várias vantagens, como custeio de combustível, medicamentos e cargos fantasmas na Prefeitura de Vila Flor. O vereador acionou o Ministério Público e, com autorização judicial, gravou as "negociações".

De acordo com o Ministério Público Estadual, os valores repassados aos vereadores do "esquema" eram desviados dos cofres públicos. "Conseguimos descortinar um esquema de pagamento e vantagens indevidas, que ficou conhecido como "mensalão", uma prática rotineira, mas odiosa", explicou o procurador-geral de

Justiça, Manoel Onofre Neto, que assinou a petição do Ministério Público. Por envolver um prefeito, todo o trâmite foi realizado na segunda instância, o Tribunal de Justiça, e com atuação direta do procurador de Justiça.

A partir de agora, o Ministério Público irá proceder com a análise do material coletado para depois fazer a denúncia dos envolvidos na Justiça. O prazo inicial é de 10 dias, mas pode haver alterações. "Vamos fazer tudo o mais rápido possível e apresentar a denúncia à Justiça. Talvez seja necessário pedir uma prorrogação, mas isso será definido mais à frente", explicou Manoel Onofre. O prazo não sofre alteração por conta do recesso da Justiça e do próprio Ministério Público.

O MPE pediu à Justiça o fim do sigilo de justiça do processo, mas não foi atendido pelo desembargador Dilermando Mota. Foram liberados somente alguns vídeos presentes no procedimento e também algumas informações.

Vice ficará no comando da prefeitura

Sem as suas principais autoridades públicas, presas por conta de suspeitas de corrupção, Vila Flor vive uma situação inusitada. Uma das principais dúvidas é a quem caberá tocar a administração da cidade, agora que o prefeito Grinaldo Joaquim de Souza e o presidente da Câmara dos Vereadores, Pedro Francisco da Silva, foram afastados. Como a prisão é preventiva, os acusados permaneceram encarcerados até decisão em contrário da Justiça.

De acordo com o procurador-geral de Justiça, Manoel Onofre Neto, será o vice-prefeito, Manoel de Lima (PV), o responsável pela prefeitura de Vila Flor. "O vice-prefeito não foi envolvido nas denúncias e assumirá a prefeitura", diz.

Já a situação da Câmara de Vereadores é mais difícil. Vila Flor, pelo pequeno porte, tem apenas nove vereadores. Contudo, apenas três estão em liberdade, tendo em vista que seis deles foram presos ontem, incluindo o presidente da Casa, Pedro Francisco da Silva. A tendência é que assumam os suplentes. "Os próprios vereadores

irão verificar qual a melhor solução para a Câmara", explicou Manoel Onofre. Tanto a Câmara Municipal quanto a Prefeitura estão de recesso por conta do fim do ano.

"A corrupção está escancarada"

Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/operacao-mensalao-da-vila-prende-prefeito-e-vereadores/206446>>.

O trabalho do Ministério Público Estadual foi balizado pela atuação do vereador Floriano Felinto (DEM). Ele foi o responsável por denunciar o suposto esquema e gravar as negociações.

Em entrevista à TRIBUNA DO NORTE, o vereador conta como foi o processo e porque resolveu denunciar o esquema. "Fui criticado pelos colegas, que diziam que política é negócio. Alguns diziam com todas as letras: "não estou nem aí para a opinião do povo", diz.

Toda a investigação que gerou a operação do Ministério Público em Vila Flor começou a partir de uma denúncia do senhor. Como foi que isso começou?

– Com a aproximação do período de campanha, com a péssima administração, eles me procuram porque era o único membro da oposição na cidade. Para mim não foi novidade. Jamais me corromperia, mas chega uma hora em que é preciso usar da inteligência. Como havia a oferta por parte da administração, o jeito foi procurar a Justiça para que fosse desmontada essa quadrilha. Já havia procurado o Ministério Público, mas foi aberto inquérito civil naquela lentidão. Procuramos o Ministério Público em Natal e me dispus, com autorização judicial, nós gravamos toda negociação. Com a corrupção, Vila Flor havia se transformado em um mar de lama.

Então, o senhor fingiu que estava interessado no que eles estavam oferecendo e fez a gravação, foi isso?

– Assim como eles tinham interesse em tentar me corromper, era obrigado a simular o mesmo interesse. Nós marcávamos encontros com eles, ouvia o que tinham para oferecer e em momento nenhum exigia nada. Ia mais para ouvir do que para falar. Nosso interesse era provar a rede de corrupção e não fazer parte dela.

Quanto foi oferecido para o senhor?

– O prefeito tinha o compromisso de pagar o "mensalão", que era de R\$ 500 - isso a cada mês. Ele ofereceu ainda R\$ 1 mil para "quebra o galho". Além desses valores, foi me oferecido três empregos, que eu indicaria quem quisesse para ganhar sem trabalhar. Ofereceu novamente os empregos das pessoas que ele colocou para fora

devido a perseguições políticas. O prefeito deixa claro outros favorecimentos, como combustíveis, medicamentos, um dinheiro na hora de um aperto. Ofereceu uma série de favores também para outros vereadores. Estavam querendo até tirar outro vereador da negociação, o Ronildo [Ronildo Luiz da Silva], porque o pai dele é pré-candidato à vice-prefeitura no próximo ano. Como o Ronildo seria um adversário futuro, o prefeito já estava buscando a sua desarticulação.

Qual a origem desse dinheiro oferecido pelo prefeito?

– O dinheiro era (proveniente) de recurso público. As despesas eram tão exorbitantes, que o prefeito não teria condições de arcar.

Como foi o processo de gravação desses vídeos que incriminaram os vereadores e o prefeito?

– O Ministério Público ofereceu o equipamento para a gravação, conforme autorização judicial.

O senhor tem medo de represálias?

– É inegável que corro risco de vida, já fui alvo de ameaças. Fiz denúncias sobre isso que se encontram hoje na Comarca de Canguaretama. O procedimento de investigação disso não está andando. Nem por isso deixaria de denunciar. Imagine se todo mundo se acovardar. Em Vila Flor, a corrupção está escancarada. Isso é fato notório, de conhecimento de todos. Mas o povo tem medo das represálias e da Justiça não tomar atitude nenhuma. O Ministério Público está de parabéns pelo trabalho sério realizado. Também parabenizo o Tribunal de Justiça, porque sabemos que a influência política existe, mas deu tudo certo. Isso é prova que a justiça existe e isso motiva a sociedade a lutar. Jamais silenciar. Espero que esse caso sirva de exemplo. Fui criticado pelos colegas, que diziam que política é negócio. Alguns diziam com todas as letras: "não estou nem aí para a opinião do povo".

População de Vila Flor expressa satisfação com presença da PM

– "Foi uma coisa linda demais. Era tanta da polícia aqui. Você nem imagina". A frase de uma moradora vizinha da Câmara Municipal de Vila Flor expressa a surpresa e a satisfação da população diante da operação do Ministério Público Estadual. Dezenas de equipes da Polícia Militar e promotores de Justiça deram cumprimento a mandados de prisão e busca e apreensão no início da manhã de ontem no município distante cerca de 80 quilômetros da capital. Desde as cinco horas da manhã, a população foi acordada com o barulhos das sirenes e a ação dos agentes de segurança pública.

Adriano Abreu

Policiais militares cumprem mandado de busca e apreensão na Secretaria de Saúde, no município de Vila Flor



A reportagem da TRIBUNA DO NORTE esteve durante a manhã de ontem na cidade e constatou o clima de agitação na cidade. Os menos de três mil habitantes de Vila Flor não demoraram a perceber que a operação visava prender políticos do município. "Era cada um que passava na frente da casa dos vereadores e avisa aos outros. Foi uma agitação total. Acordamos logo cedo", disse outro morador que preferiu não se identificar.

Ontem, nas sedes do Executivo e Legislativo Municipal, a reportagem encontrou portas fechadas. Na cidade, os poucos vereadores que não foram envolvidos pela investigação do MP não foram encontrados para prestar informações sobre o caso. A população também se perguntava como iria ficar a administração da cidade sem a presença do prefeito Grinaldo Joaquim de Souza e o presidente da Câmara, Pedro Francisco da Silva; ambos presos.

OPERAÇÃO JUDAS

Atuação do Ministério Público com a Polícia Civil RN – DEICOT, TJ e TCE. À pedido da Presidente do Tribunal de Justiça do RN, o Ministério Público investigou e detectou irregularidades na Divisão de Precatórios do TJRN, comprovando-se o desvio de mais de 15 milhões de reais. Os desvios de recursos dos precatórios provinham de processos reais e processos fictícios criados apenas para desviar dinheiro da conta dos precatórios gerido pelo TJ. As fraudes aconteciam com a participação da servidora-chefe da Divisão e pelos menos dois ex-presidentes do TJRN. Crimes de Peculato, Inserção de Dados Falsos em Sistema Informatizado ou Bancos de Dados da administração pública (SAJ), Extravio de Documento Público, Falsidade Ideológica, lavagem de Dinheiro e Formação de Quadrilha. Dois dos réus ofereceram Delação Premiada ao MP e restituíram aproximadamente 6.000.000,00 (seis milhões). Os dois desembargadores – ex-presidentes – estão até o momento afastados de suas funções e respondem a processos administrativos e criminais no CNJ e STJ, respectivamente. Houve 05 prisões e 05 Mandados de Busca e Apreensão. Muitos foram os bens e os equipamentos apreendidos.

Divulgações na mídia

Justiça do RN acatou denúncia contra 5 pessoas na Operação Judas

Supostos desvios de recursos ocorriam no Setor de Precatórios do TJRN. Ex-chefe do Setor, Carla Ubarana, é apontada como mentora do esquema.

Do G1 RN

Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2012/08/justica-do-rn-acatou-denuncia-contras-5-pessoas-na-operacao-judas.html>.

A presidenta do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, desembargadora Judite Nunes, começou a desconfiar que irregularidades estavam em curso na Divisão do Setor de

Precatórios da Corte Potiguar após solicitar determinados processos à então chefe da Divisão, Carla de Paiva Ubarana Araújo Leal, ainda em setembro de 2011.

Num procedimento sigiloso, cuja análise dos processos coube, inicialmente, aos assessores diretos da Presidência do Tribunal de Justiça, as desconfiças se tornaram fatos. Foram identificadas guias de pagamentos duplicadas e a utilização de pessoas alheias ao processo para o recebimento dos depósitos referentes à quitação das dívidas judicializadas e, ainda, a falta de importantes documentos comprobatórios relacionados ao pagamento ou não das dívidas divididas em parcelas mensais, por exemplo.

Carla Ubarana utilizava, como argumento à desembargadora, que os processos solicitados estavam sob análise dos advogados das partes envolvidas ou na sua própria residência para um estudo mais completo de cada caso. Desta forma, a ex-diretora da Divisão se desvincilhava da obrigação de apresentar os processos à magistrada. Mesmo diante da possibilidade de ter seu esquema desvendado àquela época, Carla Ubarana não interrompeu suas ações.

As investigações internas do Tribunal de Justiça, entretanto, seguiram mesmo sem a apresentação dos documentos à Presidência e os desvios foram confirmados em seguida.

[Atualização em 26/03/2013]

Ex-chefe da divisão de Precatórios do TJ e marido são presos em Natal

**Carla Ubarana e George Leal foram condenados por fraudes no TJRN.
Segundo juiz, esquema desviou R\$ 14.195.702,82 do setor de Precatórios**

Fred CarvalhoDo G1 RN

<<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/03/carla-ubarana-e-george-leal-sao-presos-em-natal.html>>

Condenada a 10 anos de prisão,
Carla foi detida nesta terça em Natal



Fonte: foto Fernanda Zauli/G1

A ex-chefe da Divisão de Precatórios do Tribunal de Justiça do **Rio Grande do Norte** Carla de Paiva Ubarana Araújo Leal e o marido dela, George Leal, foram presos na manhã desta terça-feira (26) em Natal. Os dois foram condenados por fraudes na divisão de Precatórios do TJRN. Segundo a denúncia do Ministério Público, Carla encabeçava um esquema que desviou, de acordo com a sentença, R\$ 14.195.702,82 do TJ.

Os mandados de prisão foram expedidos pelo juiz da 7ª vara Criminal de **Natal**, José Armando Ponte Dias Junior.

Pela sentença de José Armando Ponte, publicada na manhã desta terça no site do Tribunal de Justiça, Carla Ubarana foi condenada a 10 anos, 4 meses e 13 dias, mais 386 dias-multa em regime fechado. George Leal pegou pena de 6 anos, 4 meses e 20 dias, mais 222 dias-multa em regime semiaberto. Os dois foram condenados por peculato. (Confira no final da matéria a cronologia das prisões de Carla Ubarana e George Leal)

José Armando Ponte, ainda na sentença, manda que todos os bens apreendidos em nome de Carla e George sejam leiloados e que o dinheiro arrecado nesses leilões seja

depositado em conta a ser definida pelo Tribunal de Justiça. Essa mesma conta deve receber o dinheiro em espécie - moeda nacional e estrangeira - apreendido com o casal.

Os demais réus - Cláudia Suely Silva de Oliveira Costa, Carlos Eduardo Cabral Palhares de Carvalho e Carlos Alberto Fasanaro Júnior - foram absolvidos. O juiz José Armando Ponte já determinou que todos os bens deles que estão apreendidos sejam devolvidos. Essas absolvições atendem a pleito formulado pelo próprio Ministério Público na denúncia.

As prisões de Carla e George foram confirmadas pelo comandante geral da Polícia Militar, coronel Francisco Araújo.

"Recebemos o pedido para ajudar no cumprimento de dois mandados, que envolvem essas duas pessoas. Nós fizemos a nossa parte", disse Araújo.

O delegado de Capturas (Decap), Ben-hur Cirino de Medeiros, confirmou que Carla e George serão conduzidos à sede da Decap. "Já entrei em contato com meus superiores para saber onde eles vão ficar, pois têm curso superior", frisou.

Na sentença, o juiz José Armando Ponte diz que "era Carla Ubarana, com sua inteligência aguçada, quem comandava, com maestria, rigidez e desenvoltura, as ações praticadas por George Leal e pelos 'laranjas'".

Sobre o marido de Carla, ele diz: "George Leal mostra-se orgulhoso das condutas criminosas que praticou, as quais detalha com especial soberba, especialmente quando detalha, em minúcias e pormenores, o passo a passo da construção e reforma da sua casa praiana em Baía Formosa, enfatizando a qualidade do material utilizado e o bom gosto arquitetônico".

Nota de Esclarecimento

26/3/2013

por Diretoria de Comunicação

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Natal, em virtude da publicação da sentença condenatória referente a Operação Judas, na data

desta terça-feira, 26/03/2013, vem prestar os esclarecimentos que se fazem necessários:

1) A referida sentença condenatória consistiu em uma resposta digna e ativa do Poder Judiciário aos delitos praticados no âmbito da Divisão de Precatórios do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

2) O Ministério Público, no curso das investigações, celebrou acordo de delação premiada com os réus Carla Ubarana e George Leal, pelo qual se obrigou a postular os benefícios previstos em lei para quem desvenda a prática do crime em todas as suas circunstâncias, identifica os agentes que praticaram o crime e restitui os bens ilicitamente auferidos.

3) Com base neste acordo, requereu em alegações finais da Ação Penal em apreço a redução da pena em favor do casal no patamar de 2/3 (dois terços). No entanto, a sentença condenatória, admitindo a colaboração dos réus, fez incidir a redução da pena em 1/3 (um terço).

4) Subsiste, neste momento, a obrigação profissional e ética do Ministério Público em prestigiar o instituto da delação premiada, reconhecendo a efetiva, decisiva e relevante contribuição do casal para a elucidação do crime e identificação dos agentes públicos que se situavam acima dos réus na escala hierárquica da empreitada criminosa.

5) Nesse sentido, informa que pretende recorrer da sentença, mediante apelação criminal, para vindicar a redução de 2/3 (dois terços) da pena imposta a Carla Ubarana e George Leal, conforme já havia requerido em alegações finais.

6) Antes disso, o Ministério Público interporá o recurso de embargos de declaração para que conste na sentença o valor mínimo de reparação do dano, pois, embora a sentença tenha mencionado esse valor nos seus fundamentos, faltou constar no dispositivo sentencial.

Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público

OPERAÇÃO ASSEPSIA

Atuação do Ministério Público com a Polícia Militar do RN e do RJ. Crimes de Peculato, Corrupção Passiva, Advocacia Administrativa, Corrupção Ativa, Quadrilha, Falsidade Ideológica e Fraude aos Procedimentos Licitatórios. Investigou uma série de contratações milionárias pelo Município de Natal/RN, de entidades supostamente sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais, com atuação na área da saúde pública. Houve 08 prisões – 03 preventivas e 05 temporárias, 15 Mandados de Busca e Apreensão, e a Intervenção Judicial na Associação Marca.

Divulgações na mídia

MP acusa cinco da Operação Assepsia

17 de Julho de 2012
Isaac Lira – repórter

Cinco das oito pessoas detidas durante a Operação Assepsia, que investiga fraudes na contratação de organizações sociais para gerir unidades de saúde em Natal, já foram denunciadas pelo Ministério Público Estadual. O MPE enviou à Justiça na semana passada duas ações penais, cada uma contra três pessoas. Como a ação

corre em segredo de justiça, os promotores do patrimônio público disseram não poder dar informações sobre o conteúdo do procedimento.

Aldair Dantas Alexandre Magno está detido na sede do Comando da Polícia Militar



As denúncias foram enviadas no último dia 11. No processo de número 01255525-40.2012.8. 20.0001 são acusados Alexandre Magno Alves de Souza, Rosimar Gomes Bravo e Oliveira e Antonio Carlos de Oliveira Júnior. Já no processo 0125526-25.2012.8. 20.0001, além de Rosimar Gomes Bravo e Oliveira, são acusados Thiago Barbosa Trindade e Tufi Soares Meres. Segundo informações dos processos, as acusações giram em torno do crime de "corrupção passiva". Uma decisão da 7ª Vara Criminal foi registrada na última sexta-feira, mas não há informações no sistema da Justiça sobre o seu conteúdo. Nas ações propostas, o ex-secretário Antonio Luna não está incluído.

A partir de agora, os cinco personagens denunciados pelo Ministério Público Estadual deixam de ser suspeitos para se tornarem acusados. Segundo a Assessoria de Comunicação do MPE, os fatos relatados nos dois processos ainda não são as denúncias principais envolvendo as supostas fraudes da Operação Assepsia e ressaltou que não há data definida para a entrega do processo principal à Justiça.

As informações oficiais dão conta de que, a respeito das fraudes nos contratos dentro da Secretaria Municipal de Saúde, haverá três processos distintos: um para a suposta fraude de contratação do Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas) para a gestão da UPA de Pajuçara; outro para a contratação do ITCI, que geriu

o programa da dengue em Natal; e o último para a contratação da Marca para gerir a UPA de Pajuçara e os ambulatórios médicos especializados.

Investigação

As investigações do Ministério Público Estadual sobre as atividades das organizações sociais junto ao Município de Natal apontam para a suspeita da prática de pelo menos oito crimes: peculato, corrupção passiva, advocacia administrativa, corrupção ativa, quadrilha, falsidade ideológica, uso de documento falso e fraude aos procedimentos licitatórios.

Há fortes indícios, segundo o MPE, de que a escolha e a contratação das entidades investigadas se deu de forma irregular, sem licitação e a partir de prévio acordo entre empresários e gestores públicos.

Na decisão judicial que determinou a prisão dos acusados, ainda no fim do último mês de junho, o juiz da 7a. Vara Criminal, José Armando Ponte, se pronunciou de forma contundente a respeito dos indícios apresentados pelos promotores na investigação. Em vários momentos, o magistrado, mesmo fazendo a ressalva de que não há pré-julgamento, afirma que os indícios são muito fortes. "Sinto-me compelido a concluir que são fartos, abundantes, incisivos, e até mesmo exagerados, os indícios que apontam para o desvio de recursos públicos por meio dos contratos com as organizações sociais", afirma o juiz.

Recursos

Além disso, as prestações de contas do Ipas, do ITCI e da Marca na gestão das unidades de saúde supostamente contém superfaturamentos, notas fiscais falsas e suspeitas. Segundo o procurador geral de Justiça, Manoel Onofre Neto, foram bloqueados, segundo determinação da Justiça, R\$ 22 milhões das empresas e

peessoas investigadas referentes a prestações de contas suspeitas coletadas pelos promotores do Patrimônio Público, que vem investigando o caso desde março do ano passado. Esse valor corresponde a cerca de 30% dos R\$ 65 milhões que todos os contratos com O.S.s movimentou.

Procurador preso presta depoimento a promotores

Após mais de 15 dias preso no quartel do Comando da PM, o procurador municipal Alexandre Magno de Souza Alves prestou depoimento ontem ao Ministério Público Estadual. Foi a primeira vez que Alexandre falou com a promotoria do Patrimônio Público, responsável pela investigação. Como o processo corre em segredo de justiça, promotores e advogados, além do próprio Alexandre, não deram informações sobre o conteúdo do depoimento.

O procurador saiu do Comando da PM pouco antes das 16h. Quatro policiais militares, do Batalhão de Choque, foram os responsáveis pelo trânsito do acusado desde o quartel até a sede da promotoria do Patrimônio Público. Ao chegar ao MPE, Alexandre Magno disse que não daria nenhuma declaração porque ainda está preso. "Só vou falar quando for solto", disse. Depois, o procurador seguiu para prestar informações ao promotor Emanuel Dhayan.

O depoimento durou cerca de 40 minutos. Na saída, Alexandre Magno disse que não poderia entrar em detalhes sobre a conversa com o promotor, por conta do segredo de justiça que envolve todos os processos aos quais responde. "Não posso falar por conta do segredo de justiça", disse. De acordo com fontes, o depoimento já havia sido marcado anteriormente pelo menos duas vezes, sendo continuamente adiado.

Alexandre Magno de Souza Alves é tratado na investigação do MPE como membro do núcleo que articulou as supostas fraudes na contratação das O.S.s. Embora não estivesse cedido à Secretaria Municipal de Saúde, o procurador tinha, segundo a investigação, livre acesso ao então secretário de Saúde, Thiago Trindade, de quem

seria uma espécie de "mentor". Alexandre também foi cedido para a Secretaria Estadual de Saúde, onde, pouco depois, uma das entidades investigadas (Associação Marca) foi contratada.

O trâmite burocrático que possibilitou a contratação das Organizações Sociais também foi, de acordo com os dados coletados e divulgados pelo Ministério Público Estadual, arquitetado por Alexandre Magno Alves. É atribuído ao procurador e ao ex-secretário de Saúde o direcionamento da contratação dessas organizações sociais.

Também é atribuído pelo MPE a ele o recebimento de supostas vantagens indevidas, como pagamento de uma dívida com hotel no Rio de Janeiro e a contratação de uma empresa para realizar Assessoria de Comunicação para a Marca supostamente ligada ao procurador.

Denúncias resultaram na prisão de oito

A gestão de unidades de saúde por O.S.s em Natal está sob suspeita desde que o Ministério Público do Rio Grande do Norte, por meio da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Natal e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), deflagrou no último dia 28 de junho, a Operação Assepsia, que investiga a contratação de supostas organizações sociais pelo Município de Natal, com atuação na área da saúde pública.

Ao todo, oito mandados de prisão foram expedidos. Estão entre os presos o secretário de Planejamento de Natal, Antônio Luna, e o ex-secretário de Saúde Thiago Trindade. Até o momento, somente dois estão foragidos: o procurador do município Alexandre Magno Alves de Souza (que informou que vai se entregar) e o empresário Tufi Soares Meres, que estaria no Rio de Janeiro.

Dentre os presos, Alexandre Magno de Souza é o único ainda em preso em Natal. No Rio de Janeiro, Rose Bravo e Antonio Carlos Júnior, dirigentes da Marca,

também estão presos. O ex-secretário de Planejamento Antonio Luna, Thiago Trindade e o ex-coordenador financeiro, Francisco de Assis Rocha, foram soltos pela Justiça.

Quem é quem

A função de cada um dos denunciados está relatada na petição do MPE. Essa é, segundo o MP, o papel dos denunciados no suposto esquema, o que possibilitou a Operação Assepsia. Além de Alexandre Magno de Souza, são esses os denunciados:

Tufi Soares Meres

É tratado como uma espécie de "sócio oculto" da Marca, o responsável por fazer a ponte entre a dita OS e a Secretaria Municipal de Saúde. Na petição do MPE, Tufi Meres é chamado de "chefe da organização criminoso". Próximo a Thiago Trindade e Alexandre Magno, ele supostamente articulou e discutiu os termos do contrato com a Marca com a SMS. Depois de oficializar o contrato, teria utilizado empresas de parentes e de pessoas ligadas a ele para prestar serviços à Marca na gestão das unidades de saúde.

Rosimar Gomes Bravo

É tratada como a fundadora da Marca, embora oficialmente Mônica Simões Araújo seja a responsável pela OS. Dentro do suposto esquema, é considerada a pessoa que gerenciava e executava as diretrizes traçadas por Tufi Soares Meres.

Thiago Barbosa Trindade

Segundo informações da petição do MPE, o suposto esquema de fraude passou a ser operado após a chegada do ex-secretário seria o marco do início da "sangria de dinheiro" na Secretaria de Saúde. Ele foi o gestor responsável por implementar os primeiros contratos de gestão na SMS, agendando visitas a Organizações Sociais e, segundo a investigação, supostamente direcionando a escolha das entidades que depois passaram a prestar serviços ao Município de Natal.

Antonio Carlos de Oliveira Jr

É marido de Rose Bravo e um dos fundadores da Marca. Repartia os "lucros" da OS com sua esposa. Também era responsável por executar as diretrizes e ordens de Tufi Soares Meres.

OPERAÇÃO CANGUEIROS

Atuação do Ministério Público com a Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar RN. Crimes de Formação de quadrilha, Inserção de dados falsos em Sistema de Informação e Corrupção Passiva e Ativa. A investigação apurou fraudes nas emissões de CNHs no Detran/Mossoró/RN, em decorrência das quais pessoas analfabetas, por exemplo, ou com algum grau de deficiência visual obteriam sua Habilitação, tudo mediante pagamento de vantagens à servidores públicos e proprietários de Centros de Formação de Condutores. O valor cobrado por uma CNH podia chegar á R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Houve 11 Prisões Temporárias e 17 Mandados de Busca e Apreensão.

Divulgações na mídia

Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2012/09/quadrilha-acusada-de-fraudar-habilitacoes-e-presa-em-mossoro-rn.html>>.

Quadrilha acusada de fraudar habilitações é presa em Mossoró, RN

Operação Cangueiros cumpriu 28 mandados de prisão, busca e apreensão. Entre os presos estão proprietários de autoescolas e o diretor do Detran.

Do G1 RN

Operação Cangueiros mobilizou forte aparato policial na cidade de Mossoró



Foto cedida

O Ministério Público do Rio Grande do Norte e a Polícia Rodoviária Federal realizaram nas primeiras horas da manhã desta terça-feira (11) uma operação na cidade de Mossoró, na região Oeste potiguar, com o objetivo de desarticular uma quadrilha suspeita de fraudar carteiras de habilitação. A ação foi batizada de 'Operação Cangueiros' e as investigações duraram nove meses.

Segundo informações do MP, divulgadas logo cedo, foram cumpridos 11 mandados de prisão e 17 de busca e apreensão nas cidades de Mossoró, Assu, Tibau, Alexandria e Aracati, no Ceará.

Entre os presos estão proprietários de Centros de Formação de Condutores e o diretor do Detran de Mossoró, Jader Luiz Henrique da Costa.

Todos os 11 detidos foram encaminhados para o quartel da PM em Mossoró.

O termo "cangueiro", no Nordeste, é usado para definir a pessoa que dirige mal.

A operação

A operação decorreu de investigação promovida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Segundo as investigações, os envolvidos faziam parte de uma quadrilha que agia em Mossoró, Tibau, Assu e Alexandria, todos acusados de fraude em diversas etapas do processo de emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

As irregularidades, ainda de acordo com o MP, aconteciam desde o registro falso da presença dos interessados nas aulas teóricas das autoescolas à facilidades nos testes escritos, práticos, psicológicos e exames médicos. Foi divulgado que pessoas analfabetas ou com algum grau de deficiência visual conseguiram obter autorização para dirigir.

O MP informou, ainda, que a fraude envolvia, além do diretor do Detran de Mossoró, servidores públicos daquele órgão e os proprietários de quatro Centros de Formação de Condutores.

Documentos foram apreendidos na autoescola



Foto cedida

Na autoescola C.F.C Piloto, um dos locais onde foram cumpridos mandados de busca e apreensão, a proprietária Djane Rocha Peixoto contou ao **G1** que foi surpreendida com a chegada dos policiais. "A polícia chegou aqui com o Ministério Público dizendo que estavam fazendo uma fiscalização", contou. "Aqui ninguém foi preso, mas levaram alguns documentos da autoescola. Eu não sei do que se trata", acrescentou.

De acordo com as investigações, o esquema funcionava com a captação de interessados à obtenção de CNH, os quais não precisavam assistir às aulas teóricas e/ou eram favorecidos nas provas escritas e práticas. Em muitos casos, o MP disse que os gabaritos da prova teórica eram entregues em branco para posteriormente serem preenchidos pelos integrantes da quadrilha. Além disso, os aspirantes a condutores tinham acesso antecipadamente aos testes psicológicos e eram aprovados nos exames de visão ainda que apresentassem algum tipo de problema que o incapacitasse à aptidão na prova.

Consta também que a quadrilha possuíam uma tabela com os valores para os favorecimentos, que iam desde a aulas para o psicoteste, no valor de R\$ 200, à aprovação no teste de volante por R\$ 250 e até R\$ 4.000 para as demais etapas do processo. A investigação demonstrou que o principal alvo da quadrilha eram os analfabetos.

Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

Entre os crimes praticados estão formação de quadrilha, inserção de dados falsos em sistema de informação e corrupção passiva e ativa.

A Operação Cangueiros contou com o apoio de 24 Promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), 120 agentes da Polícia Rodoviária Federal e de 12 policiais militares.



Fonte: da redação do DIARIODENATAL.COM.BR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

OPERAÇÃO TUCA

Tráfico de drogas e Associação ao tráfico; 34 denunciados; 29 mandados de busca e apreensão cumpridos; 34 mandados de prisões preventivas cumpridas.

Divulgação na mídia

Disponível em: <<http://www.jornalnh.com.br/narcotico/223848/operacao-tuca-mobiliza-750-policiais-contr-o-traffic-no-rs.html>>.

Investigação de 11 meses conta com 90 mandados de busca e apreensão e 12 mandados de prisão.

Operação "Tuca" mobiliza 750 policiais contra o tráfico no RS e em SC



Foto: da Redação

Porto Alegre – Ministério Público (MP) e Brigada Militar (BM) deram início hoje a uma operação conjunta contra o tráfico de drogas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, depois de 11 meses de investigações. A ação, chefiada pelo subcomandante-

geral da Brigada Militar, cel. Jones Calixtrato, visa uma das maiores quadrilhas de comércio ilegal de cocaína e crack do Estado. O grupo tem mais de 100 integrantes.

Acionando 750 homens dos Batalhões de Operações Especiais da BM da Capital e de Passo Fundo, a operação Tuca deve executar 12 mandados de prisão e 90 de busca e apreensão. De acordo com o MP, o alvo número um é Juraci Oliveira da Silva, o "Jura", um dos gerentes do tráfico de cocaína e crack no Campo da Tuca, no bairro Partenon, que se encontra foragido do sistema penitenciário. Outros procurados são Paulão e Kiro. O foco, na Capital, é a zona leste. Viamão, Guaíba, Eldorado do Sul, Osório, Imbé e Quintão também são alvos.

A equipe de agentes da Especializada Criminal de Porto Alegre é comandada pelo promotor de Justiça Ricardo Herbstrith. O promotor destacou que as investigações realizaram-se em conjunto com a Inteligência da BM. Durante esse período, foram apreendidos 150 quilos de cocaína e crack. Os procurados pela ação policial "são atacadistas que abastecem traficantes que atuam no varejo", definiu Herbstrith. A droga é originária do Paraguai e da Bolívia.

Tráfico no Campo da Tuca tem 24 condenados pela Justiça

Fonte: Rádio Guaíba

Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=170947>>.

Líder da facção, preso em maio no Paraguai, ainda não foi processado, segundo MP gaúcho

Dezenove integrantes de uma organização que traficava drogas na região do Campo da Tuca, na zona Leste de Porto Alegre, foram condenados pelo delito de associação para o tráfico. A sentença da Justiça, proferida nesta segunda-feira, é decorrência do trabalho realizado pela 3ª Promotoria de Justiça Especializada Criminal da Capital em conjunto com a Brigada Militar.

As penas variam entre três anos e seis meses e 13 anos de reclusão. Ainda com base na investigação, outras cinco pessoas foram condenadas por tráfico.

Os trabalhos de investigação foram realizados entre o final do ano de 2008 e meados de 2009, quando foi desencadeada a "Operação Tuca", a maior já empregada no RS para destruir uma organização criminosa que age com tráfico. Na oportunidade, 14 pessoas foram presas e houve apreensão de 20 veículos, além de grande quantidade de cocaína, crack e armas. A ação mobilizou, aproximadamente, 750 homens dos Batalhões de Operações Especiais (BOE) da BM da Capital e de Passo Fundo.

Segundo o promotor de Justiça Ricardo Herbrith, responsável pela investigação e pelo processo, embora ainda restem alguns réus a serem processados e julgados, inclusive o líder da facção criminosa, o traficante Juraci Oliveira da Silva, o Jura, preso em maio, no Paraguai, "a sentença é marcante e determina um duro golpe nas ações dos traficantes na região, coroando um trabalho realizado de forma exemplar pelas instituições envolvidas".

OPERAÇÃO ROUSSEAU II

Inserção de dados falsos em sistema de informações – banco de dados do DETRAN-RS; falsidade Ideológica; corrupção Ativa; corrupção Passiva (Credenciados do DETRAN); formação de bando ou quadrilha; identificação de 309 veículos com fraude detectados; aproximadamente 3 milhões de reais de prejuízo ao erário e terceiros de boa-fé; 06 pessoas presas preventivamente; 08 pessoas denunciadas referentes a 1.074 fatos delituosos; 25 mandados de busca e apreensão cumpridos; 11 veículos apreendidos e periciados; Cooperação com o Detran e a Polícia Civil.

Divulgação na mídia

Operação desarticula quadrilha que agia na adulteração de veículos

Por Jorn. Ricardo Grecellé

Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/noticias/id27463.htm>>.

Promotor João Beltrame detalhou o esquema criminoso



Fonte: foto Ricardo Grecelle

Seis pessoas presas e 11 automóveis, um grande número de computadores e farta documentação apreendidos. Este é o saldo da “Operação Rousseau II/Recall”, desencadeada nos Vales do Rio Pardo e Taquari pelo Ministério Público, Polícia Civil e Departamento Estadual de Trânsito (Detran/RS) na manhã desta quarta-feira, 8. O objetivo foi desbaratar uma quadrilha que atuava adulterando a documentação de veículos com perda total, adquiridos em leilões de seguradoras em São Paulo, e revendidos no Rio Grande do Sul por preços elevados.

No final da manhã, durante coletiva na Câmara de Vereadores de Sobradinho, os detalhes da ação foram repassados à Imprensa. Participaram da entrevista o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Marcelo Dornelles; o promotor de Justiça de Sobradinho João Afonso Silva Beltrame; o presidente do Detran, Alessandro Barcellos; e o diretor do Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos da PC, delegado Emerson Wendt; além de outros integrantes da corporação.

Todos os envolvidos na fraude já haviam sido denunciados no final de janeiro pelo Ministério Público pelos crimes de formação de quadrilha, inserção de dados falsos em sistemas de informações, falsidade ideológica, corrupção ativa e corrupção passiva. São eles: Dimitryos Helmann Klug, João Baptista dos Santos Neto, Édison Scheid, Mauri Adriano Seibert, Célio Fernando Pündrich, Joel Grizotti, Luciano Mânica e Peterson Hoss.

Conforme o promotor João Beltrame, seis dos integrantes do esquema criminoso compravam carros em leilões no estado de SP por valores de mercado para veículos com perda total. No Centro de Registro de Veículos Automotores (CRVA) do município de Passa Sete, vizinho a Sobradinho, os automóveis eram “esquentados” pelos outros dois denunciados, João Baptista dos Santos Neto e Dimitryos Klug, que recebiam valores entre R\$ 250 a R\$ 300 por unidade. Assim, a restrição contida no campo de observações do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (“veículo decorrente de sinistro ou simplesmente sinistrado ou recuperado conforme Certificado de Segurança Veicular número tal”) era retirada. Na sequência, os automóveis eram reformados e revendidos sem qualquer referência ao problema contido.

“O lucro desses criminosos girava entre 170% e 240% na hora da venda. Automóveis adquiridos por R\$ 8 mil, por exemplo, eram repassados, depois de serem esquentados e chapeados, por R\$ 30 mil”, explica João Beltrame. Outro dado curioso apontado pelo Promotor é que 98% dos veículos eram Toyota Corolla. “Alguns dos envolvidos eram donos de oficinas e tinham facilidade e habilidade especial para lidar com esse modelo”, detalha.

Parceria

Durante a coletiva, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais destacou a parceria entre Ministério Público, Polícia Civil e Detran, fundamental para o sucesso da operação. “Nossa presença aqui também é para

prestigiar e parabenizar o colega João Beltrame pelo excelente trabalho desenvolvido. Já há notícias que fraudes semelhantes a essa ocorrem em outros locais do RS. A sociedade gaúcha pode ter certeza que continuaremos atuando em conjunto para apurar esses fatos em outras regiões”, disse Marcelo Dornelles.

Em sua manifestação, o delegado Emerson Wendt também destacou o trabalho harmonioso com as demais instituições e comemorou o trabalho de repressão qualificado fruto dessa integração. “Isso possibilita a preservação do patrimônio público e da sociedade como um todo”, frisou. Na mesma linha, o presidente do Detran saudou “o novo paradigma da atuação na defesa dos cidadãos gaúchos”. Alessandro Barcellos lembrou, também, que a Operação “Rousseau II/Recall” é um símbolo importante de como as instituições públicas pretendem trabalhar frente a desvios de conduta como esse. Barcellos informou que medidas cautelares em relação aos funcionários do CRVA estão sendo adotadas.

Quadrilha que “esquentava” carros no Vale continua presa

Disponível em: <<http://www.independente.com.br/player.php?cod=22928>>.

Uma quadrilha que “esquentava” documentações de carros Corolla foi desarticulada no último dia 8 na “Operação Rousseau II/Recall”. O registro total foi de 309 automóveis irregulares. Os carros eram adquiridos em leilões, na cidade de São Paulo, seus documentos eram adulterados e seus valores eram elevados.

Até o momento foram presos em Sobradinho: Peterson Hoss, Joel Grizotti, Célio Fernando Püdrich e Édison Scheid. Segundo, o Delegado Adjunto da Regional – Vale do Taquari, Juliano Stobe, com certeza mais pessoas estão envolvidas e existem mais suspeitos sendo investigados.

Juliano aconselha aos compradores de boa fé, que não tinham conhecimento do sinistro, entrarem com ação de regresso contra o vendedor para que não percam o valor investido no automóvel.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

OPERAÇÃO MAGNÍFICO

Irregularidades na Fundação Rio Madeira, entidade privada de apoio à Universidade Federal de Rondônia, ia além da mera má gestão, caracterizando crimes.

Divulgações na mídia

Operação Magnífico – Ministério Público de Rondônia e Polícia Civil cumprem mandado de busca e apreensão na sede da Fundação Riomar

Disponível em: <http://www.rondoniao vivo.com.br/noticias/operacao-magnifico-ministerio-publico-de-rondonia-e-policia-civil-cumprem-mandado-de-busca-e-apreensao-na-sede-da-fundacao-riomar/76640#.UQIRN7_4L-U>.

O Ministério Público de Rondônia, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), e a Polícia Civil cumpriram na manhã desta segunda-feira, dia 20 de junho, mandado de busca na sede da Fundação Riomar.

A ordem foi expedida pela Justiça Estadual de Rondônia a pedido do GAECO em razão da suspeita de desvio de recursos da Fundação, havendo indícios dos crimes de apropriação indébita, falsidade ideológica, formação de quadrilha e retardamento na prestação de informações requisitadas pelo Ministério Público Estadual, delitos cujas penas somadas ultrapassam dez anos de prisão.

Conforme investigação realizada pelo GAECO, há indícios que a Fundação tem sido utilizada como instrumento para captação de verbas de convênios celebrados com instituições públicas e privadas, sendo parte do dinheiro desviada para finalidades alheias à da entidade.

Os promotores do GAECO suspeitam que as dificuldades financeiras vividas pela Fundação Riomar sejam decorrentes da ação de organização criminosa que transformou a entidade em uma máquina de arrecadação e desvio de verbas.

Operação Magnífico – Ministério Público de Rondônia ajuíza ações relativas às investigações sobre desvio de verbas da Fundação Riomar

17/10/2011

Fonte: Ascom MPRO

Disponível em: <http://www.noticianahora.com.br/ro/noticia/operacao-magnifico-ministerio-publico-de-rondonia-ajuiza-acoes-relativas-as-investigacoes-sobre-desvio-de-verbas-da-fundacao-riomar/94788#.UQIRrb_4L-U>.

A Fundação Rio Madeira, entidade de apoio à Universidade Federal de Rondônia, encontra-se desviada de sua função e servindo primordialmente para a prática de crimes. Esta é a constatação do Ministério Público de Rondônia, através de investigação realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO).

O esquema apurado pelo GAECO mostra indícios da existência de organização criminosa, atuando por meio de múltiplas condutas ilícitas e com divisão de tarefas entre seus integrantes.

Dentre as várias irregularidades detectadas estão o pagamento de diárias, ajudas de custo, suprimentos de fundos e viagens sem comprovação da legalidade, funcionários fantasmas, utilização de “laranjas”, bem como compras e serviços superfaturados ou simplesmente não executados, contratados junto a empresas de fachada criadas especialmente para isso.

Alguns dos suspeitos eram responsáveis por captar projetos que gerassem convênios com verbas para a Universidade Federal de Rondônia. A Fundação era utilizada para receber as verbas, sob o pretexto de agilizar e desburocratizar os trâmites legais, o que na verdade facilitava o desvio.

Quase todos os envolvidos são pessoas ligadas ao reitor José Januário Oliveira Amaral, também suspeito de envolvimento no esquema. Uma das peças-chave da organização criminosa, segundo testemunhas, era Oscar Martins Silveira, ex-diretor da Fundação e que já está com seus bens bloqueados por determinação da Justiça estadual, a pedido do Ministério Público.

Várias ações já foram ajuizadas pelo Ministério Público de Rondônia, mas as investigações devem prosseguir além do previsto em razão da grande quantidade de irregularidades descobertas, inclusive a criação de mais uma Fundação, para qual migraram vários dos suspeitos, o Instituto de Pesquisa de Rondônia (IPRO).

Se condenados, os suspeitos podem receber penas que variam entre dois e dez anos de prisão, por apropriação indébita, formação de quadrilha e falsidade ideológica.

As condutas dos suspeitos também se enquadram na Lei de Improbidade Administrativa, já que a Fundação Riomar, embora entidade privada, tem mais da metade de seu patrimônio composto de verbas públicas, o que pode acarretar condenação a perda de cargo público, suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o poder público, ressarcimento aos cofres da Fundação, além de condenação ao pagamento de multa.

OPERAÇÃO TERMÓPILAS

Operação que desbaratou o esquema de desvio de verbas dos seguintes órgãos do Estado: Secretaria de Saúde (SESAU), Secretaria de Justiça (SEJUS) e Departamento de Trânsito (DETRAN).

Divulgação na mídia

Disponível em: <<http://folhadevilhena.com.br/news2012/?p=46974>>.

A Operação Termópilas completou um ano neste domingo. A ação, uma das maiores já realizadas no Estado, mandou para a cadeia o ex-deputado estadual Valter Araújo, o ex-secretário de saúde José Batista e dezenas de empresários e servidores corruptos, além de denunciar políticos que recebiam mensalão na Assembleia Legislativa de Rondônia.

Durante a Operação, além de Valter Araújo, outros 7 parlamentares apoiavam seu esquema e foram citados como membros ativos do esquema: Epifânia Barbosa (PT-Porto Velho), Ana da 8 (PT do B-Nova Mamoré), Flávio Lemos (PR-Porto Velho), Jean Oliveira (PSDB-Porto Velho), Euclides Maciel (PSDB-Ji-Paraná), Saulo Moreira (PDT-Ariquemes) e Zequinha Araújo (PMDB-Porto Velho). Fora o líder do bando, que foi cassado, os demais receberam punição branda e os que pertenciam à Mesa Diretora renunciaram. Saulo Moreira se livrou e acabou inocentado. Ele foi flagrado recebendo uma caixa de sapato recheada com dinheiro. Em todos os casos, existem gravações feitas pela Polícia Federal. Os processos políticos contra todos foi julgado somente em maio desse ano.

Condenados

Outra parte do bando, a política e empresarial e que não detém foro privilegiado vem sofrendo abalos na Justiça. Em julho, um dos operadores do esquema no Detran, Marcos Alves Paes foi condenado por divulgação de informações sigilosas. Ele repassava os dados para o restante da quadrilha de Valter Araújo. Outro já condenado foi o empresário Júlio César Fernandes Martins Bonache, que pagava propina a deputados. Outros que já condenados foram Esmeraldo Batista Ribeiro, Clauzemir Teixeira Lima e Maria Aparecida Daves de Moraes.

Um dia que entrou para a história

A Operação Termópilas foi realizada pelo Ministério Público de Rondônia, em conjunto com a Polícia Federal, que deflagrou na madrugada de 18 anos de novembro de 2011 uma grande ação policial para combater organização criminosa estabelecida no âmbito da administração pública do Estado, que tinha a finalidade de desviar recursos públicos, dentre eles, verbas do Sistema Único de Saúde.

Foi a primeira etapa do trabalho de investigação, que contou com o trabalho do Centro de Atividades Extrajudiciais (CAEX- MPRO) e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO-MPRO) e da Polícia Federal.

Constatou-se que o grupo praticava crimes nas Secretarias de Estado da Saúde (SESAU) e Justiça (SEJUS) e no DETRAN, objetivando favorecer as empresas Reflexo Limpeza e Conservação LTDA., ROMAR - Prestadora de Serviços LTDA., Fino Sabor Comércio de Serviço de Alimentos LTDA., MAQ-Service – Serviços Contínuos LTDA., Contrat – Serviços Especializados LTDA-ME., dentre outras. Pertencentes a laranjas, estas empresas ocultavam os verdadeiros proprietários, como é o caso da Reflexo e ROMAR, que são de propriedade de Valter Araújo. Referida Organização Criminosa agia “loteando” licitações e contratos de prestações de serviços junto à Administração Pública Estadual mediante corrupção e tráfico de influência. Índícios apontam para o envolvimento de oito deputados, além de vários outros empresários e servidores públicos.

Os crimes perpetrados são de extorsão, formação de quadrilha ou bando, falsidade ideológica, peculato, corrupção passiva e ativa, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional, tráfico de influência, bem como outros previstos na Lei de Licitações e na Lei de Lavagem de Dinheiro.

A ação envolveu 300 policiais federais e agentes da Controladoria-Geral da União. Houve cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão em cinco cidades de nosso Estado – Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Nova Mamoré e Rolim de Moura, em residências, fazendas e empresas dos envolvidos, além de órgãos públicos estaduais e na Assembleia Legislativa.

Operação Termópilas dá origem a mais de 70 ações penais em Rondônia

Previsão é de que em um ano todos os processos penais sejam sentenciados. Primeira condenação sentenciou Marcos Alves Paes a um ano de prisão.

Vanessa Vasconcelos

Do G1 RO

Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/09/operacao-termopilas-da-origem-mais-de-70-acoes-penais-em-rondonia.html>>.

Ministério Público de Rondônia

Quase 10 meses após ter sido deflagrada pelo Ministério Público (MP) de Rondônia e Polícia Federal (PF), a Operação Termópilas teve o seu primeiro réu condenado nesta quinta-feira (13). Cerca de 20 pessoas foram indiciadas em quase 70 ações penais propostas, como formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, violação de sigilo, entre outros. Acusado de ser o chefe da quadrilha e mandante de uma emboscada contra agentes da PF, o ex-presidente da Assembleia Legislativa, Valter Araújo, está foragido desde dezembro do ano passado. Além dele, outros sete deputados estaduais foram indiciados.

As investigações sobre a atuação da quadrilha acusada de fraudar licitações e contratos dentro do Governo do Estado de Rondônia continuam. Segundo o procurador-geral de Justiça, Héverton Alves de Aguiar, 20 malotes com documentos apreendidos ainda faltam ser analisados.

O procurador-geral explica que o julgamento do ex-presidente da Assembleia Legislativa pode ocorrer de forma mais lenta que os demais, pois, após a perda do cargo e, conseqüentemente, o coro privilegiado, os processos contra Valter Araújo foram redistribuídos para as varas criminais da Justiça comum. Com vários mandatos de prisão expedidos, Valter Araújo faz parte do cadastro de foragidos da polícia.

A previsão é de que, até o final de 2012, novos réus sejam sentenciados e que, no prazo de um ano, todos os processos sejam julgados.



Investigações exitosas realizadas pelos Ministérios Públicos brasileiros

A primeira condenação sentenciou Marcos Alves Paes a um ano de detenção e 10 dias-multa por ter divulgado informações sigilosas do banco de dados do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (Detran) ao grupo criminoso que desviava recurso público do estado.

A operação foi deflagrada no dia 18 de novembro de 2011, com o cumprimento de 10 mandados de prisão preventiva, quatro de temporárias e 57 ordens de busca e apreensão em seis cidades do Estado. Oito dos 24 deputados da Assembleia Legislativa foram presos, incluindo o então presidente da casa, Valter Araujo, aprontado como chefe da quadrilha que atuava em um esquema fraudulento que favorecia empresas em licitações e contratos de prestação de serviço a órgãos do governo, especialmente na Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) e Secretaria de Justiça (Sejus)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

OPERAÇÃO BASTILHA

Denúncias de maus tratos e mortes dentro do Sistema Prisional, em fevereiro deste ano culminaram na prisão de 15 pessoas, entre eles estão um major e um cabo da Polícia Militar, um policial civil e cinco agentes carcerários. Os demais são presidiários que cumpriam pena na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

Divulgação na mídia

Ação do MPE e da Polícia Federal desbarata quadrilha de crime organizado em presídio

Disponível em: < <http://mp-rr.jusbrasil.com.br/noticias/303426/operacao-bastilha>>.

A Polícia Federal, em parceria com o Ministério Público Estadual desbaratou, na última quarta-feira (26) , uma suposta quadrilha composta por pessoas que integram o sistema prisional e também por detentos, que comandavam o crime organizado no sistema prisional de Roraima.

A Operação denominada Bastilha culminou na prisão de 15 pessoas, entre eles estão um major e um cabo da Polícia Militar, um policial civil e cinco agentes carcerários. Os demais são presidiários que cumpriam pena na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

De acordo com o superintendente da Polícia Federal, José Maria Fonseca o resultado da operação foi mais uma vez positivo devido ao empenho dos órgãos envolvidos no combate ao crime. "Essa operação foi desenvolvida em parceria com Ministério Público Estadual para tirar do meio da sociedade Roraimense elementos de

altíssima periculosidade, dados a prática dos crimes de homicídio e formação de quadrilha", destacou.

Diante das denúncias de maus tratos e mortes dentro do Sistema Prisional, em fevereiro deste ano, a Procuradoria Geral de Justiça designou um grupo de promotores para apurar os fatos, o que resultou na operação Bastilha.

De acordo com Ricardo Fontanella titular da Vara de Execuções Penais e um dos promotores que compõe a Força Tarefa do Ministério Público Estadual, a violação dos direitos humanos dentro do Sistema Prisional já vinha ocorrendo há muito tempo. "Através dessas denúncias foi possível chegar a esse resultado e há quatro meses, com o apoio da Polícia Federal, conseguimos avançar nas investigações", frisou.

Durante a investigação foi constatado que a suposta quadrilha praticava vários tipos de crime dentro da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo, "nós detectamos vários crimes dentro da PA, dentre eles tráfico de drogas, envolvimento com crime organizado, e outros crimes que ainda estão sendo apurados, como extorsão, espancamentos, dentre outros", disseram os promotores.

Segundo o Ministério Público, dependendo do andamento das investigações, as prisões provisórias de 30 dias poderão vir a ser prorrogadas.

Acusados da Operação Bastilha devem voltar para prisão

Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=142417>>.

O Ministério Público do Estado de Roraima recorreu da decisão da 1ª Vara Criminal que revogou a prisão preventiva dos envolvidos nos crimes investigados na Operação Bastilha. O Tribunal de Justiça acatou o recurso e dez acusados tiveram as prisões restabelecidas.

Desencadeada pela Polícia Federal em novembro de 2008, em parceria com o MP, a operação desbaratou uma quadrilha composta por funcionários do sistema prisional e detentos, que comandava o crime organizado de dentro da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo.

Com base nos relatos de maus tratos e mortes no sistema prisional, a Procuradoria Geral de Justiça designou um grupo de promotores de justiça para apurar os fatos. Durante a investigação foi constatado que a suposta quadrilha praticava vários tipos de crime dentre eles: tráfico de drogas, envolvimento com crime organizado, extorsão, espancamentos.

À época, a Operação Bastilha culminou na prisão de 15 pessoas, dentre elas major, cabo da polícia militar, policial civil e agentes carcerários, além de presidiários que cumpriam pena na PA. Conforme o promotor, foram ofertadas cinco denúncias que, após diversos desdobramentos, resultaram em cerca de dez processos.

Os acusados estavam detidos desde 2008 para não atrapalhar a instrução do caso, que consiste em recolher provas, depoimentos e preparar a acusação. Conforme a promotoria, a grande quantidade de réus e a forma como atuavam, tornam o caso altamente complexo, exigindo descrição minuciosa e individualizada de cada ação dos acusados.

Como se tratam de crimes contra a vida, os procedimentos estão sendo julgados na 1ª Vara Criminal, onde os acusados: Sidney Silva dos Santos; Raimundo Campos de Carvalho; Renaldo Castor Abreu; João Celino Bastos de Oliveira; João Pereira Moraes; Osvaldo Rodrigues da Silva; Elivandro Batista Ferreira; Edáilson Cândido Figueira e Ismael Moura Mato; conseguiram decisão que revogou suas prisões preventivas.

Imediatamente, a 1ª Promotoria de Justiça Criminal recorreu da decisão, pois entendeu que os acusados apresentam alto grau de periculosidade, uma vez que respondem por nove homicídios dolosos qualificados e formação de quadrilha. O juízo de primeira instância a manteve e encaminhou os autos para apreciação do Tribunal de Justiça, que deu provimento ao recurso e restabeleceu a prisão.

Na ementa da decisão que deu provimento ao recurso do MP, a desembargadora Tânia Vasconcelos refere-se à alegação de demora na instrução do caso da seguinte maneira: “Nesta fase processual, as dúvidas resolvem contra o réu e a favor da sociedade. É o mandamento do artigo 143 do Código do Processo Penal.

Na presente hipótese, o feito tramita regularmente, sendo retardado em virtude de sua complexidade, pois o caso possui mais de 30 réus, com vários reincidentes processuais, o que justifica a maior delonga do prazo para a formação da culpa e, portanto, não prospera a soltura dos acusados ao argumento de excesso de prazo”.

Segundo o promotor de justiça titular da 1ª Criminal, Madson Wellington Batista Carvalho, que atua no caso, a decisão do TJ atende aos anseios da sociedade e visa manter a ordem pública. “Nosso objetivo é prevenir a reprodução de fatos monstruosos e cruéis e evitar que a sociedade fique a mercê de pessoas perigosas e predispostas à prática de crimes desumanos, como os praticados pelos réus, por isso se faz necessária a manutenção da prisão preventiva dos acusados”.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

OPERAÇÃO BOLA DE NEVE

Irregularidades em licitações vinculadas à aquisição de serviços de reparo, manutenção e entrega de peças de veículos e máquinas pesadas.

Divulgação na mídia

Decretada a prisão preventiva de 11 envolvidos em esquema de fraude em licitações em SC

Disponível em:

<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2012/05/decretada-a-prisao-preventiva-de-11-envolvidos-em-esquema-de-fraude-em-licitacoes-em-sc-3768524.html>.

Decisão foi tomada pela Justiça de São Joaquim após pedido do Ministério Público catarinense

A Justiça de São Joaquim decretou, após pedido do Ministério Público de Santa Catarina, a prisão preventiva de 11 envolvidos na Operação Bola de Neve. Sob requerimento do MP-SC, também foi decretada liminarmente, no último dia 15, a indisponibilidade de bens de agentes públicos, empresas e empresários envolvidos em com fraude em licitações. O esquema renderia R\$ 6,7 milhões no Estado.

Ao todo, foram tornados indisponíveis bens de sete agentes e ex-agentes públicos de São Joaquim, cinco empresários e duas empresas. A medida abarca veículos, imóveis, ações, cotas societárias e aplicações financeiras em nome dos requeridos e visa a garantir o ressarcimento do município, caso os implicados sejam condenados em ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa a ser ajuizada.

A ação conjunta dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaecos), força-tarefa composta pelo MP-SC, policias Civil e Militar; e Secretaria Estadual da Fazenda, investiga supostos crimes de formação de quadrilha,

fraudes em licitações e crimes contra a administração pública nos municípios de Anita Garibaldi, Cerro Negro, Porto Belo e São Joaquim.

Durante a operação, que se iniciou na semana passada, foram presas 20 pessoas, a maioria agentes públicos. A última prisão ocorreu no início desta semana em Florianópolis. Dos 20 presos, nove já foram soltos por ter expirado a prisão temporária decretada pela Justiça. Eles continuam, porém, sendo investigados.

As investigações, que começaram há oito meses pela Comarca de São Joaquim, apuravam eventuais irregularidades em licitações vinculadas à aquisição de serviços de reparo, manutenção e entrega de peças de veículos e máquinas pesadas. No decorrer das investigações, surgiram indícios da ocorrência dos crimes tanto em São Joaquim como nas prefeituras de Anita Garibaldi, Cerro Negro e Porto Belo.

O nome da operação foi escolhido em decorrências das supostas fraudes em um dos municípios mais frios do Brasil e da sua possível extensão para outras cidades, fazendo o efeito "Bola de Neve".

Justiça mantém na cadeia suspeitos presos na Operação “Bola de Neve”

Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/36015/>>.



Fonte: *Correio Lageano*

A Justiça de São Joaquim converteu, no final da tarde de quarta-feira (23), a prisão temporária dos presos da Operação “Bola de Neve”, em preventiva. Dentre os

detidos, está o ex-prefeito do município, Nérito de Souza. A informação é de fontes do antigo presídio Regional de Lages, onde sete pessoas estão encarceradas.

A prisão ocorreu no último dia 14 e foi por conta da operação “Bola de Neve”, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MPSC) de Lages. O objetivo é investigar supostas irregularidades na prefeitura como fraudes em licitação, formação de quadrilha, e crimes contra a administração pública.

Os municípios de Cerro Negro e Anita Garibaldi, na Serra, também são alvos das investigações. Segundo as denúncias, três pessoas destes municípios, uma do primeiro e duas do segundo, também foram detidas, entretanto, todas foram liberadas. O município de Porto Belo, no Litoral do Estado, também é alvo das denúncias.

De São Joaquim, além do ex-prefeito Nérito, outras seis pessoas estão detidas, dentre as quais, o vereador Flares Fabre de Melo. Nérito teve o cargo cassado no início deste ano, acusado de irregularidades administrativas.

Estão encarcerados, ainda, o contador e secretário da Fazenda, Jader Prochnow Nunes; o encarregado do setor de compras, Giulian Amaral Porto; o diretor do departamento de compras Valdecir Silva de Pontes; o motorista de Nérito Evander Maurílio Godinho; e o funcionário público, André de Souza Spolti. Todos são acusados de fazerem parte do esquema criminoso de fraudes em licitação na prefeitura.

Num primeiro momento, os suspeitos foram detidos por cinco dias, mas a Justiça decidiu prorrogar o prazo pelo mesmo tempo. Assim, o período para eles deixarem a prisão venceria nesta quinta-feira (24), mas agora com a preventiva, não há uma data prevista de quando poderão ser soltos.

OPERAÇÃO CAMBIRELLA

Crimes contra a administração pública, formação de quadrilha, falsificação de documentos públicos, corrupção ativa e passiva e outros, Esquema envolvendo funcionários da Prefeitura de Palhoça/SC, proprietários e funcionários de construtoras, na obtenção de forma ilegal, de licenças ambientais e alvarás de construção.

Divulgação na mídia

Operação Cambirela apura crimes na condução e aprovação de licenciamentos ambientais

Força-tarefa do Ministério Público Estadual de Santa Catarina.

(Por Diogo Vargas, DC, 11/05/2010)

Disponível em: <<http://floripamanha.org/2010/05/operacao-cambirela-apura-crimes-na-conducao-e-aprovacao-de-licenciamentos-ambientais/>>.

Servidor de Palhoça e sete empresários são presos. Investigação de seis meses do Ministério Público aponta cobrança ilegal para a aprovação ambiental de obras na cidade.

A facilitação para a aprovação de licenciamentos ambientais em troca de dinheiro, em Palhoça, na Grande Florianópolis, levou oito pessoas à prisão ontem. Empresários e o gerente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente de Palhoça são suspeitos de corrupção para a construção de condomínios residenciais na cidade.

Eles foram alvos de investigação da força-tarefa do Ministério Público Estadual de Santa Catarina (MP), sediada em Florianópolis.

A ação surgiu depois que a promotoria de Justiça de Palhoça recebeu denúncias de que funcionários do órgão municipal do meio ambiente da cidade estariam exigindo valores em dinheiro para aprovar licenciamentos ambientais de obras.

Na manhã de ontem, depois de investigar os suspeitos por seis meses, foi desencadeada a Operação Cambirela. A Justiça de Palhoça decretou nove mandados de prisões preventivas e 20 mandados de busca e apreensão. Oito pessoas foram

presas. Uma delas não foi localizada. As prisões foram em Palhoça, São José, Florianópolis, Balneário Camboriú e Curitiba.

Foram feitas buscas na Fundação Cambirela do Meio Ambiente de Palhoça. O gerente de Licenciamento do órgão municipal, engenheiro James Jones Silvestre, é um dos presos.

Segundo o promotor Alexandre Graziotin, responsável pela investigação, o servidor é suspeito de exigir dinheiro para facilitar e agilizar a aprovação dos licenciamentos ambientais. James é irmão de um engenheiro dono de uma empresa de consultoria em projetos em Palhoça. O irmão está entre os empresários presos.

De acordo com o promotor, a investigação constatou que houve pagamentos em dinheiro para a aprovação de licenciamentos de três empreendimentos na cidade. Mas ele não citou a quantia e nem as obras supostamente beneficiadas. Revelou apenas que são condomínios residenciais populares.

O representante do MP não sabe precisar há quanto tempo a facilitação ocorria. Ele disse que ficou constatado durante a apuração que o servidor agia sozinho dentro da fundação e descartou envolvimento de mais funcionários.

O MP ainda não apurou se as construções são ou não em áreas de preservação permanente. Graziotin afirmou que técnicos do MP farão essa avaliação a partir de agora com os documentos e computadores apreendidos.

Não haveria indício de crime ambiental

Em princípio, segundo o promotor, não haveria crimes ambientais. Os presos foram levados para a Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic), na Capital, pela manhã. À tarde, o empresário de Curitiba foi trazido do Paraná por policiais catarinenses.

A imprensa não teve acesso aos presos, que também não tiveram os nomes divulgados. Eles foram ouvidos pelo delegado Clóvis Nosse e depois recolhidos em

celas da carceragem da Deic. Familiares e advogados passaram boa parte do dia no local. O inquérito deverá ser concluído e entregue à Justiça em 10 dias.

Operação Cambirela: o que a investigação revelou

- O gerente de Licenciamento da Fundação Cambirela do Meio Ambiente de Palhoça, James Jones Silvestre, é suspeito de facilitar a aprovação de licenciamentos ambientais em troca de dinheiro.
- Ele agiria com um irmão, que é engenheiro e dono de um escritório de consultoria em projetos.
- O servidor exigiria a contratação da empresa do irmão como garantia de aprovação dos projetos. Outras empresas também fariam parte da facilitação.
- O valor cobrado seria bem acima do praticado pelo mercado, mas com a garantia da aprovação dos licenciamentos pelo órgão municipal ambiental.

A investigação em números

- 8 pessoas foram presas de forma preventiva ontem.
- 1 pessoa com mandado de prisão preventiva decretada não foi localizada.
- 20 mandados de busca e apreensão em residências, empresas, escritórios e na Fundação Cambirela do Meio Ambiente de Palhoça foram cumpridos.
- 6 meses foi o tempo que durou a investigação da força-tarefa do Ministério Público Estadual de SC.

- 5 cidades tiveram prisões e cumprimento dos mandados de busca e apreensão: Palhoça, Florianópolis, São José, Balneário Camboriú e Curitiba.

Por que Cambirela?

Em referência ao Morro do Cambirela, um dos cartões-postais do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em Palhoça. O Cambirela tem 1.043 metros, sendo o morro mais alto daquela região. Do topo é possível ver a toda a Ilha de Santa Catarina e as cidades da região, como São José e Palhoça.

Processos vão passar por revisão

Após a prisão do gerente James Jones Silvestre, a Fundação Cambirela do Meio Ambiente de Palhoça anunciou que fará a revisão dos processos ambientais liberados pelo órgão municipal nos últimos seis meses. A medida foi tomada pelo superintendente João Júlio da Rosa Júnior, em portaria assinada por ele ontem. – Não sabemos o teor da denúncia. Vamos verificar o que aconteceu e revisar os licenciamentos – garantiu o superintendente, ressaltando que o processo é feito eletronicamente e é acessível para acompanhamento.

O gerente preso é comissionado e está no cargo há cerca de um ano. A assessoria de imprensa da prefeitura de Palhoça informou que o prefeito Ronério Heiderscheidt vai aguardar o resultado da investigação para determinar alguma possível medida administrativa. De acordo com a assessoria, se as denúncias procederem, o servidor será exonerado.

Força Tarefa

A Força Tarefa de Combate ao Crime Organizado composta pelo Coordenadoria de Investigações Especiais (CIE) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e pelas Polícias Civil, Militar, Rodoviária Federal e Secretaria de Estado da Fazenda, com o apoio das Coordenadorias Regionais de Investigações Especiais de Joinville e Chapecó, Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Paraná (MPPR), além da Polícia Militar (ACI), da Polícia Civil (DEIC e COP) e do Instituto-Geral de Perícias (IGP) deflagrou, na manhã desta segunda-feira (10/05), a Operação Cambirela, com o intuito de cumprir nove mandados de prisão preventiva e 20 mandados de busca e apreensão, nos Municípios de Florianópolis, Palhoça, São José, Balneário Camboriú e Curitiba, expedidos pela 2ª Vara Criminal da comarca de Palhoça em trabalho realizado em conjunto com a 2ª Promotoria de Justiça daquela comarca.

A Força Tarefa apura a prática de crimes contra a Administração Pública, na condução e aprovação de licenciamentos ambientais em Palhoça. Maiores detalhes não poderão ser divulgados para não interferir na investigação.

OPERAÇÃO MEDUSA

Formação de quadrilha, roubo, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, porte ilegal de armas e outros. Prisão de quadrilha que realizava assaltos em Minas Gerais, Paraná e Joinville. A investigação teve início com o roubo ao carro forte em um shopping de Joinville, que culminou com o desmantelamento de uma quadrilha especializada em roubos, que agia em diversos Estados do País.

Divulgação na mídia

Operação medusa: Ministério Público denuncia 20 pessoas por tráfico de armas

30 de abril de 2012

Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2012/03/operacao-medusa-ataca-venda-de-armas-e-trafico-de-drogas-na-regiao-metropolitana-3684864.html>>.

Loja de celular era utilizada como fachada pela quadrilha



Fonte: foto divulgação/Juliano Rodrigues

Vinte pessoas foram denunciadas à Justiça pelo Ministério Público por formação de quadrilha e comércio ilegal de armas na região metropolitana depois da conclusão das investigações da Operação Medusa. O grupo denunciado é acusado de vender armas de grosso calibre, comercializar drogas, distribuir celulares em presídios, falsificar documentos e participar de assaltos a banco. Entre os envolvidos, está um policial do 26º BPM de Cachoeirinha e um policial civil da segunda DP de Gravataí.

De acordo com o promotor da justiça criminal de Gravataí, André Luis Dal Molin Flores, a quadrilha atuava intermediando a entrega dos materiais.– É uma quadrilha com atuação, principalmente, na parte logística e de apoio a outros grupos. Eles utilizavam empresas de fachada, como uma loja de venda de celulares, para encobrir a atividade criminosa – explica o promotor.

Durante as investigações, que contavam com escutas telefônicas, os promotores descobriram que integrantes da quadrilha tinham algum tipo de envolvimento com policiais da região metropolitana.

Entenda o caso

A operação Medusa foi deflagrada em março deste ano pelo ministério público, comando de Policiamento Metropolitano e Polícia civil. Segundo as investigações, o grupo atuava desde o ano passado. Durante a operação, foram cumpridos 31 mandados de busca e além de revólveres e uma espingarda. A ação foi coordenada pelos promotores de Justiça André Luis Dal Molin Flores, Diego Rosito de Vilas e Rodrigo Carpi Nejar. A denúncia é assinada pelo promotor Dal Molin.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OPERAÇÃO PORTO SEGURO

Suposto esquema de venda de pareceres técnicos do governo em favor de empresas privadas.

Divulgação na mídia

MPF denuncia 24 investigados na Operação Porto Seguro

Paulo Toledo Piza

Do G1 São Paulo

Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/12/mpf-denuncia-24-investigados-na-operacao-porto-seguro.html>>.

Ex-chefe de gabinete da Presidência em São Paulo foi denunciada. Caberá ao juiz decidir se os denunciados serão transformados em réus

O Ministério Público Federal de São Paulo (MPF-SP) denunciou à Justiça 24 pessoas investigadas pela Polícia Federal (PF) na Operação Porto Seguro, que apurou suposto esquema de venda de pareceres técnicos do governo em favor de empresas privadas.

A denúncia foi oferecida nesta sexta-feira (14). Caberá agora ao juiz que analisará o processo decidir se os denunciados serão transformados em réus e julgados pelos crimes. O relatório da investigação foi entregue à Justiça Federal na sexta-feira (8).

Quem é quem na operação Porto Seguro

Os principais personagens da investigação da PF sobre suposto esquema de corrupção em órgãos federais



Afastado do cargo e preso preventivamente

Paulo Rodrigues Vieira

Diretor de Hidrologia da Agência Nacional de Águas (ANA)

Apontado pela PF como chefe da suposta quadrilha que cooptava funcionários públicos para beneficiar empresários



Afastado do cargo e preso preventivamente

Rubens Carlos Vieira

Diretor de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)

Irão de Paulo Vieira e apontado pela PF como consultor jurídico do grupo



Preso preventivamente

Marcelo Rodrigues Vieira

Advogado

Irão de Paulo Vieira, exercia "relevante papel operacional" ("testa de ferro"), segundo a Polícia Federal



Exonerado

José Weber de Holanda

Segundo na hierarquia da Advocacia-Geral da União (AGU)

Teria elaborado pareceres que beneficiaram empreendimentos do ex-senador Gilberto Miranda no litoral de SP e, em contrapartida, recebido propina, segundo a PF



Exonerada

Rosemary Noronha

Chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo

Suspeita de ter intermediado encontros entre integrantes do grupo com autoridades do governo federal em troca de "favores financeiros"



Cyonil Cunha Borges

Ex-auditor do Tribunal de Contas da União (TCU)

Denunciou o esquema à Polícia Federal. Admite que recebeu R\$ 100 mil de propina, mas disse que aceitou o dinheiro para reunir provas e entregar à PF

Fotos: Denise Andrade/Estadão Conteúdo, Site Agência Nacional de Águas, Reprodução/TV Globo

De acordo com a Procuradoria, foram denunciados por formação de quadrilha o ex-diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) Paulo Vieira, o ex-diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Rubens Vieira e o irmão deles Marcelo Vieira. Também pode responder pelo mesmo crime a a ex-chefe do escritório da Presidência em São Paulo Rosemary Noronha, e os advogados Marco Antonio Negrão Martorelli e Patrícia Santos Maciel de Oliveira.

Os demais 18 denunciados vão responder por corrupção ativa e passiva, tráfico de influência e falsificação de documentos. O ex-auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) Cyonil Cunha Borges, que fez o relato que deu origem à operação Porto Seguro, foi denunciado por corrupção passiva.

A denúncia é assinada pelos procuradores Suzana Fairbanks Oliveira Schnitzlein, Roberto Antonio Sassiê Diana e Carlos Renato Silva e Souza.

Formação de quadrilha

Nas 53 páginas do relatório do inquérito, o delegado da PF Ricardo Hiroshi Ishida aponta que “a quadrilha” agia para obter “facilidades junto a órgãos públicos por meios ilícitos”, cometendo “crimes de corrupção” para “atender interesses de empresários”.

Ainda de acordo com o documento, Paulo Rodrigues Vieira, ex-diretor da Agência Nacional de Águas, tinha “a função de chefia”.

O esquema funcionava assim, segundo o relatório: um empresário precisava de facilidades num órgão público onde Paulo tinha influência. Paulo acionava seus contatos, entre eles, seu irmão Rubens Vieira – diretor afastado da Agência Nacional de Aviação Civil – considerado o conselheiro da quadrilha. Os advogados Marco Antonio Martorelli e Patrícia Maciel ajudavam servidores públicos corruptos a escrever pareceres ou relatórios de interesse da quadrilha.

Atuação política

[...]

De acordo com os procuradores, as investigações chegaram a um total de 15 episódios que envolvem “favores pedidos, vantagens solicitadas, cobradas ou recebidas por Paulo Vieira a Rosemary”. Ainda foram apresentadas 27 situações nas quais Rosemary pediu favores aos irmãos Vieira, segundo o MPF.

O Ministério Público denunciou Rosemary por formação de quadrilha, corrupção passiva, tráfico de influência e duas vezes por falsidade ideológica.

Segundo a procuradora Suzana, Rosemary pediu a Paulo Vieira um certificado de conclusão de curso para seu ex-marido, o que, de acordo com as investigações, foi providenciado. Paulo também teria fornecido a Rosemary um atestado de capacidade técnica falso.

Questionada sobre a relação próxima entre a ex-chefe de gabinete da Presidência e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a procuradora disse não haver indícios da participação de Lula no esquema. “Ela usava mais o seu cargo. [...] ela não se apresentava por ele [o presidente].”

Ainda de acordo com a procuradora, o uso do cargo ficou evidente nas trocas de favores que ela fazia com os irmãos Vieira, cujas provas foram adquiridas nas interceptações de e-mails trocados entre eles. “Uma coisa é fazer contato vinculado ao cargo dela. Isso é totalmente legal. [...] o problema é que ela não fazia para atendimento ao trabalho dela, mas para terceiros.”

Fairbanks, que participou da Operação Porto Seguro, disse que um processo do TCU sobre concessão de áreas do Porto de Santos que não tinham sido licitadas gerou investigação

iG São Paulo | 28/11/2012

Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-11-28/ex-auditor-do-tcu-e-corrupto-que-sofreu-golpe-afirma-procuradora.html>>

A procuradora da República Suzana Fairbanks afirmou na noite de terça-feira (27) que foi um processo do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a concessão de áreas no terminal do Porto de Santos que culminou na investigação da Operação Porto Seguro. A operação, feita pela Polícia Federal (PF) em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), desbaratou um esquema criminoso de venda ilegal de pareceres técnicos, e derrubou dos cargos a chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Nóvoa de Noronha, e o número dois da Advocacia-Geral da União (AGU), José Weber de Holanda.

“O processo do TCU que gerou toda essa investigação era a concessão de áreas no terminal do Porto de Santos que não tinham sido licitadas”, disse. O TCU afirmou ontem que seus servidores serão alvo de investigação.

A investigação da Operação Porto Seguro teve início com um inquérito civil público para a apuração de improbidade administrativa.

O ex-auditor do TCU Cyonil da Cunha Borges de Faria Júnior revelou ao MPF e à Polícia Federal que lhe foram oferecidos R\$ 300 mil para que ele elaborasse um parecer técnico a fim de beneficiar um grupo empresarial do setor portuário que atua no Porto de Santos, a empresa Tecondi (Terminal para Contêineres da Margem Direita), em um contrato com a Companhia Docas de São Paulo (Codesp).

“Ele (Cyonil) é um corrupto que sofreu um golpe, porque recebeu um calote do pagamento. Não pagaram tudo e ele resolveu denunciar o esquema. Eram R\$ 300 mil (o prometido) e ele recebeu R\$ 100 mil, e ficou cobrando os outros R\$ 200 mil”, destacou a procuradora.

De acordo com Suzana Fairbenks, os irmãos Paulo e Rubens Vieira, núcleo principal do esquema criminoso, entraram nas agências reguladoras com a ajuda da ex-chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Nóvoa de Noronha, com quem mantiveram contato, quase semanal, desde 2009.

“Marcelo (Vieira, o terceiro irmão envolvido) levava dinheiro, buscava documentos, pegava táxi para ir lá em Santos buscar alguma coisa. O Marcelo era o executor e os outros dois irmãos (Paulo e Rubens) eram os cabeças”.

O *modus operandi* dos irmãos Vieira, segundo a procuradora, chamou atenção. “A documentação dos autos é muito característica. Eles não param de cometer crimes, a polícia até usa essa expressão quando pede as prisões. O fundamento é: eles simplesmente não param de cometer crimes. E foi o que a gente percebeu. É o tempo inteiro, é o *modus operandi* deles, está na vida deles, eles só fazem isso o tempo inteiro”, disse a procuradora na noite de terça-feira (27).

Os irmãos Paulo Rodrigues Vieira, ex-diretor de Hidrologia da Agência Nacional de Águas (ANA); Rubens Carlos Vieira, ex-diretor de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); e Marcelo Rodrigues Vieira, empresário, foram presos na última sexta-feira (23), acusados de formação de quadrilha.

OPERAÇÃO PEDOFILIA

Rede de pedofilia com atuação em vários Estados do Brasil. Foram apreendidos computadores, aparelhos celulares, fotos e vídeos de pornografia infantil. Participaram da operação os Promotores de Justiça do GAECO Núcleo Piracicaba, Promotor de Justiça do Monte Mor/SP, integrantes do GOE e Promotores de Justiça do GAECO de Santa

Catarina e Goiás. Parceria com o Grupo de Operações Especiais (GOE) da Polícia Civil e GAECO do Ministério Público de Santa Catarina e Goiás.

Divulgações na mídia

Operação conjunta de MPs de Goiás, SC e SP prende suspeitos de pedofilia

Disponível em:

<https://www.mp.go.gov.br/portalweb/8/noticia/329fb9bc6e74c78ac1c75e9e3e801c31.html?titulo=Opera%E7%E3o%20conjunta%20de%20MPs%20de%20Goi%EA1s,%20SC%20e%20SP%20prende%20suspeitos%20de%20pedofilia>

Abuso de crianças é apurado na investigação que mobilizou MPs de três Estados

Um trabalho conjunto envolvendo o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) dos Ministérios Públicos de Goiás, Santa Catarina e Piracicaba (SP) - mais o Centro de Segurança Institucional e Inteligência (CSI) do MP-GO – desarticulou ontem (3/7) uma rede de pedofilia suspeita de atuar nos três Estados.

Denominada Operação Candura, a ação resultou na prisão temporária de duas pessoas: uma delas no litoral catarinense, em Imbituba (SC), e a outra em Rio Verde, no Sudoeste goiano.

A medida deferida judicialmente tem como objetivo resguardar a integridade física e psicológica das vítimas. Segundo os promotores, uma das principais envolvidas é suspeita de abusar das duas filhas menores, inclusive com abuso e exploração sexual de uma delas. O nome dos detidos não foi divulgado.

Além das prisões, foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão em três lan houses e uma residência em Imbituba. Foram apreendidos ainda telefones celulares, um computador, pen drives, além de material de conteúdo pornográfico.

A suspeita no caso goiano é que a pessoa detida abusava das próprias filhas, uma delas com menos de 5 anos. Conforme o coordenador do Gaeco do MP-GO, Denis Bimbatí Marques, há fortes indícios de que a mãe das meninas recebesse dinheiro de um pedófilo pelos abusos que cometia, aos quais dava acesso a ele virtualmente. "As condições são altamente degradantes para as crianças", asseverou Dênis.

O homem, conforme o promotor, foi descrito durante as investigações como uma pessoa acima de qualquer suspeita. Além do coordenador do Gaeco e equipe, também estiveram envolvidos na operação o coordenador do CSI, promotor de Justiça José Carlos Nery, e outros integrantes do órgão.

As investigações tiveram início a partir de informações obtidas pela Promotoria de Justiça de Monte Mor (SP) sobre um possível encontro de pedófilos a ser realizado neste mês em Limeira, também em São Paulo. Diante disso, foram realizadas diligências e solicitadas as medidas judiciais, reforçadas após a constatação do abuso sexual de duas crianças, uma em Santa Catarina e a outra em Goiás. As investigações terão prosseguimento visando identificar outros possíveis envolvidos com a rede.

OPERAÇÃO POEIRA

Desarticulou uma quadrilha de traficantes que agia na região de Atibaia. Foi apreendida 1 tonelada de maconha. Participaram da operação 03 Promotores de Justiça do GAECO Núcleo Campinas e 120 Policiais Militares com 40 viaturas e 01 helicóptero Águia. Parceria do Ministério Público com o GAECO do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul e Polícia Militar.

Divulgações na mídia

Em mega operação, polícia apreende cerca de duas toneladas de maconha na BR 163

Disponível em: <<http://www.ojornalms.com.br/tag/apreende/page/5/>>

Em uma operação conjunta do GAECO de Campinas, o GAECO de MS, da Polícia Militar de SP, da Polícia Militar de MS e a força tática de Dourados, foram apreendidas às 15h30 desta sexta-feira (04) cerca de duas toneladas de maconha que estavam dentro de um caminhão Mercedes branco com placas GON 0611, em um fundo falso.

O caminhão estava no pátio de uma mecânica localizada na BR 163 há cerca de 10 dias com problemas mecânicos

Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/policia/em-mega-operacao-policia-apreende-cerca-de-duas-toneladas-de-maconha-na-br-163>>.

A Operação “Poeira”, como foi denominada, começou há seis meses e já efetuou a prisão de 12 pessoas, uma delas com resistência seguida de morte. 9 carros, três motos, 22 aparelhos de telefone celular, 10 Kg de maconha, 200g de crack, dois quilos de cocaína e 1000 embalagens para acondicionamento de cocaína já foram apreendidas.

Segundo José Cláudio Baglio, promotor de Justiça coordenador da Operação Poeira, a mega blitz teve por meta cumprir mandados de prisão e de busca e apreensão em várias cidades.

O chefe da quadrilha, identificado como Pedro Nicastro, foi preso. “O líder do bando, identificado como Pedro Nicastro, foi preso em São Paulo e outros integrantes do grupo, foram detidos por aqui”, completou o promotor.

Informações Atibaia News



Gaeco apreende 1 t de maconha em caminhão boiadeiro em MS

Apreensão ocorreu nesta sexta-feira (4), na BR-163, em Dourados. Droga estava escondida no fundo falso da carroceria do veículo.

Do G1 MS

Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2012/05/gaeco-apreende-1-t-de-maconha-em-caminhao-boiadeiro-em-ms.html>>

Um caminhão boiadeiro carregado com 1.038 kg de maconha foi apreendido nesta sexta-feira (4), durante a Operação Poeira, realizada pela Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Dourados , em conjunto com o Gaeco de São Paulo e a Polícia Militar.

Droga estava em fundo falso na carroceria do caminhão



Fonte: foto Dourados News

OPERAÇÃO ÁGUAS CLARAS

Esquema de fraudes em empresas ligadas ao serviço de água e esgoto em várias cidades do país

Divulgação na mídia

Polícia de Sorocaba ouve mais três pessoas na operação ‘Águas Claras’

Todos prestaram depoimento como testemunhas e ninguém foi indiciado. Outras pessoas devem ser ouvidas nesta terça-feira (18)

Do G1 Sorocaba e Jundiaí

Mais três funcionários da empresa Allsan foram ouvidos nesta segunda-feira (17), na delegacia do Grupo Antissequestro, em Sorocaba (SP). Segundo o promotor Luiz Fernando Guinsberg, eles prestaram depoimento como testemunhas e ninguém foi indiciado.

Nesta terça-feira (18), outras pessoas devem ser ouvidas. A operação ‘Águas Claras’ investiga um esquema de fraudes em empresas ligadas ao serviço de água e esgoto em várias cidades do país.

A operação resultou na saída do diretor geral do Saae de Sorocaba, Geraldo Caiuby, que pediu exoneração nesta sexta-feira (14), depois de ser indiciado por corrupção passiva e formação de quadrilha. O vice-prefeito, José Ailton Ribeiro, assumiu a direção da autarquia.

Entenda o caso

A operação “Águas Claras” começou com o objetivo de apurar fraudes em licitações no Saae de Sorocaba. Com a evolução das investigações, a Polícia Civil descobriu que as empresas participantes do esquema fraudavam várias outras

licitações pelo Brasil. Essas empresas faziam parte de uma associação, que organizava todo o sistema.

No dia 28 de novembro, nove pessoas, entre elas, oito funcionários do Saae, prestaram depoimento sobre o caso. De acordo com o Ministério Público, as investigações já duram cerca de um ano. No mês de novembro, além dos mandados de prisão temporária, também foram cumpridos 25 mandados de busca e apreensão.

Segundo a polícia, 29 empresas formaram uma quadrilha sob o nome de “Associação Brasil Medição”, com sede em São Paulo. Essa organização escondia reuniões onde o esquema para burlar as licitações era combinado, onde eram determinados os termos de editais e decididos quais empresas iriam vencer.

ROGER ABDELMASSIH

Em janeiro de 2009, uma das pacientes do ex-médico Roger Abdelmassih, famoso especialista em reprodução humana procurou o Ministério Público Estadual para prestar depoimento contra ele. A vítima também forneceu aos promotores nomes de outras mulheres que haviam sido submetidas a situações parecidas. Depois que dezenas de depoimentos de vítimas foram tomadas pelos promotores do Grupo de Atuação contra o Crime Organizado (Gaeco), que investigaram o caso, o inquérito foi encaminhado para a Delegacia de Defesa da Mulher.

Abdelmassi teve o registro profissional cassado pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp). Foi condenado pela Justiça em novembro de 2010 a 278 anos de reclusão por estupro e atentado violento ao pudor praticados contra 37 mulheres. A defesa entrou com um habeas corpus no Superior Tribunal

de Justiça e o ex-médico conquistou o direito de responder o processo em liberdade. Mas em janeiro de 2011, Abdelmassih tentou renovar o passaporte. A Justiça entendeu o gesto como uma possibilidade de fuga do País. O *habeas corpus* foi cassado e a prisão dele decretada. Até hoje o ex-médico está foragido.

BAR BODEGA

Em 1996, investigações conduzidas pela Polícia Civil prenderam jovens moradores da periferia da capital, acusados de um crime do qual não haviam participado. Apurações feitas pelo Ministério Público apontaram que eles não estavam envolvidos e os jovens foram soltos. O grupo também não tinha sido reconhecido pelas testemunhas. Libertos, eles contaram que foram torturados para confessar.

Pouco tempo depois, em novas diligências, os verdadeiros culpados foram presos. O assalto à choperia ocorreu na madrugada do dia 19 de agosto, quando quatro homens entraram no estabelecimento para assaltar o caixa. Como as vítimas se apavoraram, na fuga eles atiraram no dentista José Renato Pousada Tahan e na estudante Adriana Ciola. Os dois morreram.

Os verdadeiros assassinos foram condenados entre 20 a 40 anos de prisão. Na época, a Justiça destacou na sentença o importante trabalho do Ministério Público na elucidação do caso. Anos depois, alguns dos jovens que tinham sido liberados pela ação do MP por não terem participado do crime no Bar Bodega acabaram envolvendo-se com outros delitos e estão presos até hoje.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

OPERAÇÃO DE COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE SERGIPE

O Ministério Público do Estado de Sergipe em parcerias com a Delegacia da Polícia Civil – DEOTAP – especializada em crimes contra a ordem tributária e administração pública – e com a Secretaria de Estado da Fazenda, deflagrou 13 (treze) Ações Penais em desfavor de sócios ou prepostos de empresas investigadas e autuadas pelo crime de sonegação fiscal de ICMS, os vários fraudadores foram responsabilizados porque sonegam, a título de ICMS, a importância de R\$ 7.568.905,08. A operação resultou na prisão de três empresários do ramo farmacêutico, no estado de Sergipe, mormente teriam eles movimentado, de forma ilegal, mais de R\$ 75 milhões entre duas empresas, em prejuízo manifesto dos cofres públicos em face da sonegação de ICMS. Operação que contatou pagamento indevido de diárias fictícias a policiais militares, referente ao suposto reforço no policiamento ostensivo nos presídios do Estado de Sergipe, correspondentes ao exercício 2010, onde descobriu-se também que um Oficial da PM construiu uma rede de enriquecimento ilícito.

Divulgações na mídia

MP aponta R\$ 7 milhões em sonegação fiscal em Sergipe

Disponível em: < <http://www.universopolitico.com/exibir.php?noticia=11507>>.

Por Mônica Ribeiro, do MPE



Fonte: foto divulgação Universo Político.com

O Ministério Público de Sergipe, através do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas do MP (GAECO), capitaneado pelos Promotores de Justiça Dr. Jarbas Adelino Santos, Dr. João Rodrigues Neto e Dr. Renê Antônio Erba, apresentou resultados positivos na operação de combate à sonegação fiscal no Estado de Sergipe.

O GAECO, no último dia 09 de novembro, em parceria com a Delegacia da Polícia Civil - DEOTAP - especializada em crimes contra a ordem tributária e administração pública - e com a Secretaria de Estado da Fazenda, deflagrou 13 (treze) Ações Penais em desfavor de sócios ou prepostos de empresas investigadas e autuadas pelo crime de sonegação fiscal de ICMS.

A operação, coordenada pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC, consistiu na mobilização nacional contra à sonegação fiscal e envolveu 17 Estados da Federação e o Distrito Federal. Os 17 estados que participam da operação são Espírito Santo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do

Sul, Amazonas, Amapá, Paraíba, Ceará, Sergipe, Pará, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Paraná, além do Distrito Federal.

Sergipe foi um dos Estados em que, somente com as denúncias, vários fraudadores foram responsabilizados porque sonegaram, a título de ICMS, a importância de R\$ 7.568.905,08 (sete milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, novecentos e cinco reais e oito centavos).

Ministério Público – GAECO – combate à sonegação fiscal em Sergipe

Disponível em: <<http://www.cnpge.org.br/index.php/noticias-outros-mps/13-mpse/255-ministerio-publico-gaeco-combate-a-sonegacao-fiscal-em-sergipe>>.

Mônica Ribeiro

Assessoria de Comunicação MP/SE

A operação, coordenada pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas- GNCOC, consistiu na mobilização nacional contra à sonegação fiscal e envolveu 17 Estados da Federação e o Distrito Federal.

Os 17 estados que participam da operação são Espírito Santo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Amazonas, Amapá, Paraíba, Ceará, Sergipe, Pará, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Paraná, além do Distrito Federal.

Sergipe foi um dos Estados em que, somente com as denúncias, vários fraudadores foram responsabilizados porque sonegaram, a título de ICMS, a importância de R\$ 7.568.905,08 (sete milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, novecentos e cinco reais e oito centavos).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS

Informações fornecidas pelo MPTO

Caso Banco Matone S/A – Fraude em empréstimos consignados

O Grupo de Atuação Especial em Combate ao Crime Organizado – GAECO, do Ministério Público do Estado do Tocantins, visando apurar supostos crimes contra a administração pública nos municípios do Estado do Tocantins, requisitou no ano de 2009 a instauração de inquéritos policiais (total de 32 IPs) à Delegacia de Polícia junto ao GAECO, para investigar a celebração de convênios entre gestores municipais (prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais, presidentes de câmaras municipais) com representantes do Banco Matone S/A.

Fraude

Os Gestores firmavam convênio com o Banco Matone S/A. para a obtenção de empréstimos consignáveis a serem descontados, em tese, em folha de pagamento dos servidores, mas na realidade os valores eram pagos pelos municípios. Os acusados falsificavam documentos que aumentavam a margem consignável e ainda colocavam parentes e conhecidos com “funcionários” da prefeitura para obter empréstimos em seus nomes.

Alguns casos são gritantes. Em Bandeirante/TO, por exemplo, foram envolvidas no esquema, 33 pessoas. Esse caso, especificamente, envolve o ex-prefeito Josafá Pereira de Sousa, que pegou o empréstimo para pagar dívida de campanha, em nome de parentes e amigos. O total dos contratos somava R\$ 570.032,13.

O Banco Matone, com sede em Porto Alegre, contratou a Coordenação de Previdência aos Municípios (com sede em Salvador), que por sua vez

subcontratou a Neófita Corretora de Seguros Ltda. (também com sede em Salvador) e a Navi Corretora de Seguros Ltda. (com sede em Barreiras). De acordo com as investigações, a fraude acontecia entre essas contratadas e as Prefeituras e Câmaras, o Banco não teria envolvimento.

No total são 240 pessoas envolvidas com o esquema de fraude, entre prefeitos, ex-prefeitos, vereadores e ex-veredores, parentes e amigos dos gestores. Os prejuízos aos cofres públicos são estimados em R\$ 4.431.136,51, conforme extrato de empréstimos do banco.

Após conclusão dos inquéritos, denúncias foram oferecidas pela Procuradoria- Geral de Justiça, cujo resultado foi o afastamento de 19 (dezenove) prefeitos, a prisão preventiva de 3 (três), além de cassação do mandato de outros 03 (três) prefeitos.

Os demais inquéritos são referentes a ex-prefeitos que cometeram a fraude. Nesses casos, as denúncias foram oferecidas por Promotores de Justiça das respectivas comarcas.

GRUPO DE EXTERMÍNIO

Informações fornecidas pelo MPTO

GAECO-MPE/TO investiga envolvimento de policiais militares em grupo de extermínio

A força-tarefa formada por Promotores de Justiça de Gurupi, Promotores integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Delegados e Policiais Cíveis para investigar o assassinato de cinco jovens em Gurupi resultou na prisão de seis policiais militares suspeitos de fazerem parte de um grupo de extermínio na cidade.

Após serem cumpridos os mandados de prisão, os acusados foram levados para a Promotoria de Justiça de Gurupi, onde prestaram depoimentos e foram encaminhados para Palmas, ficando detidos no Quartel do Comando-Geral. De acordo com o Gaeco, durante alguns meses de intensos trabalhos, a equipe analisou uma série de indícios que podem incriminar os policiais e expediu pareceres à Justiça. “Diante dos fatos, achamos por bem requerer à Justiça a prisão deles, principalmente para não atrapalhar a continuidade das investigações, pois algumas testemunhas se sentiam ameaçadas.”

Com o desenrolar das investigações, o Ministério Público do Estado (MPE/TO) manifestou-se junto à Justiça pela conversão da prisão temporária em prisão preventiva dos seis policiais militares.

A manifestação do MPE/TO foi embasada no inquérito policial - de 813 páginas, distribuídas em quatro volumes - que concluiu que os policiais militares, integrantes do COE (Comando de Operações Especiais) e do GOC (Grupo de Operações com Cães), abordaram as cinco vítimas e conduziram-nas em suas viaturas na noite de 21 de setembro de 2012. Em seguida, elas foram encontradas mortas.

A forma de execução, o perfil das vítimas, as declarações das testemunhas e um vídeo indicam os policiais militares como autores dos crimes, ocorridos na noite em que eles confirmaram estar em escala de serviço.

Todas as vítimas foram assassinadas com disparos de arma de fogo dirigidos à cabeça: quatro delas com disparos na nuca e uma na região temporal; e seus cadáveres foram localizados em região próxima às estradas de acesso ao povoado Trevo da Praia.

Ao requererem a prisão preventiva, os cinco Promotores de Justiça que assinam a manifestação alegaram que, se mantidos em liberdade, os policiais investigados teriam estímulo para continuar a prática criminosa. A tese é reforçada com o argumento de que testemunhas da abordagem dos policiais às vítimas estão sofrendo ameaças de morte e de que existe uma lista com vários nomes a serem mortos pelos "justiceiros".

Entenda o caso

A morte de cinco jovens no mês de setembro/2012, assassinados com características semelhantes, levantou a forte suspeita da existência de um grupo de extermínio em Gurupi/TO. Os indícios de autoria dos crimes recaíram sobre os policiais, após o depoimento de familiares das vítimas e de algumas testemunhas.

OPERAÇÃO UNIRG

Operação para averiguar um contrato da Fundação Unirg com um escritório de advocacia.

Divulgação na mídia

MPE investiga contrato milionário entre Unirg e escritório de advocacia

Fonte: Assessoria de Imprensa MPE-TO

Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2011/01/14/mpe-investiga-contrato-milionario-entre-unirg-e-escritorio-de-advocacia>>.

O Ministério Público Estadual (MPE) por meio do promotor de justiça Konrad Cesar Resende Wimmer abriu Inquérito Civil Público para averiguar um contrato da Fundação Unirg com um escritório de advocacia.

O procedimento aberto pela Promotoria de Justiça apura a regularidade da contratação do escritório de advocacia Bezerra e Castro S/S pela Fundação Unirg no valor de R\$ 1.297.237,00 (um milhão, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e trinta e sete reais).

Segundo o promotor de justiça, a instituição já possui quadro técnico jurídico permanente, e, portanto, não haveria necessidade de contratação.

Associação do MPE divulga nota de apoio em favor dos promotores que atuam no caso Unirg

"Eles vêm se destacando pelas atuações firmes, corajosas e responsáveis", diz presidente.

A Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP) divulgou nota de apoio nesta quinta-feira, 17, aos promotores de Justiça atuaram na investigação e nos processos judiciais referentes ao caso Unirg.

Ainda conforme a nota, assinada pelo presidente da entidade, Edson Azambuja, "a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é instituição deveras relevante e historicamente defensora dos direitos da população brasileira, merecendo e tendo o mais absoluto respeito de todos os membros do Ministério Público Estadual (MPE)."

Por fim, de acordo com a Nota, "cumpre-se reafirmar que os eminentes promotores de Justiça que atuam no caso em questão vêm se destacando pelas atuações firmes, corajosas e responsáveis, portanto, exemplares, no exercício inflexível de suas funções, visando estritamente o interesse público e o efetivo cumprimento da lei."

Leia a íntegra da nota

Disponível em: <<http://www.portalct.com.br/estado/2012/05/17/43815-associacao-do-mpe-divulga-nota-de-apoio-em-favor-dos-promotores-que-atuam-no-caso-unirg>>.

Nota de apoio

A Associação Tocantinense do Ministério Público - ATMP, entidade de classe que congrega os Promotores e Procuradores de Justiça do Estado do Tocantins, vem expressar publicamente seu apoio e solidariedade a todos os Promotores de Justiça que, de forma destemida, corajosa e responsável, atuam e atuaram na investigação e nos processos judiciais referentes ao caso UNIRG.

Cumpra esclarecer que os fatos são objeto de dois processos judiciais que tramitam regularmente pelo Juízo de Direito da Comarca de Gurupi, TO, a saber: 1º) uma ação penal que tramita na 1ª Vara Criminal, cuja denúncia já foi recebida pelo Poder Judiciário; 2º) uma ação civil pública que tramita na Vara da Fazenda Pública, cuja inicial também foi recebida pelo Poder Judiciário. Cabe esclarecer, ainda, que a medida cautelar de arresto foi determinada por decisão respeitável e fundamentada do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi, TO.

Nesse contexto, é inadmissível num Estado Democrático de Direito a perpetração de atos tendentes a desqualificar aqueles que têm o dever constitucional de defender a legalidade, a moralidade e outros princípios regentes da administração pública, o que merece repúdio por parte da Associação Tocantinense do Ministério.

Ressaltamos, ainda, que a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB é instituição deveras relevante e historicamente defensora dos direitos da população brasileira, merecendo e tendo o mais absoluto respeito de todos os membros do Ministério Público. Nesse compasso, cumpre assinalar que não se pode confundir as condutas de pessoas integrantes de seus quadros com a própria instituição da OAB.

Por fim, cumpre reafirmar que os eminentes Promotores de Justiça que atuam no caso em questão vêm se destacando pelas atuações firmes, corajosas e responsáveis, portanto, exemplares, no exercício inflexível de suas funções, visando estritamente o interesse público e o efetivo cumprimento da lei.

Por assim ser, a Associação Tocantinense do Ministério Público manifesta o mais irrestrito apoio aos seus associados que atuam e atuaram no caso, notadamente porque os mesmos vêm cumprindo com denodo as relevantes funções que lhes foram conferidas pela Constituição Federal.

Palmas, TO, 17 de maio de 2012.
Edson Azambuja
Presidente.

